



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE Geografia – Licenciatura

Erechim, dezembro de 2025



IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

A Universidade Federal da Fronteira Sul foi criada pela Lei Nº 12.029, de 15 de setembro de 2009. Tem abrangência interestadual com sede na cidade catarinense de Chapecó, três *campi* no Rio Grande do Sul – Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo – e dois *campi* no Paraná – Laranjeiras do Sul e Realeza.

Endereço da Reitoria:

Rodovia SC 484 - Km 02, Fronteira Sul
Chapecó, SC - Brasil

CEP 89815-899

Reitor: João Alfredo Braida

Vice-Reitora: Sandra Simone Hopner Pierozan

Pró-Reitor de Graduação: Marilane Maria Wolff Paim

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Joviles Vitório Trevisol

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Willian Simões

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura: Edivandro Luiz Tecchio

Pró-Reitor de Planejamento: Ilton Benoni da Silva

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: Clóvis Alencar Butzge

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Sérgio Begnini

Dirigentes de Chapecó (SC)

Diretora de *Campus*: Adriana Remião Luzardo

Coordenadora Administrativa: Cladis Juliana Lutinski

Coordenadora Acadêmica: Crhis Netto de Brum

Dirigentes de Cerro Largo (RS)

Diretor de *Campus*: Bruno München Wenzel

Coordenadora Administrativo: Adenise Clerici

Coordenadora Acadêmico: Judite Scherer Wenzel

Dirigentes de Erechim (RS)

Diretor de *Campus*: Luis Fernando Santos Corrêa da Silva

Coordenadora Administrativa: Elizabete Maria da Silva Pedroski

Coordenadora Acadêmica: Cherlei Marcia Coan



Dirigentes de Laranjeiras do Sul (PR)

Diretora de *Campus*: Fábio Luiz Zeneratti

Coordenador Administrativo: William Pletsch dos Santos

Coordenadora Acadêmica: Manuela Franco de Carvalho da Silva Pereira

Dirigentes de Passo Fundo (RS)

Diretor de *Campus*: Jaime Giolo

Coordenadora Administrativa: Laura Spaniol Martinelli

Coordenador Acadêmico: Leandro Tuzzin

Dirigentes de Realeza (PR)

Diretor de *Campus*: Marcos Antônio Beal

Coordenador Administrativo: Edson Antonio Santolin

Coordenador Acadêmico: Ademir Roberto Freddo



Sumário

IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
1 DADOS GERAIS DO CURSO.....	6
2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL.....	9
3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC.....	20
3.1 Coordenação de curso.....	20
3.2 Equipe de elaboração:.....	20
3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular.....	20
3.4 Núcleo docente estruturante do curso.....	20
4 JUSTIFICATIVA.....	22
4.1 Justificativa da criação do curso.....	22
4.2 Justificativa da reformulação do curso.....	23
5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (ético-políticos, epistemológicos, didático-pedagógicos).....	27
5.1 Referenciais ético-políticos.....	27
5.2 Referenciais epistemológicos.....	28
5.3 Referenciais didático-pedagógicos.....	30
5.4 Referenciais legais e institucionais.....	31
6 OBJETIVOS DO CURSO.....	40
6.1 Objetivo geral.....	40
6.2 Objetivos específicos.....	40
7 PERFIL DO EGRESSO.....	41
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	42
8.1 Concepção de currículo.....	42
8.2 A docência na educação básica.....	43
8.3 As articulações do currículo com a educação básica.....	43
8.4 Articulações com as outras licenciaturas.....	47
8.5 As atividades práticas.....	49
8.7 A organização da pesquisa e extensão.....	63
8.8 Os domínios formativos e sua articulação.....	67
8.9 A flexibilidade na organização curricular.....	74
...8.10 Atendimento as legislações específicas.....	74



8.11	Estrutura curricular.....	78
8.12	Rol de componentes optativos.....	81
8.13	Resumo de carga horária dos estágios, AAs e TCC.....	84
8.14	Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica).....	85
8.15	Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares....	86
9	PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM.....	173
9.1.	Por uma Gestão Democrática.....	173
10	AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO.....	177
11	PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO.....	180
12	QUADRO DE PESSOAL DOCENTE.....	181
12.1	Docentes do <i>Campus</i> Erechim que atuam no curso.....	181
13	INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO.....	185
13.1	Bibliotecas.....	185
13.2	Laboratórios.....	186
14	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	199
15.	ANEXOS.....	203
	ANEXO I – REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – LICENCIATURA.....	203
	ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – LICENCIATURA.....	209
	ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – LICENCIATURA.....	213
	ANEXO IV - REGULAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA– LICENCIATURA.....	218
	ANEXO V – REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR.....	221
	ANEXO VI - REGULAMENTO DE TRABALHOS DE CAMPO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - LICENCIATURA.....	223
	ANEXO VII – REGULAMENTO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE GEOGRAFIA – LICENCIATURA.....	227



1 DADOS GERAIS DO CURSO

1.1 Tipo de curso: Graduação

1.2 Modalidade: Presencial

1.3 Denominação do Curso: Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura

1.4 Titulação: Licenciado em Geografia

1.5 Local de oferta: Campus Erechim

1.6 Número de vagas: 50

1.7 Carga-horária total: 3390 horas

1.8 Turno de oferta: Noturno

1.9 Tempo Mínimo para conclusão do Curso: 9 semestres

1.10 Tempo Máximo para conclusão do Curso: 18 semestres

1.11 Carga horária máxima por semestre letivo: 450 horas

1.12 Carga horária mínima por semestre letivo: 120h

1.13 Coordenador do curso: Raphaela de Toledo Desiderio

1.14 Ato Autorizativo: Resolução Nº 011/2012 – CONSUNI

1.15 Forma de ingresso:

O acesso aos cursos de graduação da UFFS, tanto no que diz respeito ao preenchimento das vagas de oferta regular, como das ofertas de caráter especial e das eventuais vagas ociosas, se dá por meio de diferentes formas de ingresso: processo seletivo regular; transferência interna; retorno de aluno-abandono; transferência externa; retorno de graduado; e processos seletivos especiais.

a) Processo Seletivo Regular

A seleção dos candidatos no processo seletivo regular da graduação, regulamentada pelas Resoluções 006/2012 – CONSUNI/CGRAD e 008/2016 – CONSUNI/CGAE, se dá com base nos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), mediante inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU), do Ministério da Educação (MEC). Em atendimento à Lei nº 12.711/2012 (Lei de Cotas) e a legislações complementares (Decreto nº 7.824/2012 e Portaria Normativa MEC Nº 18/2012), a UFFS toma como base para a definição do percentual de vagas reservadas a candidatos que cursaram o Ensino Médio integralmente em escola pública o resultado do último Censo Escolar/INEP/MEC, de acordo com o estado correspondente ao local de oferta das vagas.

Além da reserva de vagas garantida por Lei, a UFFS adota, como ações afirmativas,



a reserva de vagas para candidatos que tenham cursado o ensino médio parcialmente em escola pública ou em escola de direito privado sem fins lucrativos, cujo orçamento seja proveniente, em sua maior parte, do poder público e também a candidatos de etnia indígena.

b) Transferência Interna, Retorno de Aluno-Abandono, Transferência Externa, Retorno de Graduado, Transferência coercitiva ou *ex officio*

- Transferência interna: acontece mediante a troca de turno, de curso ou de *campus* no âmbito da UFFS, sendo vedada a transferência interna no semestre de ingresso ou de retorno para a UFFS;
- Retorno de Aluno-abandono da UFFS: reingresso de quem já esteve regularmente matriculado e rompeu seu vínculo com a instituição, por haver desistido ou abandonado o curso;
- Transferência externa: concessão de vaga a estudante regularmente matriculado em outra instituição de ensino superior, nacional ou estrangeira, para prosseguimento de seus estudos na UFFS;
- Retorno de graduado: concessão de vaga, na UFFS, para graduado da UFFS ou de outra instituição de ensino superior que pretenda fazer novo curso. Para esta situação e também para as anteriormente mencionadas, a seleção ocorre semestralmente, por meio de editais específicos, nos quais estão discriminados os cursos e as vagas, bem como os procedimentos e prazos para inscrição, classificação e matrícula;
- Transferência coercitiva ou *ex officio*: é instituída pelo parágrafo único da Lei nº 9394/1996, regulamentada pela Lei nº 9536/1997 e prevista no Art. 30 da Resolução 04/2014 – CONSUNI/CGRAD. Neste caso, o ingresso ocorre em qualquer época do ano e independentemente da existência de vaga, quando requerida em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício, nos termos da referida Lei.

c) Processos seletivos especiais

Destacam-se na UFFS dois tipos de processos seletivos especiais, quais sejam:

PRO-IMIGRANTE (Programa de Acesso à Educação Superior da UFFS para estudantes imigrantes) instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019, é um programa que objetiva contribuir com a integração dos imigrantes à sociedade local e nacional por meio do acesso aos cursos de graduação da UFFS. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante imigrante que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de



graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.

PIN (Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas), que, instituído pela Resolução nº 33/2013/CONSUNI em 2013, na Universidade Federal da Fronteira Sul, constitui um instrumento de promoção dos valores democráticos, de respeito à diferença e à diversidade socioeconômica e étnico-racial, mediante a adoção de uma política de ampliação do acesso aos seus cursos de graduação e pós-graduação e de estímulo à cultura, ao ensino, à pesquisa, à extensão e à permanência na Universidade. O acesso ocorre através de processo seletivo especial para o preenchimento de vagas suplementares, em cursos que a universidade tem autonomia para tal. O estudante indígena que obtiver a vaga será matriculado como estudante regular no curso de graduação pretendido e estará submetido aos regramentos institucionais.

PSS (Processo seletivo simplificado) que oferta vagas dos cursos de Graduação que não são preenchidas pelo Processo Seletivo regular da UFFS após esgotadas todas as possibilidades de chamadas de candidatos. Podem participar da seleção candidatos que tenham concluído o Ensino Médio observando as regras que constam no edital de seleção.



2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

UMA BREVE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)

Antonio Marcos Myskiw
Guilherme José Schons

“A universidade é o último nível formativo em que o estudante se pode converter, com plena consciência, em cidadão, é o lugar do debate onde, por definição, o espírito crítico tem de crescer: um lugar de confronto, não uma ilha onde o aluno desembarca para sair com um diploma.”¹

José Saramago, 2005

Apresentação

A epígrafe de José Saramago, mencionada acima, resume a essência do papel da Universidade no processo formativo de seus estudantes: cidadãos conscientes do tempo histórico que vivem e capazes de produzir críticas a diferentes situações vividas ou presenciadas, bem como propor caminhos, ou atuar, para a superação das mesmas. Mas, para se chegar ao cidadão consciente e crítico, é necessário que a Universidade reúna outra condição, sinaliza Anísio Teixeira: a reunião entre os que sabem e os que desejam aprender, pois há toda uma iniciação a se fazer, em uma atmosfera que cultive, sobretudo, a imaginação e, por extensão, a capacidade de dar sentido e significado às coisas por meio da leitura e do debate, que, aos poucos e ao longo do processo formativo, fará florescer o espírito crítico.²

O histórico institucional que apresentamos abaixo é, em linhas gerais, um sobrevoo panorâmico de uma história muito mais densa e repleta de particularidades das origens e dos 13 primeiros anos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Tem a intenção de situar o leitor dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação sobre o percurso histórico institucional e realizar algumas leituras de contexto. Utilizamos como base documental para a escrita deste texto, os Relatórios do Grupo de Trabalho de Criação da UFFS (2007/2008), os Relatórios de Gestão 2009-2015 e 2009-2019, os Relatórios Integrados Anuais de Gestão (2019, 2020 e 2021) e os Boletins Informativos da UFFS (números 01 a 350). Há, também, memórias dos mentores deste texto, pois são partícipes da história da UFFS. É um texto informativo e de leitura leve, evitando adentrar em debates e embates políticos e ideológicos que perfazem o cotidiano de uma universidade, sobretudo nos anos mais recentes, cuja polarização se acentuou.

1 SARAMAGO, José. **Democracia e Universidade**. Belém: Editora UFPA, 2013. p. 26.

2 TEIXEIRA, Anísio. **A Universidade ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 1998. p. 88.



Concebendo a UFFS

Em 15 de setembro de 2009 o Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em cerimônia pública, o Decreto-Lei nº 12.029, propiciando o nascimento da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Trinta dias depois, o professor Dilvo Ilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* pelo Ministro da Educação. Em 15 de janeiro de 2010, o professor Jaime Giolo foi nomeado para o cargo de vice-reitor da UFFS.³ Em 29 de março de 2010, 2.160 alunos iniciaram as aulas nos 33 cursos de graduação, em estruturas prediais provisórias e um pequeno número de servidores (154 professores e 178 técnico-administrativos) distribuídos entre os *Campi*. A decisão de iniciar as aulas num tempo curto foi estratégica e, como contrapartida, exigiu do corpo técnico, da gestão da UFFS e suporte da UFSC (tutora da UFFS), ações rápidas para construir os *campi* o mais breve possível aproveitando o cenário político e econômico favorável. Em 2015, quando da integralização dos primeiros cursos de graduação e a contratação dos últimos servidores docentes e técnicos, existia uma infraestrutura básica em pleno uso nos *campi*. O orçamento anual destinado às universidades federais (novas e antigas instituições) passou a ser contingenciado a partir de meados de 2015.⁴

Essas datas, sujeitos históricos e instituições são referências, balizas históricas. No entanto, ao restringirmos atenção demasiada ao Decreto-Lei de criação da UFFS, às nomeação do reitor e vice-reitor *pro tempore* e o início das aulas, excluimos da história centenas de pessoas e movimentos sociais rurais e urbanos que, desde 2003, no Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná, se organizavam, cada um a seu modo, para dialogar e pressionar o Ministério da Educação (MEC) com o objetivo de criar uma Universidade Federal na região da Fronteira Brasil-Argentina. A Fetraf-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar na região Sul), a Via Campesina, a CUT (Central Única dos Trabalhadores) do PR, SC e RS, o Fórum da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul, Igrejas, Assesoar, Movimentos Estudantis, Prefeitos, Vereadores, Deputados Estaduais e Federais, Senadores, representantes da UFSC, UFSM e do MEC, são, em linhas gerais, as entidades que se propuseram a mobilizar esforços para ler e refletir o tempo histórico vivido nas diferentes regiões.

Destas leituras, debates e reflexões, sobretudo após 2006 quando ocorreu a unificação

3 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p. 08-09.

4 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019. p.32-34; 46-47.



dos movimentos regionais resultando no nascimento do “Movimento Pró-Universidade Federal”, foram amadurecidos alguns dilemas que poderiam ser enfrentados com a criação de uma Universidade Federal e, a partir da comunidade acadêmica em diálogos e parcerias com a comunidade regional, construírem caminhos para superar os entraves históricos ao desenvolvimento econômico, social e cultural da região fronteiriça no Sul do Brasil. Dentre os dilemas levantados estavam: os limites do ideário neoliberal na resolução dos desafios enfrentados pelas políticas sociais voltadas aos municípios com baixo IDH; as discussões em torno da implantação do Plano Nacional de Educação 2001-2010; o aumento crescente dos custos do acesso ao ensino superior privado e comunitário; a permanente exclusão do acesso ao ensino superior de parcelas significativas da população regional; a intensa migração da população jovem para lugares que apresentam melhores condições de acesso às Universidades Públicas e aos empregos gerados para profissionais de nível superior; o fortalecimento da agricultura familiar com vistas às práticas agroecológicas e sustentáveis; os debates em torno das fragilidades do desenvolvimento destas regiões periféricas e de fronteira.⁵

Para dar conta dos dilemas da região de fronteira, as entidades e movimentos sociais tinham clara a necessidade de criar uma Universidade Federal com missão, metas, perfil e projeto pedagógico institucional diferente dos modelos tradicionais de Universidades Federais existentes nas capitais de estados e ao longo da região litorânea. Não foi sem razão que, em 15 de junho de 2007, representantes do Movimento Pró-Universidade Federal, em audiência com o Ministro da Educação, rejeitaram a oferta da criação de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnológica (IFET) para a região de fronteira. Argumentaram de maneira incisiva sobre a necessidade de uma Universidade Federal e, ao final da audiência com o Ministro da Educação, ficou acordado a criação de um Grupo de Trabalho para a Elaboração do Projeto da Universidade Federal, formada por representantes do Movimento Pró-Universidade Federal e representantes do Ministério da Educação. O Grupo de Trabalho foi formalizado em 22 de novembro de 2007, pela Portaria MEC nº. 948, contendo 22 membros (11 indicados pelo Movimento Pró-Universidade Federal e 11 do Ministério da Educação), sob coordenação dos professores Dalvan José Reinert (UFES) e Marcos Laffin (UFSC).⁶

Após várias reuniões, o Grupo de Trabalho de criação da Universidade Federal da Fronteira Sul definiu que a nova instituição teria estrutura *multicampi* e gestão descentralizada. Inicialmente, previa-se a instalação de 11 *campi*, mas no decorrer das reuniões, debates e embates, chegou-se à proposição de iniciar com 4 *campus*, com a seguinte distribuição: sede

5 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008.

6 RELATÓRIO do Grupo de Trabalho de Criação da Futura Universidade Federal. [S.l.: s.n.], 2008. p. 03.



da reitoria e *campus* em Chapecó, Santa Catarina; Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul, no Paraná. A inclusão de um quinto *campus*, em Realeza, no Paraná, ocorreu mediante articulação e decisão política do Governo Federal após prorrogação dos trabalhos do GT.⁷ O currículo institucional, no entender do Grupo de Trabalho, não deveria ter formato tradicional e propunham olhar para as experiências da Universidade Federal do ABC (UFABC), da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Para a definição dos cursos de graduação, com previsão inicial de 14 cursos (podendo chegar a 30), recomendavam olhar para as demandas mais prementes de cada microrregião de instalação dos *campi*, com prioridades para os cursos de ciências agrônômicas e veterinária, humanas, médicas e da saúde, engenharia, computação e ciências socialmente aplicáveis.⁸

Em 23 de julho de 2008, o Projeto de Lei nº 3.774/2008 que discorria sobre a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul foi apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados Federais e, em 14 de julho de 2009, foi aprovado em todas as comissões e remetido ao Senado Federal por meio do Ofício nº 779/09/PS-GSE, sendo apreciado e aprovado em 14 de setembro de 2009 e promulgado pelo Presidente da República em 15 de setembro. Enquanto o Projeto de Lei tramitava na Câmara dos Deputados e Senado Federal, o Ministério da Educação, em diálogo com o Movimento Pró-Universidade Federal constituiu a Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, composta por: Prof. Dilvo Ilvo Ristoff (Presidente), Profa. Bernadete Limongi (Vice-Presidente), Clotilde Maria Ternes Ceccato (Secretária Executiva), Antônio Diomário de Queiroz, Antônio Inácio Andrioli, Conceição Paludo, Gelson Luiz de Albuquerque, João Carlos Teatini de Souza Clímaco, Marcos Aurélio Souza Brito, Paulo Alves Lima Filho, Ricardo Rossato e Solange Maria Alves.⁹

Nas primeiras reuniões da Comissão de Implantação a meta estava em definir quais cursos seriam ofertados em cada *campus*, levando-se em consideração o perfil populacional, educacional, industrial, a matriz produtiva rural e os índices de saúde pública e alimentação dos municípios sedes dos *campi* e seu entorno. A partir de junho de 2009, o objeto de atenção da Comissão de Implantação passou a ser o Projeto Pedagógico Institucional, contendo os princípios norteadores e o formato do currículo institucional composto por três eixos formativos: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico. A partir desta

7 NICHTERWITZ, Fernanda. **As fronteiras de uma Universidade: o município de Realeza/PR e a instalação do *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).** 2017. Dissertação (Mestrado em História). - Programa de Pós-Graduação em História. Unioeste, Marechal Cândido Rondon/PR, 2017.

8 Idem. Ibidem. p. 44-66.

9 BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 148, de 11 de fevereiro de 2008.



definição, mais de uma dezena de professores da UFSC foram convidados a produzir propostas de Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFFS, documento importante porque era este estudo e proposição que daria uma ideia aproximada do perfil dos professores e técnico-administrativos a serem concursados, bem como das estruturas de salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, áreas experimentais e a composição da equipe de gestão da reitoria e dos *campi*. A decisão de aderir ao ENEM como forma de ingresso aos cursos de graduação da UFFS, a bonificação aos estudantes de escolas públicas, o início das aulas em 29 de março de 2010, a realização de concursos docentes e técnicos com apoio da UFSC também foram objetos de debate e deliberação pela Comissão de Implantação.¹⁰

O conjunto dos debates no interior do Movimento Pró-Universidade Federal e da Comissão de Implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul, que não foram poucos e nem sempre amistosos, tiveram grande importância porque conceberam uma Universidade Federal para atender às demandas urbanas e rurais da região de fronteira. O perfil institucional foi maturado aos poucos e sinalizava (e ainda sinaliza) para os grandes dilemas do início do século XXI, exigindo forte compromisso com a formação de professores, profissionais e pesquisadores, atentos à sustentabilidade ambiental e ao princípio de solidariedade; a defesa dos preceitos democráticos, da autonomia universitária, da pluralidade de pensamento e da diversidade cultural com participação dos diferentes sujeitos sociais nos órgãos de representação colegiada e estudantis; a construção de dispositivos que combatam as desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade; a valorização da agricultura familiar e no cultivo de alimentos orgânicos e agroecológicos como caminho para a superação da matriz produtiva existente; o pensar e fazer-se de uma Universidade Pública, de postura interdisciplinar e de caráter popular.¹¹

As reflexões de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire, Florestan Fernandes, José Arthur Giannotti, Marilena Chauí e Renato Janine Ribeiro sobre a história, os debates e os embates das universidades públicas brasileiras, sobretudo a partir da década de 1930, perpassando pelos tempos ditatoriais e várias reformas universitárias, contribuíram, direta e indiretamente, para embasar o projeto da Universidade Federal da Fronteira Sul. Não menos importante foram as reflexões de Boaventura Sousa Santos sobre os cenários do ensino superior no continente europeu e latino-americano, evidenciando os caminhos e descaminhos

10 LINHA do tempo com o histórico da UFFS de 2005 a 2010. **Acervo arquivístico**. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/linha-do-tempo-com-o-historico-da-uffs-de-2005-a-2010>. Acesso em: 14 ago. 2022.

11 PERFIL Institucional UFFS. **Universidade Federal da Fronteira Sul**. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/perfil. Acesso em: 15 ago. 2022.



das reformas universitárias nascidas naquele continente a partir do Tratado de Bolonha (1999) e os reflexos a curto, médio e longo prazo sobre o Ensino Superior Público, Comunitário e Privado na América Latina. Boaventura Sousa Santos alertava para o cenário neoliberal e o ataque incisivo ao Ensino Superior Público na tentativa de impor, via privatização, terceirização e cobrança de mensalidades, a lógica do ensino superior como mercadoria (iniciada, no caso brasileiro na década de 1960, ganhando fôlego a partir da década de 1990 com a criação de políticas públicas visando o financiamento estudantil, como o Fies).¹²

A materialização de um projeto de Universidade

Conceber a UFFS foi fruto de longos, e em alguns momentos, de tensos debates. Criou-se um projeto de Universidade sem igual, por atores diversos, voltada a atender as demandas da região da fronteira, no ensino de graduação e pós-graduação, na pesquisa, na extensão e na cultura. Era necessário, agora, tornar a Universidade palpável, viva e pulsante. A equipe de gestores *pro tempore*, na reitoria e nos *campi* da UFFS, foi definida a partir da sintonia dos professores, técnico-administrativos e membros da comunidade regional com o projeto de universidade. Muitos dos membros da comissão de implantação fizeram parte da equipe de gestores *pro tempore*, sob a batuta do professor Dilvo Ilvo Ristoff e, adiante, pelo professor Jaime Giolo. A Universidade Federal de Santa Catarina, como dito anteriormente, foi acolhida como tutora da UFFS nos primeiros anos, para dar suporte à tramitação de licitações, concursos e gestão de pessoas.

Várias foram as frentes de atuação, das quais destacamos as adequações nos prédios, escolas e pavilhões que abrigariam as primeiras turmas de alunos, docentes e técnico-administrativos; as obras de edificações dos prédios de salas de aula e laboratórios, bem como a acessibilidade aos *campi* definitivos; a aquisição de mobiliários, livros e material de laboratórios; a realização de novos concursos; a produção de um número significativo de regimentos e políticas institucionais para normatizar o funcionamento da UFFS em suas diferentes instâncias; a produção dos projetos pedagógicos dos 33 cursos (42 ofertas, pois alguns cursos replicavam-se em dois períodos – matutino e noturno) de graduação e posterior postagem no e-MEC. O desafio era imenso, pois o quadro de servidores era, inicialmente, de 332 pessoas (154 docentes e 178 técnico-administrativos), distribuídos em 5 *campi* e reitoria. Em fins de 2011, o quantitativo de servidores havia sido ampliado para 504 pessoas (238 docentes e 266 técnico-administrativos).¹³

12 SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade no século XXI**: para uma Universidade Nova. Coimbra: Almedina, 2008.

13 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão Pro Tempore**: 2009-2015.



Em pouco mais de um ano de funcionamento, o Estatuto da UFFS tomou forma; o Conselho Universitário (Consuni) e o Conselho Estratégico Social (CES) foram constituídos e, junto com a elaboração de seu Regimento Interno, foi produzido e aprovado o Regimento Geral da UFFS. Ainda em 2010, o Regulamento da Graduação e outras políticas (de cotas/vagas, de permanência, de estágios, de mobilidade acadêmica e de monitorias) foram aprovadas. Também foram implantados os seguintes programas: Programa de Educação Tutorial (PET), Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). Nos *campi*, os Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação passaram a ser produzidos e, no decorrer dos anos de 2012 a 2014, foram apreciados e aprovados pelo Consuni, seguidos de postagem no e-MEC. Na medida em que os projetos pedagógicos eram postados, comissões de avaliadores do INEP/MEC eram compostas para visita *in-loco* com o intuito de avaliar os cursos de graduação. Notas de excelência (4 e 5) foram atribuídas à maioria dos cursos de graduação da UFFS, muitos deles, avaliados ainda nas estruturas prediais e laboratoriais provisórias existentes nos *campi*.¹⁴

Os primeiros prédios de salas de aulas e de laboratórios construídos nos *campi* definitivos foram finalizados e disponibilizados para uso entre fins de 2012 e fins de 2014. É importante destacar que cada *campus*, ainda que tenham recebido prédios com mesmo formato, possuem características geográficas, arruamentos e projetos paisagísticos diferentes, respeitando a flora regional e as demandas por áreas experimentais pelos cursos de graduação, este último, com ênfase na multidisciplinaridade. Neste ritmo, de obras e infraestruturas, em meados de 2012, um novo *campus* foi criado, o *Campus* Passo Fundo, para receber um novo curso de graduação: Medicina, via plano de expansão de vagas para cursos de Medicina do MEC. Poucos meses depois, nova autorização foi concedida à UFFS, para abertura de outro curso de Medicina, no *Campus* Chapecó. Até meados de 2019, haviam sido investidos R\$ 263.054.644,79 em obras nos *campi*.¹⁵ Tal rubrica poderia ter sido maior, porém a partir de 2015 se estendendo a 2022, o orçamento do MEC destinado às universidades foi contingenciado e reduzido ano após ano. As poucas obras realizadas nos últimos anos deve-se, sobretudo, ao remanejamento de valores de custeio não utilizados durante a pandemia, migrados para a rubrica de capital e destinado à conclusão de obras iniciadas e de pequenos prédios destinados a espaços de socialização, praças de alimentação, depósitos e

Chapecó/SC: [s.n.], 2015. p. 52.

14 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Boletins informativos**. Chapecó/SC: [s.n.], [entre 2015 e 2019]. n. 01-250.

15 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório de Gestão 2009-2019**. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021**. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].



almoxarifados.¹⁶

Em 2010, a UFFS iniciou com 33 cursos de graduação. Em 2015, eram 42 cursos de graduação. Em fins de 2022 contava com 55 cursos de graduação. Com a integralização e consolidação da maioria dos cursos de graduação da UFFS, novos desafios surgiram e têm exigido ações diversas. Dentre estes desafios estão os índices de evasão e a baixa procura nos processos seletivos em alguns cursos de graduação. As políticas de auxílios socioeconômicos (auxílio-alimentação, moradia, transporte, bolsa permanência, bolsas de iniciação acadêmica e auxílios provisórios) destinadas a estudantes de graduação não têm conseguido manter todos os que recebem auxílio estudando. Se anterior à pandemia de Covid-19 os índices se mostravam preocupantes, durante e pós-pandemia, os índices subiram ainda mais, motivados, sobretudo, pela precarização das condições de vida, renda e trabalho dos estudantes e seus familiares.¹⁷ É sabido que não se trata de um problema exclusivo da UFFS, mas de uma situação que se repete em todas as Universidades Públicas, Federais, Estaduais e Comunitárias. O debate acadêmico sinaliza sintomas diversos. Para além do aspecto econômico e social, há influência dos cursos ofertados na modalidade EaD, cujos custos totais para se obter a diplomação são significativamente menores do que em curso de graduação presencial, mesmo numa universidade pública e gratuita, além do tempo do processo formativo. Há, ainda, um crescente desinteresse pelas novas gerações de jovens em optar pelo ensino superior como caminho para o exercício de uma profissão e atuação na sociedade. Existem grupos de estudos nos *campi*, fomentado pela Pró-Reitoria de Graduação, estudando essas e outras questões, bem como eventos de socialização e debates.¹⁸

Para além da graduação, a UFFS, desde seus primeiros passos, também dedicou-se a pensar as ações de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura. De início, era necessário produzir as políticas de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. Mas não existiam documentos orientadores. Para produzir um documento norteador, foi necessário organizar um conjunto de eventos nos *campi*, intitulado: “Conferências de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFFS (COEPE): Construindo agendas e definindo rumos” estruturado em 12 eixos temáticos, no formato de mesas redondas com ampla participação de docentes, discentes, técnico-

16 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021.** Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

17 NIEROTKA, Rosileia Lucia; BONAMIGO, Alicia Maria Catalano de; CARRASQUEIRA, Karina. Acesso, evasão e conclusão no Ensino Superior público: evidências para uma coorte de estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 31, n. 118, p. e0233107, jan. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362022003003107>. Acesso em: 22 out. 2022.

18 UFFS realiza evento para discutir evasão nos cursos de graduação: Evento on-line ocorre na quarta-feira (1º), das 13h30 às 17h. **Universidade Federal da Fronteira Sul**, 30 ago. 2021. Disponível em: https://www.uffs.edu.br/institucional/reitoria/diretoria_de_comunicacao_social/noticias/uffs-realiza-evento-para-discutir-evasao-nos-cursos-de-graduacao. Acesso em: 22 out. 2022.



administrativos e comunidade regional. Dos debates e encaminhamentos realizados nos *campi*, sistematizados por comissões relatoras, na plenária final ocorrida no início de setembro de 2010, foi aprovado o documento norteador das ações prioritárias de ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa, extensão e cultura a serem viabilizados e implementados nos próximos anos. Deste documento, foram escritas, debatidas e aprovadas as políticas de pesquisa, de pós-graduação, de extensão e de cultura. Também deu origem ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Uma segunda edição da COEPE, seguindo o modelo anterior, foi organizada em 2018, produzindo novo documento orientador e novo PDI.

Com o ingresso de novos docentes no decorrer dos primeiros anos, pôde-se avançar na integralização da grade curricular dos cursos de graduação e, ao mesmo tempo, da submissão dos primeiros grupos de pesquisas da UFFS no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq e a formalização dos primeiros Grupos de Trabalho (GT) para produzir propostas de programas de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*. Em 2012 obteve-se a aprovação dos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Estudos Linguísticos e em Educação, ambos com sede no *Campus* Chapecó. Outros 6 programas de Mestrado foram aprovados junto aos Comitês de áreas da Capes até 2015. Com a integralização dos cursos de graduação e a finalização da primeira fase de obras prediais e de infraestrutura nos *campi*, somado à reformulação de alguns cursos de graduação e a oferta apenas no período noturno de outros cursos (motivados pela evasão em cursos de licenciaturas ofertados no período matutino) houve condições propícias para os docentes criarem GTs e submeterem novas propostas de programas de mestrado acadêmico e profissional. Em fins de 2022, havia 18 programas de mestrado e 3 programas de doutorado, dois deles, interinstitucionais. Alguns programas de mestrado obtiveram nota 4 da Capes na avaliação quadrienal (2017-2020) e submeteram propostas de doutorado em janeiro de 2023. Para além dos mestrados e doutorados, ofertam-se, ainda, programas de Residências Médicas, Residências Multiprofissionais e mais de uma dezena de cursos de especialização.

No que se refere à pesquisa e extensão, nos primeiros anos da UFFS foram constituídos o Comitê de Ética em Pesquisas com Humanos (CEP), o Comitê de Ética no uso de Animais (CEUA) e a Comissão Interna de Biossegurança (CIBIO), bem como os Comitês Assessores de Pesquisa e de Extensão e Cultura nos *campi*, para apreciar e emitir pareceres técnicos sobre as propostas. Em 2013, o Conselho Universitário, mediante a realização de audiências públicas nos *campi*, decidiu por não constituir uma fundação de apoio e gestão financeira de projetos de pesquisa e de extensão e, por conseguinte, autorizou a realização de acordos e convênios com fundações de outras universidades públicas situadas no sul do Brasil, para a gestão financeira



de projetos de pesquisa e de extensão institucionalizados com recursos oriundos de fontes externas (emendas parlamentares, editais de fomento oriundo de empresas públicas, privadas e fundações estaduais – Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária).

Entre 2010 e 2022, UFFS, CNPq, Capes, Fapesc, Fapergs e Fundação Araucária investiram, juntas, um valor superior a 15 milhões de reais em recursos financeiros para bolsas de pesquisas, extensão e cultura; para fomento de grupos de pesquisas; para custeio a projetos de pesquisa, extensão e cultura. Não menos importante foram os investimentos realizados pela UFFS em infraestrutura, mobiliários e equipamentos destinado aos 240 laboratórios didáticos e de pesquisas existentes e distribuídos nos *campi* da UFFS. Entre 2010 e 2022, foram investidos aproximadamente 10 milhões de reais para aquisição de materiais de consumo, mobiliários, equipamentos e contratação de serviços (coleta de resíduos e manutenção de equipamentos).¹⁹ Ao longo dos anos, professores e estudantes, de graduação e de pós-graduação, bolsistas ou voluntários, publicaram artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, ou no formato de livros e capítulos de livros, além de apresentações de trabalhos em eventos científicos em congressos, seminários e semanas acadêmicas. Essas publicações ajudaram a compor o conjunto de produções acadêmicas inseridas no Currículo *Lattes* dos docentes e discentes, contribuindo, por exemplo, na submissão e aprovação de programas de pós-graduação e, aos egressos dos cursos de graduação, a serem aprovados em concursos ou em processos seletivos em programas de pós-graduação, no Brasil ou no exterior.

A gestão *pro tempore* se encerrou em 2015 e, neste mesmo ano, houve a consulta pública para a escolha dos novos gestores da UFFS, na reitoria e nos *campi*. Na reitoria, o professor Jaime Giolo e o professor Antonio Inácio Andrioli foram reconduzidos ao posto de reitor e vice-reitor, agora eleitos. Nos *campi*, novos diretores. Todos almejavam dar continuidade ao projeto de universidade que, ao longo dos anos, tornava-se real, palpável e exigiam atuação firme destes gestores e de suas equipes para finalizar obras, propor novos cursos e produzir novos documentos orientadores para os próximos anos. No entanto, os anos que se seguiram, na economia e na política, obrigaram os gestores a atuarem com um volume cada vez menor de recursos orçamentários, algumas vezes, contingenciados, noutras vezes, suprimidos.²⁰ Neste novo cenário econômico e sob o sombrio cenário político que culminou na deposição de um governo em 2016 e o alvorecer de outro, em 2019, a UFFS, assim como as demais Universidades Federais, sobreviveram com poucos recursos financeiros, elegendo

19 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Relatório de Gestão 2009-2019*. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Relatório Integrado Anual: 2020 e 2021*. Chapecó/SC: [s.n.], [202-].

20 UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. *Relatório de Gestão 2009-2019*. Chapecó/SC: [s.n.], 2019.



prioridades em seus custeios e raras aquisições, algumas delas, complementadas com recursos oriundos de emendas parlamentares.

Em 2019, a consulta pública para escolha de novos gestores levou ao posto de reitor e vice-reitor, os professores Marcelo Recktenvald e Gismael Francisco Perin. Não foram os mais votados na consulta pública, mas mediante envio da lista tríplice ao MEC, foram escolhidos para os referidos cargos. Candidatos a diretores de *campus* mais votados foram conduzidos ao posto de diretor. As restrições orçamentárias tornaram-se mais agudas, bem como os enfrentamentos políticos com o novo governo, frente às tentativas de imposição de reforma universitária. Na UFFS, assim como houve simpatizantes às reformas e à nova gestão da UFFS, houve resistências por parte de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e comunidade regional, quer às propostas de reforma universitária, quer à gestão 2019-2023. Toda mudança de ritmo e de rumos produzem críticas, tensões e embates. Se por um lado provocam desgastes, por outro lado, suscitaram a defesa de princípios norteadores que sustentaram a concepção da UFFS quando de sua criação.

Com 13 anos de pleno funcionamento, a UFFS, está inserida na grande Mesorregião da Fronteira Sul em seis *campi*, com um quadro de servidores docentes e técnico-administrativos que chegam a 1.500 pessoas e aproximadamente 10 mil estudantes de graduação e de pós-graduação. A visibilidade e a identidade institucional é conhecida e, aos poucos, explicita as diferentes funções da universidade na sociedade: formar pessoas e, com elas, transformar as distintas realidades regionais, urbanas e rurais, via produção científica e cultural.

Chapecó, maio de 2023.

(Texto homologado pela Decisão nº 5/2023 – CONSUNI/CGAE)



3 EQUIPE DE ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

3.1 Coordenação de curso

Raphaela de Toledo Desiderio (coordenadora)

Reginaldo José de Souza (coordenador adjunto)

3.2 Equipe de elaboração:

Ana Maria de Oliveira Pereira

Anderson André Genro Alves Ribeiro

Éverton de Moraes Kozenieski

João Paulo Peres Bezerra

José Mário Leal Martins da Costa

Juçara Spinelli

Paula Vanessa de Faria Lindo

Pedro Germano dos Santos Murara

Raphaela de Toledo Desiderio

Reginaldo José de Souza

Roberto Carlos Ribeiro

3.3 Comissão de acompanhamento pedagógico curricular

Fabiane de Andrade Leite (Diretora de Organização Pedagógica/DOP)

Adriana F. Faricoski, Neuza M. Franz, Sandra F. Bordignon (Pedagogas/DOP)

Alexandre L. Fassina (Técnico em Assuntos Educacionais/DOP)

Pedro Adalberto Aguiar Castro (Diretor de Registro Acadêmico/DRA)

Maiquel Tesser (Administrador/DRA)

Ademir Luiz Bazzotti (Pedagogo), Marina Andrioli (Assistente em administração) (Divisão de Integração Pedagógica - PROEC)

Revisão das referências: Daniele Rosa Monteiro

3.4 Núcleo docente estruturante do curso

O NDE do curso de Geografia – Licenciatura, conforme designado na Portaria nº 93/CER/UFFS/2025.



Quadro 1: Composição atual do Núcleo Docente Estruturante do curso

Nome do Docente	Titulação principal	Domínio
Ana Maria de Oliveira Pereira	Doutorado	Específico
Anderson André Genro Alves Ribeiro	Doutorado	Específico
Marcio Freitas Eduardo	Doutorado	Específico
Raphaela de Toledo Desiderio	Doutorado	Específico
Reginaldo José de Souza	Doutorado	Específico
Roberto Carlos Ribeiro	Doutorado	Comum
Silvania Regina Pellenz Irgang	Mestrado	Conexo



4 JUSTIFICATIVA

4.1 Justificativa da criação do curso

A criação do curso de graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul justifica-se por quatro motivos:

- a) Perfil da instituição no qual está inserido;
- b) Demanda regional (formação de docentes qualificados);
- c) Oferta da disciplina nos currículos escolares do ensino fundamental e do ensino médio;
- d) Demanda pela realização de atividades de pesquisa e de extensão. A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) foi criada em setembro de 2009, mediante a publicação da Lei nº 12.029. Sua implantação está relacionada ao Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que visa a ampliação do acesso ao ensino superior público e orienta ações que promovam a diminuição das taxas de evasão universitária.

Sediada em Chapecó-SC, a Instituição possui estrutura multicampi que integra os estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Entre os princípios norteadores do Projeto Político Institucional da universidade destacam-se o comprometimento com a formação de cidadãos conscientes e empenhados com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do País, mais especificamente a mesorregião denominada, pelo Ministério da Integração Nacional, de “Grande Fronteira do Mercosul”.

Nesse sentido, a criação do curso de graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul relaciona-se fortemente com o perfil geral da Instituição, que compreende a educação como um espaço de formação de indivíduos crítico-reflexivos, tendo como propósito superar a perspectiva de um ensino tecnicista e supostamente neutro do ponto de vista ideológico, voltado principalmente para a (re)produção de mão de obra especializada.

O curso de graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul é, neste campo, o primeiro curso público federal em toda a região de abrangência da Universidade. A Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul é composta por 396 municípios e população de 3,9 milhões de habitantes (IBGE, 2014). Neste sentido, o Curso de graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul possibilita a oportunidade de ingresso da população regional e de outras localidades, no ensino superior público.



Outro ponto relevante é que a Geografia, enquanto componente curricular escolar, é prevista na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para ser ofertada nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio. Praticamente todos os estabelecimentos de ensino que ofertam educação básica, em diferentes modalidades, contam com disciplinas de Geografia em suas grades curriculares. Em muitos casos, entretanto, os docentes que lecionam Geografia não são formados na área (algumas vezes sequer são formados) ou, quando o são, não têm formação adequada para cumprir o que a BNCC. Há, assim, um déficit não somente quantitativo, mas também qualitativo no que tange aos docentes de Geografia. Na região de abrangência da Universidade, e sobretudo nas microrregiões dos municípios de Chapecó-SC e Erechim-RS, há uma carência muito grande de docentes formados em Geografia.

Apesar de existirem algumas universidades que ainda ofertam o curso, elas são privadas e, por isso mesmo, o investimento nos cursos de Licenciatura não se compara ao das públicas. Tanto que algumas dessas universidades de caráter privado estão encerrando muitos cursos de Licenciatura, entre eles o de Geografia. Esse quadro de carência numérica e superficial da formação de docentes de Geografia da região se completa quando se constata que muitos dos atuais docentes da área possuem apenas a chamada “Licenciatura Curta”, mas em “Estudos Sociais”, que sequer existe hoje enquanto disciplina. Desse modo, a criação do curso de graduação em Geografia – Licenciatura da UFFS pretende suprir, pelo menos em parte, e a médio prazo, essa carência regional, uma vez que em Erechim-RS ingressam anualmente 50 alunos no curso e o mesmo quantitativo em Chapecó-SC.

Por fim, há ainda o aspecto de que a presença do curso de Licenciatura em Geografia pode suprir carências nas esferas da pesquisa e extensão, contribuindo na construção, problematização e consolidação de demandas regionais advindas da sociedade civil organizada.

4.2 Justificativa da reformulação do curso

As revisões do PPC do curso de Geografia-Licenciatura da UFFS, Campus Erechim-RS, estiveram respaldadas nos seguintes aspectos:

a) Avaliação continuada: trata-se dos processos contínuos de avaliação formais e não-formais acumulados ao longo dos anos de funcionamento do curso. O debate democrático de revisão do PPC foi deflagrado em 2013, envolvendo as comunidades acadêmicas de docentes e discentes do curso, em diálogo com o Colegiado do Curso de Geografia – Licenciatura da UFFS, *Campus* Chapecó. No total, foram realizadas duas reuniões conjuntas (Erechim –



Chapecó), 10 reuniões de Colegiado e 15 de NDE, entre os anos de 2013 e 2014.

Nesse contexto, destacam-se como aspectos centrais dessa avaliação: alterações, inclusão e exclusão de componentes curriculares, assim como sua distribuição nas fases do curso; revisão dos regulamentos do PPC; alterações na distribuição das práticas como componente curricular; criação de eixos formativos do Domínio Específico do curso; ampliação do diálogo com o Domínio Comum e Conexo.

A revisão de PPC culminou em uma nova proposta que foi submetida à Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis (CGAE) do Conselho Universitário da UFFS para apreciação. No entanto, com a expectativa de criação da Política Institucional para Formação Inicial e Continuada de docentes da Educação Básica (Resolução nº 2/CONSUNI CGAE/UFFS/2017), a avaliação do PPC foi suspensa pela CGAE. Em 2017, com a aprovação da referida Resolução, a discussão da revisão do PPC é retomada, com a realização de uma reunião entre o representante no NDE do curso do *Campus* Erechim com o NDE do curso do *Campus* Chapecó, 03 reuniões de Colegiado e 18 de NDE.

b) Pareceres do MEC: as alterações repercutem, também, as contribuições dos avaliadores do MEC na oportunidade do reconhecimento do curso, em 2013. Essa avaliação, apesar de a nota geral do Curso ter sido 4, exigiu a assinatura de um termo de compromisso no sentido de adequar alguns aspectos considerados pelos avaliadores como insuficientes. Tal assinatura exigiu uma reavaliação do curso, ocorrida em 2015. O parecer produzido na última ocasião expressou algumas expectativas de melhorias no curso, como: a) inserção do percentual de carga horária total do curso na modalidade EAD; b) fortalecimento da formação específica em Geografia (Domínio Específico do Curso); c) Melhoria do processo e dos instrumentos de avaliação e autoavaliação; d) Ajustes da oferta de entradas e de vagas do curso em consonância com o histórico de inscrições.

c) Mudanças da legislação federal e das normativas institucionais da UFFS: a reformulação do PPC também está amparada na definição da Política Institucional de Formação de docentes da UFFS para Formação Inicial e Continuada de docentes da Educação Básica (Resolução nº 52/CONSUNI CGAE/UFFS/2024), a qual estabelece os princípios, objetivos, diretrizes e orientações para organização dos projetos formativos das licenciaturas. Busca, portanto, a construção de uma identidade institucional para os cursos de licenciatura da UFFS. Além disso, tal Resolução adapta os cursos existentes à normativa federal (Resolução nº 2/2015/CNE/MEC), que define novas diretrizes nacionais para formação inicial em nível superior e para formação continuada.

Desse modo, destacam-se como aspectos centrais dessas normativas: ampliação da carga



horária do Domínio Conexo, como exemplo a inclusão dos componentes curriculares “educação inclusiva” e “estágio supervisionado – gestão escolar”; adequação da carga horária total do curso; articulação do perfil formativo para atuação profissional do egresso na educação básica pública capaz de atender o ensino, a gestão educacional, a coordenação pedagógica e a produção e difusão do conhecimento; novos critérios de componentes curriculares flexíveis que oportunizam aos discentes definirem parte da sua trajetória formativa.

Mais recentemente, com a necessidade de inserir as atividades de extensão universitária nos currículos dos cursos, o Projeto Político Pedagógico da Geografia-Licenciatura passa por nova revisão, tendo-se em vista a proposta do Núcleo Docente Estruturante, aprovada pelo Colegiado do Curso, de dedicar parte da carga horária dos componentes curriculares do domínio específico às práticas extensionistas.

Considerando a Resolução CNE/CES nº 07/2018, que estabelece as diretrizes para a curricularização da extensão na Educação Superior brasileira, com o percentual de, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária total estudantil dos cursos de graduação, bem como os elementos que devem estruturar/organizar, avaliar e registrar as práticas extensionistas no âmbito da formação de professores, o curso de Geografia-Licenciatura introduz práticas extensionistas em seus componentes curriculares em todas as suas fases formativas, exceto na última (9º nível). O curso considera os componentes curriculares com carga horária entre 60 e 75 horas aula, respectivamente) distribuídas da seguinte forma:

1º nível : História do Pensamento Geográfico, Geografia do Brasil, Introdução à Astronomia ; 2º nível : Geografia Econômica; 3º nível : Geografia Regional, Geografia Política, Climatologia, Cartografia Escolar e Projeto Integrador II; 4º nível : Geografia Agrária, Cartografia Temática e Geologia; 5º nível : Geografia Urbana, Epistemologia da Geografia, Didática em Geografia e Geomorfologia; 6º nível: Organização do Espaço Mundial, Geografia Cultural, Hidrogeografia e Biogeografia; 7º nível: Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens e Projeto Integrador III; 8º nível : Geografia e Questão Ambiental.

A escolha por essa modalidade de introdução das práticas extensionistas no curso se apoia no fato de que a Geografia-Licenciatura, campus Erechim-RS, é um curso noturno, cujo perfil de ingressantes pode ser, muitas vezes, constituído por estudantes trabalhadores e trabalhadores. Assim, é necessário adotar estratégias didático-pedagógicas para organização das práticas extensionistas (seleção de referenciais teórico-metodológicos, orientações, acompanhamento e supervisão, por docentes, de projetos elaborados por discentes) possíveis a



todos os estudantes dentro dos horários de oferta de componentes curriculares , considerando a relevância dos diálogos interdisciplinares no contexto específico de cada fase formativa do curso, bem como entre as diferentes fases no decorrer da graduação.

A partir da dedicação de 15 horas da carga horária destes Componentes Curriculares (CCRs) o curso contabiliza 345 horas de atividades extensionistas, obedecendo às diretrizes que orientam a introdução da extensão universitária nos cursos superiores.



5 REFERENCIAIS ORIENTADORES (ético-políticos, epistemológicos, didático-pedagógicos)

5.1 Referenciais ético-políticos

Respaldado e consonante com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Curso de Graduação em Geografia– Licenciatura da UFFS, *Campus* Erechim, desenvolve suas atividades com o objetivo de consolidar do ensino superior na área de abrangência da UFFS. Para isso, valoriza o diálogo-formativo com a comunidade regional e suas demandas, especialmente no que tange aos processos geográficos e educacionais, promovendo a articulação interna entre os diferentes domínios formativos componentes da matriz curricular, incentivando a interação com entes externos ao curso, a exemplo das escolas públicas de educação básica e outras instituições de ensino e/ou pesquisa, e entidades representantes da sociedade civil organizada. Essa articulação visa à construção de redes colaborativas de produção e difusão do conhecimento geográfico como campo de pesquisa, de extensão, de atividades culturais e de práticas pedagógicas.

O curso concebe suas atividades como práticas deliberadas, fundamentadas em princípios epistemológicos, didáticos e pedagógicos, que favorecem a interação dialógica entre docentes e discentes, e destes com os objetos de conhecimentos, competências e habilidades necessários ao exercício profissional. Essa concepção orienta a formação do licenciado em Geografia e sua prática profissional na Educação Básica e/ou em espaços não-formais de educação.

Nesse contexto, compreende-se a formação do licenciado em Geografia como prática histórico-social, espacial e temporalmente situada e que, portanto, encontra na ideia de práxis geográfica e educacional a síntese do seu processo formativo. Como resultado, deste processo, espera-se um licenciado em Geografia capaz de produzir leituras geográficas do mundo e da educação. Leituras que permitam a compreensão e atuação crítica diante das dinâmicas que envolvem a organização, estrutura e funcionamento de espaços educativos diversos, ou seja, espaços formais e não-formais de educação. Ao licenciado cabe, através da sua atuação e cumprindo as funções que a sua formação possibilite, garantir acesso ao conhecimento plural e diversificado e atendendo as legislações educacionais.

Para a efetivação desses referenciais, o curso de Geografia – Licenciatura, fundamenta-se nos seguintes princípios

- a) Engajamento com a democratização do acesso e da permanência estudantil respaldados na democratização da construção e acesso ao conhecimento;
- b) Empenho na construção do conhecimento geográfico, com a multiculturalidade



brasileira e com a democracia cidadã, tomando o conhecimento a partir de suas dimensões históricas, ético-políticas e sociais com vistas à formação integral dos sujeitos;

- c) Compromisso com a integralidade da formação humana, a partir de uma perspectiva ética com a vida, respeitando a alteridade, a pluralidade de ambientes formativos e de interação profissional;
- d) Empenho com a iniciação nos processos investigativos e/ou na iniciação científica de todos os estudantes, podendo contemplar temáticas relevantes à inserção nas instituições da educação básica;
- e) Responsabilidade com a qualificação e atuação propositiva na busca de soluções relativas às questões geográficas e educacionais em espaços educativos formais e não-formais;
- f) Envolvimento permanente com os fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia e das Ciências da Educação;
- g) Educação Inclusiva como princípio ético, político e pedagógico no acolhimento dos discentes e na sua formação para atuação profissional a partir dos mesmos princípios;
- h) Empenho científico, técnico, ético e político com a formação inicial e continuada de docentes para a educação básica pública;
- i) Comprometimento com a formação profissional para atuação na educação básica, tomando seus espaços e sujeitos como co-formadores;
- j) Engajamento com a construção de uma educação básica pública democrática e inclusiva;
- k) Gestão participativa e democrática do currículo, das práticas pedagógicas e dos aspectos administrativos do curso.

A partir desses princípios, o curso busca formar sujeitos cientificamente embasados, socialmente comprometidos e profissionalmente capazes de operar a partir das bases científicas e ético-políticas nos diferentes tempos e espaços nos quais os seus conhecimentos profissionais sejam requeridos.

5.2 Referenciais epistemológicos

Entende-se a Geografia como uma ciência ocupada em descrever, compreender, explicar e analisar o espaço geográfico, suas dinâmicas naturais e territoriais e suas múltiplas inter-relações. Ao encontro dessa perspectiva, nas últimas décadas, a Geografia vem



experimentando avanços significativos na incorporação de novas tecnologias (geoprocessamento e sensoriamento remoto, por exemplo), na ampliação de seu campo teórico e metodológico e na pesquisa aplicada.

Esses avanços requerem transformações no processo formativo do docente de Geografia e de sua atuação na Educação Básica e em espaços extraescolares, de educação formal e não formal, tomando o conhecimento como resultante de um processo histórico que, portanto, traz subjacente a si dimensões científicas, sociais, ético-políticas e culturais.

Além disso, parte-se do pressuposto de que além do conteúdo geográfico em si, o curso de licenciatura em Geografia deve primar também pelo conhecimento pedagógico dos conteúdos geográficos. Ou seja, além da compreensão científica do seu temário, são necessárias práticas e reflexões acerca da constituição pedagógica destes conteúdos, de forma adequada aos processos escolares em suas diferentes etapas e modalidades, bem como à diversidade de público atendido, no que diz respeito às suas especificidades socioculturais e aspectos sociocognitivos e psicomotores.

As complexas interações entre diferentes escalas exigem que a Geografia e seus profissionais busquem caminhos teórico-metodológicos que tornem capazes interpretar, explicar e produzir conhecimento sobre a realidade. Nesse sentido, a estrutura curricular do curso privilegia uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, primando pela formação do docente e pesquisador a partir do diálogo interdisciplinar, presente nos distintos componentes curriculares, nos diferentes níveis do curso e através de estratégias didático-pedagógicas, numa atividade docente cientificamente embasada, tecnicamente competente e comprometida com a educação e a ciência.

Compreende-se que a formação do licenciado deve incorporar metodologias que considerem a diversidade de sujeitos que habitam e produzem os territórios, incluindo os marcadores sociais de diferença, como gênero, raça/etnia, classe, sexualidade e geração. A leitura crítica do espaço geográfico exige atenção às desigualdades estruturais que afetam a vida das populações negras, indígenas, pessoas com deficiência, migrantes, periféricas e LGBTQIAPN+, cujas territorialidades são historicamente invisibilizadas pelos modelos tradicionais de produção do conhecimento. Assim, as atividades de ensino, pesquisa e extensão também se voltam ao compromisso com uma educação antirracista, interseccional e decolonial, que permita aos estudantes identificar e enfrentar desigualdades socioespaciais, valorizando os saberes plurais e as resistências populares. Esta perspectiva metodológica amplia as possibilidades de atuação do geógrafo, favorecendo a proposição de soluções territorializadas e socialmente justas, baseadas em princípios éticos, críticos e transformadores.



Nesse sentido, processo didático-pedagógico do curso articula-se a concepções do campo progressista de educação, considerando que a transformação social passa por uma educação atenta aos sujeitos envolvidos no processo como seres históricos e sociais. Assim os conhecimentos envolvidos no processo educativo devem ser contextualizados e situados em seu processo de constituição, analisados a partir dos referenciais da ciência e reorientados para a compreensão de cada contexto educativo atual.

Nesta perspectiva, assume-se que o processo formativo do licenciando em Geografia extrapola a construção do saber-fazer relativo à sua atuação profissional, indo, para além disso, em direção à formação ética, estimulada na e pela reflexão crítica da realidade vivida (Freire, 2011), em processos de ensino e de aprendizagem abertos e colaborativos, de construção continuada, permeados pelos saberes necessários à docência, quais sejam, os saberes do conhecimento da Geografia e das Ciências da Educação, os saberes da experiência e os saberes pedagógicos.

5.3 Referenciais didático-pedagógicos

Neste PPC a formação de docentes é concebida como um processo de emancipação que ocorrerá mediante a construção de uma consciência crítica, que busque a transformação das condições históricas, materiais, tecnológicas e científicas.

Isso exige do docente comprometido com a educação: rigor profissional; pesquisa; extensão; respeito aos saberes dos educandos; criticidade; estética e ética; corporificação das palavras pelo exemplo; risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; reflexão crítica sobre a prática; reconhecimento e assunção da identidade cultural; apreensão da realidade; convicção de que a mudança é possível; disponibilidade para o diálogo; que a educação é uma forma de intervenção no mundo onde teoria e prática compõe um todo orgânico (Freire, 2011).

O desenvolvimento de tal postura, exige uma base sólida dos conhecimentos relacionados à realidade local, regional, global, o que conduz a uma concepção comprometida com questões relacionadas à formação dos docentes diante das novas realidades e atitudes a serem assumidas pelos futuros profissionais. Entre essas atitudes, destacam-se:

- Conceber o processo educativo enquanto mediador: ensino-aprendizagem ativo do discente com o auxílio pedagógico do docente;
- Modificar a ideia de uma escola e de uma prática pluridisciplinar para uma ~~escola e práticas~~ práticas interdisciplinares,
- Compreender os processos e contextos que envolvem as reformas educacionais;



- Conhecer estratégias do ensinar a pensar, ensinar a aprender;
- Persistir no empenho de auxiliar os discentes a buscarem uma perspectiva crítica dos conteúdos, a se habituarem a apreender as realidades enfocadas nos conteúdos escolares de forma crítico-reflexiva;
 - Assumir o trabalho de sala de aula como um processo de comunicação e desenvolver capacidade comunicativa;
 - Reconhecer o impacto das diferentes linguagens e de novas tecnologias da informação e comunicação na sala de aula;
 - Atender a diversidade cultural e respeitar as diferenças no contexto da escola e da sala de aula;
 - Investir na atualização científica, técnica e cultural, como ingredientes do processo de formação continuada;
 - Integrar no exercício da docência a dimensão afetiva;
 - Desenvolver comportamento ético e saber orientar os discentes em valores e atitudes em relação à vida, ao ambiente, às relações humanas, e a si próprios (Libâneo, 2013).
 - Pellegrini (2000) destaca ainda que o docente deve ser dinâmico e estar atualizado; conhecer o contexto social da sua comunidade e do seu país no aspecto cultural, econômico, político; integrar-se na elaboração dos projetos educacionais da sua escola; utilizar-se de estratégias didático-pedagógicas que desenvolvam o processo de aprendizagem dos discentes, respeitando a suas individualidades, evitando o surgimento de processos excludentes; orientar-se levando em consideração as características da comunidade onde encontra-se inserida a escola; assumir a sua profissão de educador e envolver-se com sua entidade de classe, assim como constituir novos projetos pedagógicos tendo como parâmetro os resultados das diferentes abordagens de avaliação utilizadas.
- Em âmbito Institucional, cabe destacar que a organização curricular dos cursos da UFFS em três domínios: Domínios Comum, Conexo e Específico, potencializa a construção dessas atitudes. A articulação dos Domínios no âmbito do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura, torna possível a prática da interdisciplinaridade, de uma formação mais ampla, com vistas ao exercício da cidadania plena. Busca também subsidiar o discente em conteúdos de contextualização acadêmica, potencializando os processos de ensino e aprendizagem em concomitância às práticas de pesquisa e extensão ancoradas nos pressupostos do PPI.

5.4 Referenciais legais e institucionais

A matriz curricular do curso de graduação em Geografia – Licenciatura da UFFS,



assim como as demais orientações curriculares do seu projeto político pedagógico foram definidos com base na Resolução CNE/CP 2, de 1º de julho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de docentes, e na Resolução nº52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 que aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, bem como nas deliberações institucionais acerca dos cursos de graduação em geral e das licenciaturas, em específico, tendo como guia os princípios pedagógicos emanados do seu Projeto Pedagógico Institucional e a filosofia de trabalho e as metas institucionais dispostas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

Ancorado, ainda, no regramento prescrito pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Geografia (Resolução CNE/CES nº 14 de março de 2002), este projeto pedagógico assume a perspectiva de formar sujeitos críticos capazes de:

Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia. Dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico (Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001).

Para a consecução destes princípios, também serão basilares os elementos reguladores da educação nacional apresentados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, no que tange aos aspectos gerais da educação do País, assim como nos elementos diretamente relacionados aos cursos de graduação e à formação inicial de docentes, como também em consonância com o normatizado pelo regulamento de graduação da UFFS, instituído pela Resolução nº 4/CGRAD/2014, revogada pela Resolução nº40/CGAE/CONSUNI/2022.

Sendo um curso de Geografia que se propõe inclusivo e diverso, ao longo dos ementários dos componentes curriculares do Domínio Específico e de alguns do Domínio Conexo, bem como nos regramentos de atividades dos estágios curriculares supervisionados e atividades curriculares complementares e extensionistas, contemplam-se: as reformulações ocorridas pelas alterações da Lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 13.415). Dentre as alterações destacam-se aquelas que dizem respeito ao total da carga horária para integralização do Ensino Médio, assim como, a organização curricular desta etapa da Educação Básica em áreas do conhecimento, além de uma estrutura que trata da harmonização entre uma base nacional comum e uma parte diversificada do currículo.

Também destacamos os indicativos curriculares e pedagógicos acerca dos direitos humanos (Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução nº 1/2012); da educação para as relações étnico-raciais, respaldada na Lei nº 11.465 de 10 de março de 2008 e na resolução nº 1, de 17



de junho de 2004, que dispõe acerca da inclusão de temáticas da história e cultura afro-brasileiras e indígena nos currículos; da Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999), e da Educação Especial, com discussões teórico-práticas relativas à inclusão em suas múltiplas dimensões, atentando para os critérios necessários para a acessibilidade dos sujeitos nos espaços e tempos atinentes à formação, conforme estabelecido pela Lei nº 10.098/2000 e a Portaria nº 3.284/2003, assim como à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, conforme regulamentado pela Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. E mais recentemente da Lei nº 14.986 de 25 de setembro de 2024, que trata da obrigatoriedade da inclusão de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres que fizeram história no âmbito das escolas de educação básica do País.

Além disso, propõem-se os CCRs de Educação Inclusiva e Libras (conforme regulamentado pela Lei 10.436/2002, que institui a obrigatoriedade da Língua Brasileira de Sinais em cursos de licenciatura).

Enfatiza-se que os temas aqui listados fazem parte de todo o processo formativo discente, estando explicitamente apontados nos ementários dos componentes curriculares.

Na direção de caracterizar-se como um curso inclusivo e em diálogo com as questões sociais e determinações institucionais, o curso está aberto para a política de acesso, permanência e acompanhamento de discentes indígenas, conforme regulamentado pela Resolução nº 32/CONSUNI/UFFS/2013 e, igualmente, à política institucional de acesso dos imigrantes de acesso ao ensino superior instituído pela Resolução nº 16/CONSUNI/UFFS/2019.

Com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se na Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Nesse sentido, o Projeto Pedagógico deste Curso contempla a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da educação básica com base nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação.

Pode-se destacar ainda os relatórios de avaliação do curso produzidos pelo MEC, códigos 99834 e 124021, cujo protocolo 201210615 delibera sobre o ato regulatório de reconhecimento do Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Fronteira Sul – *Campus* Erechim, em 2013 e 2015, que foi avaliado com conceito final 4.



O Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da UFFS está disposto na Resolução nº 39/CONSUNI/CGAE/2022 e tem por finalidade ser um espaço institucional de apoio didático, pedagógico e de articulação para a formação docente no *campus*.

Conforme o Art. 3º da Resolução 39/CONSUNI/CGAE/2022 o NAP tem os seguintes objetivos: I – acolher os novos professores, apresentando a eles a instituição, os objetivos, as diretrizes e os documentos norteadores da UFFS; II – promover uma formação inicial ao professor ingressante da magistério superior embasada na proposta de origem da universidade; III – assessorar a Coordenação Acadêmica, as coordenações e os colegiados de cursos nas questões pedagógicas; IV – fomentar o debate político-pedagógico no *campus*; V- fortalecer a comunicação e a interdisciplinaridade entre os professores, entre as áreas do conhecimento e entre os componentes curriculares; VI – promover a formação continuada dos professores, viando o aperfeiçoamento didático-pedagógico por meio de um programa de formação continuada, articulado com a política de formação institucional, e VII – proporcionar apoio pedagógico a partir de necessidades apontadas pelos diversos setores, envolvendo os diferentes núcleos que atuam no *campus*.

Quanto à Resolução nº 3, de 2 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, é mencionado no Art. 1º que a hora aula decorre de necessidades de organização acadêmica das Instituições de Educação Superior. Entendendo-se por hora-aula a unidade de tempo de 50 minutos dedicada ao exercício efetivo de aulas teóricas, práticas, de laboratório e de campo, conforme disposto na Portaria MEC nº 475/1987, Art. 1º, inciso III, “d”;

Pode-se ressaltar ainda a Resolução nº 9/CONSUNI CGAE/UFFS/2017 que estabelece a estrutura do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura dos *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul, aspectos explicitados no item 8 do PPC. A reformulação que resultou no presente PPC está amparada nas orientações e definições da Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 que institui a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

A presente proposta de reformulação também considera as Resoluções CNE/CES nº 7/2018, que apresenta as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que regulamentam as atividades acadêmicas de extensão dos cursos de graduação, na forma de componentes curriculares para os cursos, levando em consideração o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Política Institucional da UFFS para a Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica (Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024) e a Resolução nº 93 CONSUNI/UFFS/2021 que aprova a as



diretrizes para inserção de atividades de extensão e cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFFS.

Considera ainda as resoluções institucionais que aprovam as Políticas de Extensão e Cultura da UFFS, respectivamente Resolução nº 4/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2017 e Resolução nº 2/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2016, assim como a Resolução nº 23/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2019 que aprova o Regulamento de Extensão e Cultura da UFFS.

5.4.1 Âmbito nacional:

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Portaria nº 3.284, de 07 de novembro de 2003 – dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a inserção obrigatória de Língua Brasileira de Sinais – Libras para todos os cursos de Licenciatura e a inserção optativa para todos os cursos de bacharelado.

Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008 – altera a Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 e inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – dispõe sobre estágio de estudantes.

Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010 – normatiza o Núcleo Docente Estruturante de cursos de graduação da Educação Superior como um grupo de docentes, com atribuições



acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012 – regulamenta a lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio (Legislação de cotas).

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, garantindo a este público acesso à educação e ao ensino profissionalizante.

No que se refere à proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista e demais deficiências, há na UFFS o Núcleo de Acessibilidade, que desempenha ações que visam garantir o acesso, a permanência e a aprendizagem para esses estudantes.

Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) – MEC/2013.

Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014 – aprova o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2024, tendo definido a seguinte estratégia para atingimento da Meta 12 (elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior): “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016 – possibilita às instituições de ensino superior introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos a oferta de parte da carga horária na modalidade semipresencial, com base no art. 81 da Lei n. 9.394, de 1996, e no disposto nesta Portaria.

Decreto Nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.

Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017 – dispõe sobre o sistema e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC.

Resolução CNE nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014,



que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências.

Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

5.4.2 *Âmbito institucional:*

PPI – Projeto Pedagógico Institucional, que aponta os princípios norteadores da UFFS, que são 10 pontos, onde se destaca o respeito à identidade universitária, integrando ensino, pesquisa e extensão, o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da democracia e da autonomia, através da pluralidade e diversidade cultural, a garantia de universidade pública, popular e de qualidade, em que a ciência esteja comprometida com a superação da matriz produtiva existente e que valorize a agricultura familiar como um setor estruturador e dinamizador do desenvolvimento.

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que identifica a UFFS no que diz respeito à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou pretende desenvolver.

Resolução nº 11 – CONSUNI/UFFS/2012 - reconhece a Portaria nº 44/UFFS/2009, cria e autoriza o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 33 - CONSUNI/UFFS/2013 – institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 6 - CGRAD/UFFS/2015 – aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS, que tem por finalidade primária atender, conforme expresso em legislação vigente, servidores e estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional.

Resolução nº 7 – CONSUNI/CGRAD/UFFS/2015 – aprova o regulamento de estágio da UFFS e que organiza o funcionamento dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios.

Resolução nº 4/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2017 - Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 04 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2018 - regulamenta a organização dos componentes curriculares de estágio supervisionado e a atribuição de carga horária de aulas aos docentes responsáveis pelo desenvolvimento destes componentes nos cursos de graduação da UFFS.

Resolução nº 16 - CONSUNI/UFFS/2019 - Institui o Programa de Acesso e Permanência a Estudantes Imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), no âmbito da Universidade Federal da Fronteira



Sul.

Resolução nº 2/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2016 - Aprova a Política de Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 23/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2019 - Aprova o Regulamento da Extensão e Cultura da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 93 – CONSUNI/UFFS/2021 - Aprova as diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução nº 39 - CONSUNI/CGRAD/UFFS/2022 – Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Resolução Nº 40 - CONSUNI CGAE/UFFS/2022 – normatiza a organização e o funcionamento dos cursos de graduação da UFFS. Estabelece os princípios e objetivos da graduação, define as atribuições e composição da coordenação e colegiado dos cursos de graduação, normatiza a organização pedagógica e curricular, as formas de ingresso, matrícula, permanência e diplomação, além de definir a concepção de avaliação adotada pela UFFS. (Regulamento da Graduação da UFFS)

Resolução nº 106 - CONSUNI/UFFS/2022 - Estabelece normas para distribuição das atividades do magistério superior da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Resolução Nº 42 - CONSUNI CGAE/UFFS/2023 - dispõe sobre a oferta de componentes curriculares ministrados na modalidade de Educação a Distância (EaD) nos cursos de graduação presenciais da UFFS.

Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 – Aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica.

Resolução nº 53/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 – Regulamenta o processo de elaboração /reformulação, os fluxos e prazos de tramitação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação da UFFS

Resolução nº 54 – CONSUNI/CGAE/2024 – Núcleo docente estruturante (NDE) no âmbito dos cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul.

5.4.3 Específicas do curso de Geografia

Resolução CNE/CES nº 14 de março de 2002 - Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Geografia (Resolução CNE/CES nº 14 de março de 2002)



Parecer N.º 492/ CNE/CES/2001- Referente Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia

Parecer N.º: 1363 CNE/CES/2001 - Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.



6 OBJETIVOS DO CURSO

6.1 Objetivo geral

Formar profissionais do magistério para atuar na área de Geografia, voltados ao desempenho de atividades ligadas à educação geográfica em espaços educacionais e ao exercício da docência na educação básica.

6.2 Objetivos específicos

- a) Estimular o desenvolvimento do pensar crítico e de atitudes proativas;
- b) Promover a formação sociocultural e política dos acadêmicos, fomentando sua postura ético-profissional e responsabilidade social;
- c) Fomentar o debate sobre o contexto socioeducacional contemporâneo tendo como horizonte uma sociedade justa e democrática, referenciada no debate da diversidade, da diferença e da inclusão;
- d) Garantir a formação de profissionais capazes de atuar, de forma qualificada, como docentes na educação básica, no âmbito do ensino, da gestão educacional, da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento geográfico;
- e) Propiciar aos acadêmicos oportunidades de desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão na busca de sua qualificação individual e profissional;
- f) Disponibilizar aos graduandos um referencial teórico-metodológico e instrumental que lhes garantam condições de obter uma base sólida no campo da Geografia e desenvolvê-la no âmbito do ensino, da pesquisa e extensão;
- g) Oportunizar reflexões teórico-práticas acerca da inserção do conhecimento geográfico em processos educativos desenvolvidos em espaços de educação formais e não formais.
- h) Incentivar a integração das geotecnologias e das tecnologias digitais da informação e comunicação – TDICs nas práticas pedagógicas, capacitando os futuros docentes a utilizarem tais ferramentas de forma inovadora para qualificar o processo de ensino e aprendizagem em Geografia;
- i) Promover o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que incentivem a colaboração entre diferentes áreas do conhecimento, preparando os acadêmicos para atuarem em contextos educativos diversos e inovarem na solução de problemas complexos da sociedade contemporânea.



7 PERFIL DO EGRESSO

O licenciado em Geografia formado pela UFFS – *Campus* Erechim atuará como docente na educação básica, no âmbito do ensino, da gestão educacional, da coordenação pedagógica e dos processos de produção e de difusão de conhecimento. Para tal deverá compreender os elementos e os processos concernentes às dinâmicas do espaço geográfico, tanto em seus aspectos naturais como os que dizem respeito a organização espacial da sociedade. Buscar nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia os mecanismos para dominar e aprimorar as abordagens científicas e didático-pedagógicas pertinentes ao processo de produção e de aplicação do conhecimento geográfico, sendo características do perfil do egresso:

- l) o pensamento crítico-reflexivo na construção coletiva do conhecimento;
- m) o conhecimento generalista nas áreas complementares e interligadas ao seu campo específico de atuação promovendo diálogos multidisciplinares;
- n) a criatividade, iniciativa e flexibilidade nas relações interpessoais e profissionais, com a capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares mantendo postura ética e responsabilidade social;
- o) a comunicação oral e escrita de forma competente, clara e precisa;
- p) a disposição para o aprendizado contínuo e autônomo;
- q) a busca pela ampliação das experiências extra disciplinares através de trabalhos da atuação na pesquisa e na extensão;
- r) a incorporação de tecnologias disponíveis, entendendo-as como instrumentos para o desenvolvimento de uma atuação no trabalho crítico-reflexivo.



8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso de Geografia – Licenciatura da UFFS – *Campus* Erechim é resultado de um conjunto de proposições desenvolvidas em âmbito do curso em diálogo com as normativas institucionais da UFFS e das legislações nacionais. Portanto, os componentes curriculares aqui apresentados, assim como um conjunto de outros desdobramentos dessa proposta curricular (concepção de currículo, relação com a educação básica, articulação entre pesquisa e extensão, flexibilização curricular, etc), foram estabelecidos considerando os princípios gerais da organização curricular da Universidade e em observância aos objetivos e ao perfil do egresso definidos neste documento.

A organização curricular do curso de Geografia – Licenciatura se dá por meio dos seus componentes curriculares que são compostos de aulas de caráter teórico e prático e são desenvolvidas via estratégias de ensino-aprendizagem. As estratégias contemplam, entre outras modalidades, aulas expositivas, estudos dirigidos, leituras e discussão de textos, atividades de pesquisa, elaboração de materiais didáticos e mapas, além das práticas como componente curriculares e extensionistas. Os encontros e as atividades tomam forma por meio das estruturas físicas disponibilizadas pela UFFS, das plataformas virtuais institucionais (SIGAA, etc.) e/ou de um conjunto de atividades práticas para além das dependências da Universidade, como por exemplo, os trabalhos de campo e as práticas extensionistas).

A organização curricular proposta neste PPC valoriza um conjunto de articulação que, para além de um desencadeamento de componentes curriculares, refletem concepções, intenções e estratégias na formação dos futuros licenciados em geografia na articulação com a comunidade. Desse modo, a fim de detalhar as concepções e as articulações que se pretendem nesta proposta, torna-se fundamental caracterizar os elementos basilares da organização curricular.

8.1 Concepção de currículo

Pensa-se o currículo a partir de uma perspectiva crítica, situada, e amparado no Regulamento da Graduação. Acredita-se que, mais do que um conjunto de atividades com um determinado fim, “o currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais” (Moreira; Silva, 2008, p. 08). Considerado um artefato social e cultural (Moreira; Silva, 2008), o currículo pode incluir diferentes sujeitos, narrativas e modos de organização do conhecimento articulados às ações de ensino, pesquisa e extensão.



Ou seja, é a organização curricular de uma instituição de ensino, que proporcionará a resposta ao questionamento do quê? E de como fazer? para atingir os objetivos propostos, neste caso, do curso de Geografia – Licenciatura da UFFS – *Campus* Erechim.

A Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, considera o currículo como:

o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho. (MEC, 2015, p. 2)

Dessa forma, a organização curricular do Curso de Geografia – Licenciatura do *Campus* Erechim considera conta a integração e a interdisciplinaridade entre os Componentes Curriculares (CCRs) dos eixos formativos. Eixos estes que contemplam os domínios Comum, Conexo e Específico através dos aspectos teóricos e práticos pertinentes à docência e a formação integral do indivíduo.

Os componentes curriculares, organizados semestralmente, têm como propósito a integração e articulação, entre os domínios, para a construção gradual da identidade sociocultural e profissional do licenciando em Geografia.

Nos itens 8.3 e 8.7 explana-se como acontece esta articulação.

8.2 A docência na educação básica

A formação para a docência é o que estrutura a organização curricular do curso de Geografia – Licenciatura. Os processos formativos, oportunizados pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão, consideram as diferentes dimensões da formação profissional em espaços formais e não formais da educação.

Portanto, de acordo com a Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 o egresso de nosso curso será “dotado de um repertório de saberes que o qualificam para atuar como docente na educação básica pública, no âmbito do ensino, da gestão educacional e da coordenação pedagógica e dos processos de produção e difusão do conhecimento.”

A estrutura curricular do curso permite diálogo interdisciplinar, oportunizando a formação de um docente/pesquisador, consciente do seu papel transformador da sociedade em que está inserido.

8.3 As articulações do currículo com a educação básica

~~A proposta pedagógica do curso de Geografia – Licenciatura da UFFS – *Campus* Erechim busca atender integralmente às demandas desta área de conhecimento no currículo da~~



educação básica. A formação do docente de Geografia deve integrar conhecimentos que lhe permitam compreender fenômenos e processos na interface sociedade-natureza, bem como práticas pedagógicas que possam ser constantemente aprimoradas no decorrer de sua trajetória profissional. Além disso, o perfil de formação envolve as questões relacionadas à organização e ao funcionamento da instituição escolar, seus processos de gestão e de coordenação pedagógica e a produção e difusão do conhecimento, de acordo com a Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024.

Destaca-se que desde o início do curso serão desenvolvidas ações integrando discentes com a educação básica, por meio de componentes curriculares (Projeto integrador I, II e III, Estágios Curriculares), de práticas como componentes curriculares, de eventos do curso atrelado aos CCRs. Ressalta-se que atividades como o trabalho de campo de CCRs do Domínio Específico também caracterizam relações que o curso estabelece com outros espaços educativos, entendidos como co-formadores. A inserção de horas direcionadas às práticas extensionistas, no âmbito de CCRs do Domínio Específico do curso, permite a integração entre os conhecimentos construídos no campo da Geografia e questões relacionadas com a comunidade, levando à consolidação da prática extensionista na formação de professores.

Desde os níveis fundamental e médio, a Geografia deve cumprir a função de componente curricular que oportuniza a construção de um pensamento geográfico que descreve, explica e elabora a crítica a respeito do mundo em que vivemos, tendo-se em vista a produção do espaço geográfico como processo e produto das ações da sociedade ao longo da história da própria humanidade e suas interações com os tempos da natureza e suas dinâmicas.

Dessa forma, na educação básica o conhecimento geográfico remonta a importantes noções iniciais de Astronomia, que permitem compreender a situação cósmica do planeta no complexo jogo escalar que vai do sistema solar às inúmeras constelações e galáxias componentes do universo. Com enfoque na Terra, busca-se o conhecimento dos seus movimentos, como interferem nos níveis de insolação, nas mudanças de estações, nas dinâmicas climáticas, nas dinâmicas endógenas e toda a constituição da biosfera ao longo de diferentes tempos e espaços.

Na continuidade dos estudos de caráter físico, tanto nos anos finais do ensino fundamental quanto no ensino médio, respeitados os níveis de aprofundamento de abordagens, são trabalhados conteúdos referentes à Geografia Física, Geologia, Geomorfologia, Biogeografia e Hidrogeografia, além de temas transversais associados ao debate sobre a questão ambiental na contemporaneidade.

Da estrutura do planeta e dinâmicas térmicas internas que geram a movimentação



tectônica, parte-se para o entendimento dos reflexos desses movimentos desde a base à superfície da crosta terrestre. Como as diferentes formas do relevo interferem na distribuição fitofisionômica? Como interagem com as dinâmicas atmosféricas? Como desenham ou são desenhadas pelos sistemas naturais de coleta, circulação e dispersão hídrica?

A Geografia busca compreender as interpenetrações entre potencial ecológico e exploração biológica, mas, como uma ciência humana da natureza, também incorpora a dimensão dos processos sociais. Assim, se faz como uma pedagogia da relação sociedade-natureza e sua dimensão social abre várias vias de interpretações acerca do uso e ocupação da terra, nas cidades e no campo, estrutura e dinâmicas populacionais, a distribuição espacial das atividades econômicas e como modelam redes de circulação de pessoas, mercadorias e informações. O conhecimento geográfico incorpora, além da interface ecológico-econômica, as dimensões políticas e culturais da vida em sociedade, afinal, não há transformações no espaço que não estejam relacionadas com interesses, visões de mundo e padrões de comportamentos específicos.

O conhecimento cartográfico comparece como elemento fundamental para representar as transformações históricas e atuais do espaço geográfico, além de sua importante tarefa de orientar-nos na superfície do globo. A Cartografia é amplamente utilizada nos livros didáticos e outros materiais de apoio ao docente na educação básica. Muitas vezes, a própria história do pensamento geográfico se funde à evolução dos mapas como chaves de leitura do mundo. Ademais, com as mais recentes tecnologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento de imagens orbitais, a identificação e acompanhamento de vários fenômenos e processos como desmatamentos, crescimento de cidades, usos da terra no campo, poluição e assoreamento de rios, dinâmicas atmosféricas, entre outros, podem oferecer ao docente da EB possibilidades de um trabalho mais interativo com os discentes ao tratar de temas e situações que ocorrem no momento presente.

Todas essas práticas na educação básica não podem passar distantes de uma séria reflexão sobre os fundamentos epistemológicos da Geografia e, por isso, ao docente dessa disciplina é fundamental conhecer a construção do pensamento geográfico no decorrer da história do conhecimento. Identificar diferentes escolas, as propostas teóricas e metodológicas de autores seminais e as influências estrangeiras, sobretudo europeias, na configuração da Geografia brasileira. Além disso, o conhecimento dos diferentes métodos e aplicações conceituais podem contribuir para que o docente melhor organize os conteúdos ministrados em suas aulas e tenha um posicionamento didático-pedagógico que o faça ver a Geografia enquanto ciência viva, que muda ao longo do tempo, que procura responder aos desafios do



presente, que não seja apenas a descrição do mundo.

Nesse sentido, a matriz curricular desta licenciatura é pensada de acordo com a necessidade de diversificar o processo formativo docente, sem perder de vista a coerência do próprio encadeamento dos componentes disciplinares entre os domínios Específico, Comum e Conexo. O rol de componentes curriculares atenderá às demandas do ensino de Geografia na educação básica e permitirá autonomia e flexibilidade para o futuro docente desempenhar seu trabalho de acordo com a ampla variedade de conteúdos sintetizados em sua disciplina.

Outro aspecto estruturante da articulação do nosso currículo com a educação básica, considerando o rol de teorias, conceitos e metodologias próprias do Ensino de Geografia, é a sua caracterização como ciência e disciplina escolar que se volta para os fundamentos da Educação Ambiental, estando em conformidade com o decreto 4.281/2002, que regulamenta a lei 9.795/1999 que, por sua vez, institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

A Geografia, como ciência das relações sociedade-natureza, tem em suas bases o estudo das transformações espaciais a partir do enfoque socioambiental ou socionatural, ou seja, considerando a fusão entre sociedade e natureza que caracteriza o espaço geográfico. Os conteúdos sobre o meio ambiente e os problemas que ameaçam a sociedade contemporânea são elementos importantes do ensino de Geografia na educação básica, momentos nos quais o professor deve debruçar-se de maneira atenta sobre os discursos da preservação e conservação dos recursos, bem como sobre os métodos adotados para solucionar impactos que colocam a vida de várias pessoas em risco: inundações urbanas, escorregamentos de encosta, poluição ambiental, insumos venenosos na produção de alimentos, secas, eventos atmosféricos extremos etc.

Também faz parte dos objetivos da Educação Ambiental o entendimento das relações sociais que, muitas vezes, geram profundas desigualdades econômicas em contextos em que a dominação e exploração de homens e mulheres também se manifesta quase como um desdobramento da dominação e exploração da natureza.

Em nosso PPC, conteúdos que comparecem diretamente associados com temas da Educação Ambiental encontram-se nos CCRs de Geografia Física, Geologia, Geomorfologia, Climatologia, Hidrogeografia, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens, Biogeografia e Geografia e Questão Ambiental. Outras disciplinas que permitem associações com temas atuais da questão ambiental, tanto no Brasil quanto na escala mundial, são Geografia do Brasil, Geografia Urbana, Geografia Agrária.

Quanto ao embasamento teórico, as disciplinas de História do Pensamento Geográfico e Epistemologia da Geografia permitem o debate e a construção de conhecimentos



sobre as entradas ambientais desta ciência ao longo de seu histórico de consolidação, na medida que promove a compreensão das diferentes abordagens que procuram integrar os conhecimentos dos aspectos físico-naturais com os processos econômicos, políticos e culturais da sociedade. Além disso, o debate epistemológico dos conceitos e das categorias de análise como espaço, território, ambiente, paisagem, lugar, região, rede e escala são importantes para dimensionar as facetas geográficas de diversas problemáticas ambientais que se colocam como desafios à humanidade no mundo atual.

8.4 Articulações com as outras licenciaturas

O Curso de Geografia – Licenciatura do *Campus* Erechim articula-se com as outras licenciaturas da Instituição por meio de atividades de caráter interdisciplinar basicamente organizadas nas frentes do ensino, da pesquisa e extensão.

a) Ensino

Do ponto de vista da organização e do funcionamento dos processos formativos, os elementos em comum com as licenciaturas dizem respeito ao oferecimento de CCRs tanto do Domínio Comum quanto do Domínio Conexo.

Dos CCRs Projetos Integradores, que contemplam atividades no primeiro, terceiro e sétimo níveis do curso, com objetivo de desenvolver trabalhos educativos a partir de temas transversais à Geografia, ao ensino e à escola, envolvendo os docentes dos diferentes domínios. Os projetos integradores contemplam práticas pedagógicas como componente curricular.

(Ver ementas no item 8.13 – projetos integradores).

A oferta de CCRs optativos, que visam aprofundar leituras, debates e práticas pedagógicas.

A inserção das práticas pedagógicas como componentes curriculares dos componentes ofertados, em sala de aula e através da realização de trabalhos de campo e atividades laboratoriais.

b) Pesquisa

No âmbito da pesquisa, a articulação pode se dar através de propostas envolvendo linhas de investigação que dialoguem com outras licenciaturas e com a integração entre os Domínios Específico, Comum e Conexo.

Frente à diversidade epistemológica da ciência geográfica, verificam-se aproximações



com os demais cursos do *campus* expressas nas cinco áreas formativas do Domínio Específico (Geografia Física, Geografia Humana, Cartografia e Geotecnologias, Ensino de Geografia e Fundamentos da Geografia e Regionais). Conforme a Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/20242 no Art.36 “A organização das atividades de pesquisa e extensão poderá ser feita através de componentes desenvolvidos na forma de projetos vinculados aos eixos que estruturam a prática como componente curricular, envolvendo o currículo escolar e seu desenvolvimento, a gestão da educação e a produção e difusão do conhecimento”. Desse modo, as estratégias de articulação com as demais licenciaturas do *Campus* estão previstas na oferta de componentes curriculares, projetos integradores, e grupos de pesquisa como: Núcleo de Estudos sobre Território, Ambiente e Paisagem (NETAP) e Grupo de Pesquisa em Geografia e Gênero, Natureza e Vida Cotidiana (GENVI), com a possível composição de docentes e discentes, tanto da Licenciatura em Geografia quanto dos outros cursos, a fim de aprimorar as pesquisas realizadas na Geografia e na interface desta ciência com outros campos do conhecimento.

c) Extensão

As práticas de extensão universitária que serão implementadas pelo curso têm como objetivo não apenas difundir os benefícios provenientes das produções científicas e culturais, seguindo uma abordagem unidirecional que parte da universidade para a sociedade. Deverá ser priorizado um diálogo efetivo com a comunidade regional pois, a extensão também visa estabelecer uma troca de experiências e conhecimentos em uma via bidirecional e horizontal. Dessa forma, o diálogo promoverá o fomento à produção de conhecimento por meio de diagnósticos da realidade, projetos e programas de extensão, nos quais uma interação transformadora e integradora entre a universidade e a sociedade contribuirá para aproximar a extensão do ensino e modificar o cenário científico, profissional e cultural da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul.

A extensão universitária do curso de Geografia-Licenciatura alinhada ao ensino e à pesquisa de forma contínua, conforme estipulado pelo Plano Nacional de Extensão, será uma instância crucial na formação dos estudantes, na capacitação dos professores e na troca de conhecimento com a sociedade. Isso implicará em relações multidisciplinares e interprofissionais que são essenciais para uma formação profissional integral. Essas relações serão particularmente fortalecidas:

I - Nas atividades de práticas extensionistas contempladas nos CCRs do domínio específico,



II - Nos Projetos Integradores e nos projetos de extensão,

III - Na proposição e desenvolvimento de projetos de formação continuada para docentes da educação básica.

IV - Na realização de seminários, colóquios e semanas acadêmicas com o intuito de integrar discentes do *campus* e, também, inserir profissionais do ensino e outros interessados de toda a comunidade.

V - No envolvimento com a organização, comitês científicos, equipes avaliadoras nos Seminários de Ensino, Pesquisa e Extensão, além da promoção de atividades a compartilhar com a comunidade acadêmica no âmbito do DIVERSA, sobretudo os resultados provenientes de projetos de extensão e cultura.

VI - Na participação no Fórum das Licenciaturas e o enquadramento às Diretrizes Curriculares Nacionais e às diretrizes do PPI da UFFS.

VII - Na realização de trabalhos de campo, visitas técnicas, dias de campo e demais ações com e nas comunidades, ações próprias da formação em Geografia.

8.5 As atividades práticas

As atividades práticas são entendidas como ações, sendo traduzidas como carga horária de aulas práticas, práticas como componentes curriculares, e–estágios curriculares supervisionados e práticas extensionistas que oferecem ao discente a oportunidade de interagir na realidade.

8.5.1 Aulas práticas

No presente PPC, as aulas práticas são entendidas como complementações fundamentais à formação teórica, são “aquelas em que os discentes, sob orientação e supervisão de docente, realizam ou observam a realização de ensaios, experimentos e procedimentos descritos no protocolo de aula prática, em laboratório, em campo, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal” (Resolução nº 40/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 item b, Inciso I do Artigo 44).

A carga horária de aulas práticas desenvolvidas no Curso de Geografia – Licenciatura, descritos no item “8.9 Estrutura curricular”, são as relacionadas às seguintes atividades:

a) Trabalhos de campo: práticas e atividades de observação, descrição e interpretação espacial de fenômenos socioambientais, fundamentais à formação em Geografia. Os componentes curriculares que têm na sua ementa a indicação de realização de trabalho de



campo possuem 15 horas práticas destinadas ao desenvolvimento das atividades. Estas atividades serão semestralmente planejadas pelos docentes responsáveis pelo CCR e apreciadas pelo Colegiado de Curso, sendo desenvolvidas em conformidade ao Anexo VI deste PPC (Regulamento de trabalhos de campo do Curso de Geografia – Licenciatura);

b) Práticas laboratoriais: práticas desenvolvidas em laboratório ou outro ambiente preparado para tal, fundamentais à formação em Geografia, orientados no sentido da elaboração de ensaios, experiências, práticas e análises. Os componentes curriculares que têm na sua ementa a indicação de realização de práticas laboratoriais possuem variável carga horária destinada ao desenvolvimento das atividades, de acordo com a especificidade de cada componente curricular. Essas atividades serão semestralmente planejadas pelos docentes responsáveis pelo CCR e descritas no plano de ensino que será apreciado pelo Colegiado de Curso.

c) Estágios Curriculares Supervisionados: atividades de docência desenvolvidas pelos discentes nos estágios do curso, sob supervisão do docente responsável do CCR, em ambiente de exercício profissional ou outro ambiente preparado para tal. Tais atividades serão semestralmente planejadas pelos docentes responsáveis pelo CCR e descritas no plano de curso que será apreciado pelo Colegiado de Curso. Os itens 8.5.3 e o Regulamento de Estágio (Anexo I) detalham essas atividades.

d) Componentes curriculares “Projeto Integrador I, II e III”: CCRs com um perfil especial por registrar e articular 180 horas de prática pedagógica como componente curricular e práticas extensionistas (Projeto Integrador II e III) e por integrar um conjunto de conhecimentos geográficos adquiridos nos diferentes níveis com vistas à compreensão do papel do profissional da Geografia na escola e em outros espaços de formação docente do semestre. Os projetos temáticos desenvolvidos serão socializados em evento do curso.

8.5.2 A prática como componente curricular (PCC)

A prática como componente curricular (PCC) é um elemento obrigatório na integralização das atividades acadêmicas próprias da formação docente, conforme aponta a Resolução CNE/CP n.2, de 01 de julho de 2015 (Resolução que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada) e o Art. 28 da Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024. Consiste em um conjunto de atividades que inter-relacionam conteúdos próprios dos componentes curriculares ~~que englobam os domínios Comum, Conexo e Específico do curso de Geografia – Licenciatura~~ com práticas planejadas e executadas pelo licenciando, sob a orientação do



docente responsável pelo componente curricular. Cabe destacar que os saberes mobilizados nos CCRs do Domínio Conexo vão integrar os estudos e práticas das PCCs do Domínio Específico, especialmente nos projetos integradores.

O presente Projeto Pedagógico de Curso prevê 405 horas como PCC, integradas as cargas horárias de componentes curriculares específicos do curso e distribuídas ao longo dos sete primeiros níveis. De modo geral, as PCCs serão desenvolvidas por meio da articulação entre conteúdos dos diferentes níveis nos componentes curriculares “Projeto Integrador I, II e III” e de forma individualizada desenvolvendo temários específicos relacionados a outros CCR do curso.

O funcionamento, distribuição de carga horária e relação com os CCRs estão descritos no Anexo IV (Regulamento das práticas pedagógicas como componente curricular do curso de graduação em Geografia – Licenciatura). As atividades que serão desenvolvidas como PCC, a articulação destas com as dimensões da atuação profissional e a interação com a Educação Básica, serão orientadas por três eixos: I – Introdução à Geografia e suas metodologias; II – Conceitos e temas geográficos e a produção de recursos didáticos; III – Docência na educação básica.

O eixo I – “Introdução à Geografia e suas metodologias”, composto pelos CCRs do 1º e 2º níveis, visa introduzir os discentes ao universo da ciência geográfica, enfatizando suas metodologias e interações com a atuação profissional dos futuros egressos. Esse eixo se fundamenta prioritariamente em atividades de ensino nos CCRs que possuem designação de horas de PCC.

O eixo II – “Conceitos e temas geográficos e a produção de recursos didáticos”, constituídos pelos CCRs do 3º ao 6º nível, visa articular os conceitos e temas presentes nos CCRs por meio de metodologias que resultem na produção de recursos didáticos, articulando a pesquisa e a extensão em âmbito do curso.

O eixo III – “Docência na educação básica”, que compreende CCRs do 7º nível, busca integrar os discentes à realidade escolar, possibilitando a reflexão e a compreensão dos processos educativos na Educação Básica, articulando a pesquisa e a extensão em âmbito do curso.

Compreende-se que os eixos estruturantes das PCC serão desenvolvidas por meio de temáticas. Essas serão elaboradas a partir da interface entre CCRs, discentes e escolas de educação básica. Portanto, a cada semestre novos temas poderão ser desenvolvidos resultantes das experiências acumuladas nas relações entre universidade e escola.



8.5.3 Os estágios curriculares supervisionados

O entendimento de Estágio Curricular Supervisionado na formação de docentes na UFFS está presente no Artigo 29 da Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 e no Artigo 1º da Resolução 07 de 2015. Em nível institucional, concebe-se estágio como:

um tempo-espço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação (RESOLUÇÃO 07 2015, p. 2).

O estágio curricular supervisionado desenvolvido no curso de Geografia – Licenciatura (ensino fundamental, anos finais e ensino médio), é entendido como “atividade teórica que permite conhecer e se aproximar da realidade” (Pimenta; Lima, 2012, p. 44). O estágio não é visto como a parte prática da licenciatura no final do curso, mas sim como momentos em que o discente desenvolve teoria e prática de forma articulada. Esses momentos também acontecem no decorrer dos componentes curriculares, bem como no Projeto Integrador III, conforme especificado no item 8.7.3.

A carga horária mínima destinada ao Estágio Curricular Supervisionado é, conforme artigo 27 inciso III da Resolução nº 52 CONSUNI/CGAE/UFFS/2024, a de 400 horas. No curso de Geografia – Licenciatura o total da carga horária é de 420 horas organizadas da seguinte forma:

Quadro 2. Distribuição da carga horária total dos Estágios Curriculares Supervisionados em Geografia

Distribuição da carga horária dos Estágios Curriculares Supervisionados em Geografia			
CCR	Teóricas	Práticas	Total
5º nível - Estágio Curricular Supervisionado – Gestão Escolar	60	30	90
6º nível - Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I	60	30	90
7º nível - Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II	60	60	120
8º nível - Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III	60	60	120
Carga horária total das CCRS	240	180	420

As atividades práticas de cada um dos CCRs dos estágios curriculares em Geografia são distribuídas da seguinte forma:



Quadro 3. Detalhamento da carga horária das atividades práticas dos CCRs de Estágio Curricular Supervisionado

DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA PRÁTICA DAS CCRS DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA I – 30 horas	
18 (dezoito) horas de registros e reflexões das observações realizadas em instituições de ensino articuladas às abordagens teórico-metodológicas desenvolvidas no CCR	6 (seis) horas de observação no Ensino Fundamental e 6 (seis) no Ensino Médio
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA II – 60 horas	
10 (dez) horas para elaboração de plano de estágio, planejamento de atividades e reflexão das práticas; 30 (trinta) horas para orientação individual com orientador da CCR e elaboração do relatório final.	20 (vinte) horas de atividades de regências: 2 (dois) períodos de observação e 18 (dezoito) períodos de regência.
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA III – 60 horas	
14 (quatorze) horas para elaboração de plano de estágio, planejamento de atividades e reflexões das práticas; 30 (trinta) horas para orientação individual com orientador da CCR e elaboração de relatório final.	16 (dezesesseis horas) de atividades de regência: 2 (dois) períodos de observação e 14 (quatorze) de regência.

O curso de Geografia oferece estágio obrigatório e não obrigatório. Os estágios obrigatórios são componentes curriculares do curso, com carga horária específica, e sua realização e aprovação são requisitos para obtenção de diploma. Já o estágio não obrigatório é uma atividade opcional, que poderá ser acrescido na carga horária que compõe as Atividades Autônomas do acadêmico. Ambos objetivam a formação acadêmica e profissional do licenciando em Geografia.

As atividades de estágio têm como objetivo a inserção profissional, proporcionando ao estagiário conhecimentos referentes à organização, coordenação e às metodologias praticadas pelas instituições, relacionando-se à docência, aos processos de ensino, à aprendizagem e à gestão da escola. As atividades de estágio deverão ser supervisionadas pelo docente responsável pelo CCR, mediante visita *in loco*, em, pelo menos, uma ocasião, sendo as demais supervisionadas pelo professor da instituição na qual ocorre o estágio. Aos



orientadores de estágio recomenda-se a aproximação com a escola e a supervisão *in loco*.

O estágio não obrigatório, de caráter opcional e complementar, pode ser realizado a qualquer momento do percurso formativo pelo discente. A concepção, a organização e o funcionamento dos estágios não obrigatórios são orientados pela seção II da Resolução nº 7/2015 – CONSUNI/CGRAD.

Por fim, destaca-se que a organização e o funcionamento de todas as modalidades de estágios são normatizados através de regulamento específico deste PPC, anexado ao presente projeto, e normativas institucionais.

8.5.4. As práticas extensionistas nos componentes curriculares

A organização didático-pedagógica do curso de Geografia-Licenciatura, campus Erechim, é marcada por diversas situações que permitem aos estudantes a constante vivência e construção de experiências com a comunidade. Exemplos disso são os trabalhos de campo que, no âmbito dos componentes curriculares, colocam discentes e docentes nos mais diversos contextos socioespaciais, tanto em Erechim quanto em outras cidades e regiões do país.

As teorias e métodos geográficos são explicitados em contato direto com as realidades de campo, seja no que diz respeito ao entendimento crítico das desigualdades socioeconômicas, suas formas de materialização nos espaços urbanos e rurais, quanto no que tange às questões relacionadas com a temática do meio ambiente, sustentabilidade no uso dos recursos, estratégias de preservação e conservação e a preocupação com a justiça social e ambiental.

Desta forma, a Geografia, preocupada com temáticas relevantes ao desenvolvimento humano como um todo, é, antes de tudo, um campo científico cujos profissionais procuram se envolver com os contextos espaciais nos quais suas pesquisas e metodologias de ensino são elaboradas. Historicamente, a Geografia é uma ciência que se fez e ainda se faz em contato direto e constante com as pessoas, com os lugares, territórios e paisagens onde a vida acontece e, também, seus desafios.

A organização curricular do curso demonstra um esforço de síntese no sentido de permitir aos futuros Professores e Professoras de Geografia uma formação ampla que contemple temáticas plurais dos diferentes contextos espaciais que são trabalhados pelos profissionais da área.

No primeiro nível do curso, os componentes curriculares do domínio específico História do Pensamento Geográfico, Geografia do Brasil, Introdução à Astronomia, permitirão o contato com leituras e temáticas para aprofundamento em práticas extensionistas e a



elaboração dos primeiros projetos de intervenção e vivência com a comunidade por meio dos conteúdos desenvolvidos nestes CCRs.

Tais componentes são pensados como os primeiros passos para inserção em reflexões, debates e práticas geográficas aos discentes iniciantes do curso. Para o conjunto de CCRs da primeiro nível, considera-se a escola como principal campo de realização de atividades com a comunidade, na medida em que é possível o desenvolvimento de projetos em parceria com professores atuantes na Educação Básica, visando qualificar o espaço escolar, as relações com os bairros atendidos pelas escolas-campo e dinamizar o contato dos moradores, das pessoas, das famílias que têm seus filhos matriculados nessas escolas.

No segundo nível do curso, o CCR de Geografia Econômica com suas abordagens dedicadas às relações entre espaço, economia e organização do trabalho abre diversas possibilidades de inserção de práticas extensionistas com a comunidade, por meio de projetos desenvolvidos em parceria com escolas, professores da Educação Básica, prefeituras, movimentos sociais, associações de bairros entre outros contextos cujos temas do CCR sejam aplicáveis à proposição de atividades de extensão.

Os CCRs do domínio específico do terceiro nível do curso (Geografia Regional, Geografia Política, Cartografia Escolar, Climatologia, Projeto Integrador II) ao tratarem de: questões regionais, processos migratórios e mobilidade da população, ações do Estado e políticas públicas, percepção do espaço e mudanças climáticas, permitem a realização de práticas extensionistas em parceria com escolas da Educação Básica e outros espaços como associações de bairros, secretarias de assistência social, secretarias de meio ambiente e equipes gestoras de áreas protegidas.

Os componentes quarto nível : Geografia Agrária, Cartografia Temática e Geologia, ao abordarem temas diversos voltados ao espaço agrário brasileiro, territórios em disputa, movimentos socioterritoriais, cartografia social, geologia ambiental e recursos energéticos, por exemplo, permitem a proposição de práticas extensionistas para contribuir com espaços escolares, o ensino de Geografia na Educação Básica, além de intervenções e conexões com movimentos sociais, cooperativas e equipes de gestão de áreas protegidas.

No quinto nível: Geografia Urbana, Epistemologia da Geografia, Didática em Geografia e Geomorfologia, as práticas extensionistas podem estar ligadas com intervenções no espaço urbano. Atividades e ações junto a associações de bairros, escolas e demais espaços educativos, como oficinas sobre temáticas referentes à vida urbana, às relações das pessoas com o espaço de moradia, os deslocamentos, a infraestrutura, a relação entre formas do relevo e áreas de vulnerabilidade socioambiental, risco e perigo; enfim, sobre os desafios de se viver



na cidade e refletir constantemente sobre a práxis a partir das relações com a Epistemologia e a Didática em Geografia. Também, a participação ativa em espaços de diálogo e debate acerca das possibilidades de promover situações visando contribuir com o envolvimento das pessoas em discussões e ações que ampliem suas experiências políticas em seus bairros e com a cidade como um todo.

No sexto nível os CCRs de Organização do Espaço Mundial, Geografia Cultural, Hidrogeografia e Biogeografia, ao trazerem temáticas globais como: os debates acerca dos conflitos internacionais, a produção de identidades e respeito à diversidade cultural, a gestão e uso responsável dos recursos hídricos e sua justa distribuição, a valorização e conservação da biodiversidade como contraponto crítico aos mecanismos de homogeneização das paisagens, enfim, todo o temário permite ações pertinentes ao envolvimento com a comunidade nas escolas e outros contextos sociais que prezam pela resolução de conflitos, respeito às culturas e ao meio ambiente.

Com os CCRs, sétimo nível, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens e Projeto Integrador III é possível propor práticas extensionistas junto às escolas e outros setores da comunidade, tendo em vista o caráter aplicado do sensoriamento para ações de planejamento ambiental, ordenamento do território, bem como possíveis usos didáticos em atividades com a Educação Básica. O Projeto Integrador III é um componente que, desde sua origem, tem como proposta a elaboração, desenvolvimento e apresentação de projeto temático, incluindo a extensão, envolvendo as disciplinas da fase.

No oitavo nível do curso, o CCR Geografia e Questão Ambiental e seus temas que visam aprofundar a compreensão e criticidade sobre os problemas ambientais, as desigualdades sociais e as injustiças socioambientais, além da importância da educação ambiental nesse rol de discussões, têm meios de promover práticas extensionistas no ambiente escolar, incentivar projetos, protagonizados pelos discentes, para intervenções em áreas degradadas, tanto na cidade quanto no campo, envolver estudantes da Educação Básica e outros setores da comunidade.

A partir das diretrizes apresentadas, a organização pedagógica das atividades será flexível. Os docentes responsáveis pelos CCRs e, conseqüentemente, pelas orientações das práticas pedagógicas e extensionistas, poderão realizar o planejamento das atividades de acordo com as particularidades dos temas e conteúdos trabalhados em seus componentes ou proporem ações interdisciplinares conjuntas no âmbito dos níveis, desde que as horas destinadas a esse aspecto formativo estejam garantidas.



Importante ressaltar que a organização da sequência de componentes curriculares do curso, pode-se constituir uma orientação de projeto pedagógico de como se pensa a relação e envolvimento da comunidade, algo que promova a escuta e efetive a definição das questões de relevância, reforçando uma trajetória geográfica de contato direto e constante com a realidade dos fenômenos espaciais aos quais esta ciência se dedica, conduzindo ao envolvimento de seus profissionais com propostas que sejam capazes de revelar problemáticas como as desigualdades socioeconômicas nas cidades e no campo, injustiças socioambientais, manifestações espaciais de racismo, preconceito e discriminações.

Destaca-se que a organização e o funcionamento das práticas extensionistas são normatizados através de regulamento específico deste PPC, anexado ao presente projeto, e normativas institucionais. A seguir, é apresentado o quadro de distribuição de carga horária de prática extensionista nos CCR do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura, por níveis:

Destaca-se que a organização e o funcionamento das práticas extensionistas são normatizados através de regulamento específico deste PPC, anexado ao presente projeto, e normativas institucionais. A seguir, é apresentado o quadro de distribuição de carga horária de prática extensionista nos CCR do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura, por níveis:

Quadro 4. Distribuição da carga horária de práticas extensionistas nos CCRs.

Distribuição da Prática Extensionista nos Componentes Curriculares do Curso		
Níveis	CCRs	Horas de práticas extensionistas
1	História do Pensamento Geográfico	15
	Geografia do Brasil	15
	Introdução à Astronomia	15
2	Geografia Econômica	15
3	Geografia Regional	15
	Geografia Política	15
	Climatologia	15
	Cartografia Escolar	15
	Projeto Integrador II	15
4	Geografia Agrária	15
	Cartografia Temática	15
	Geologia	15
5	Geografia Urbana	15
	Epistemologia da Geografia	15



Distribuição da Prática Extensionista nos Componentes Curriculares do Curso		
Níveis	CCRs	Horas de práticas extensionistas
	Geomorfologia	15
	Didática em Geografia	15
6	Organização do Espaço Mundial	15
	Geografia Cultural	15
	Hidrogeografia	15
	Biogeografia	15
	Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens	15
7	Projeto Integrador III	15
8	Geografia e Questão Ambiental	15
Total de horas de prática extensionista		345

8.6 Oferta de componentes curriculares na modalidade Educação a Distância - EAD

Considerando a Resolução nº 42/CONSUNI/CGAE/UFFS/2023, especialmente no que se refere à modalidade de Educação a Distância (EaD) e a instrução normativa nº 12/PROGRAD/UFFS/2025, o Curso de Geografia-Licenciatura adotou o limite de 9,57% da carga horária total do curso, correspondente a 260 horas, a serem realizadas na modalidade EaD em Componentes Curriculares do Domínio Específico. Essas 260 horas estão distribuídas em 27 Componentes Curriculares Regulares (CCRs), conforme segue:

- 1º Nível: História do Pensamento Geográfico; Geografia do Brasil; Introdução à Astronomia.
- 2º Nível: Geografia Econômica; Introdução à Cartografia e Geotecnologias; Geografia Física.
- 3º Nível: Geografia Regional; Geografia Política; Cartografia Escolar; Climatologia.
- 4º Nível: Geografia Agrária; Cartografia Temática; Geologia.
- 5º Nível: Geografia Urbana; Epistemologia da Geografia; Geomorfologia; Didática em Geografia.
- 6º Nível: Organização do Espaço Mundial; Geografia Cultural; Hidrogeografia; Biogeografia.
- 7º Nível: Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens; Pesquisa em Geografia; Optativo I.
- ~~8º Nível: Geografia e questão ambiental; Optativo II.~~
- 9º Nível: Optativo III.



A definição dos componentes a serem ofertados parcialmente na modalidade EaD considera as características metodológicas e os objetivos de aprendizagem de cada CCR, observando o limite máximo regulamentado pela UFFS.

A Educação a Distância (EaD) compreende atividades didáticas, componentes curriculares ou módulos formativos desenvolvidos com o apoio de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), permitindo que docentes e estudantes realizem processos de ensino-aprendizagem em tempos e espaços distintos.

Tipos de atividades EaD sinalizadas:

- Estudos orientados mediados por tecnologia (Leituras de textos, capítulos de livros, artigos científicos ou documentos técnicos, documentos curriculares, seguidos de sínteses, resumos ou resenhas).
- Resolução de exercícios e roteiros de estudo (Atividades individuais ou em grupo, com questões dissertativas, mapas, gráficos ou estudos de caso).
- Atividades práticas mediadas por tecnologia (Análise de dados espaciais, mapas, imagens de satélite; Uso de *softwares* de geoprocessamento ou cartografia digital; Interpretação de imagens e mapas digitais; Criação de mapas conceituais ou mapas mentais).
- Produção de relatórios ou projetos (Relatórios de pesquisa bibliográfica; Projetos de intervenção; Planejamento de estudos de caso ou de campo).
- Participação em fóruns ou discussões virtuais (Debates mediados em fóruns do SIGAA ou Moodle; Construção colaborativa de conteúdos ou problematizações).
- *Webquests* ou atividades investigativas orientadas (Atividades que envolvem busca, análise e interpretação de informações em diferentes fontes digitais).
- Análise crítica de conteúdos digitais (Avaliação crítica de vídeos, *podcasts*, documentos técnicos ou científicos).
- Estudos dirigidos articulados a avaliações (Entrega de atividades vinculadas diretamente a instrumentos de avaliação, conforme definido no Plano de Curso).

Importante destacar três elementos: a) Não é permitido usar aulas síncronas, encontros virtuais ao vivo ou práticas não registradas formalmente no Plano de Curso. b) O registro de carga horária EaD depende da entrega da atividade no AVA. c) O Plano de Curso deve indicar claramente o tipo de atividade, a metodologia e a carga horária atribuída.

No Curso de Geografia, as atividades na modalidade EaD têm como objetivo ampliar o acesso ao conhecimento, flexibilizar os processos formativos e possibilitar o uso de



metodologias inovadoras que integrem teoria e prática. As TICs, nesse contexto, não apenas viabilizem o ensino remoto, mas qualificam o aprendizado ao oferecer ferramentas para análise territorial, construção de mapas colaborativos, uso de imagens de satélite, sistemas de informações geográficas (SIG) e acesso a bases de dados georreferenciadas.

Entende-se por TICs o conjunto de tecnologias e serviços como: plataformas virtuais, *softwares* especializados, repositórios digitais e ferramentas de comunicação, que apoiam o processamento, armazenamento, análise e compartilhamento de informações.

No ensino de Geografia, o uso estratégico das TICs contribui para:

- I A ampliação das fontes de pesquisa e análise crítica de informações territoriais e socioambientais;
- II O desenvolvimento de práticas colaborativas, por meio de fóruns, atividades em grupo e projetos interdisciplinares;
- III A experimentação de metodologias ativas, como estudos de caso, planejamentos de aulas e/ou oficinas pedagógicas; resolução de problemas e uso de mapas interativos;
- IV A aproximação com práticas profissionais contemporâneas, preparando o estudante para atuar em diferentes contextos acadêmicos, escolares e sociais.

Ao integrar EaD e TICs, busca-se promover um aprendizado dinâmico, significativo e em sintonia com as demandas do ensino de Geografia na contemporaneidade, respeitando as normativas institucionais e as diretrizes curriculares do curso.

A distribuição da carga EaD integra parcialmente os componentes curriculares do domínio específico, conforme quadro abaixo:

Quadro 5: Componentes curriculares com EaD

Nível	Componente Curricular	Carga horária total	Carga EaD
1º	História do Pensamento Geográfico	60	10
1º	Geografia do Brasil	60	10
1º	Introdução à Astronomia	60	10
2º	Geografia Econômica	75	10
2º	Introdução à Cartografia e Geotecnologias	45	5
2º	Geografia Física	45	5
3º	Geografia Regional	60	10
3º	Geografia Política	60	10
3º	Cartografia Escolar	60	10
3º	Climatologia	60	10
4º	Geografia Agrária	75	10
4º	Cartografia Temática	75	10
4º	Geologia	75	10



5º	Geografia Urbana	75	10
5º	Epistemologia da Geografia	75	10
5º	Didática em Geografia	75	10
5º	Geomorfologia	75	10
6º	Organização do Espaço Mundial	75	10
6º	Geografia Cultural	75	10
6º	Hidrogeografia	75	10
6º	Biogeografia	75	10
7º	Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens	60	10
7º	Pesquisa em Geografia	60	10
7º	Optativo I	60	10
8º	Geografia e questão ambiental	60	10
8º	Optativo II	60	10
9º	Optativo III	60	10
Total			260

8.6.1 Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem

Para a realização das atividades de Educação a Distância (EaD) e de apoio ao ensino presencial, o Curso de Geografia utiliza dois principais ambientes virtuais de ensino e aprendizagem: o Moodle e o SIGAA. Ambos são plataformas institucionais adotadas pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), fundamentais para a organização pedagógica e a interação acadêmica.

O Moodle (*Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment*) é um ambiente virtual de aprendizagem de código aberto, amplamente utilizado no ensino superior. Permite a construção e a mediação de cursos, bem como a realização de atividades formativas a distância ou em apoio ao ensino presencial. No Curso de Geografia, o Moodle é utilizado para disponibilização de conteúdos didáticos, organização de fóruns, realização de atividades interativas, envio e devolutiva de tarefas, além de favorecer o acompanhamento das atividades acadêmicas. Destaca-se pela flexibilidade e diversidade de recursos didáticos.

O SIGAA (Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas) é o sistema acadêmico oficial da UFFS, utilizado para a gestão das atividades acadêmicas e administrativas. Além de processos como matrícula, registro de notas, controle de frequência e emissão de históricos, o SIGAA oferece espaço para publicação de materiais didáticos, comunicação formal com estudantes e acompanhamento das atividades curriculares. No Curso de Geografia, o SIGAA é utilizado como ambiente complementar para disponibilização de conteúdos, orientações, avaliações e registros acadêmicos

Conforme a Resolução nº 42/CONSUNI/CGAE/UFFS/2023, a oferta de atividades



EaD deve seguir o planejamento pedagógico do curso, com previsão em seu Projeto Pedagógico, definição clara das metodologias e acompanhamento docente permanente. As atividades realizadas nesses ambientes integram a carga horária das disciplinas, sendo de participação obrigatória pelos estudantes.

O uso adequado e regular dos ambientes *Moodle* e *SIGAA* constitui parte do processo formativo do estudante, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia acadêmica, da responsabilidade e das práticas profissionais em contextos mediados por tecnologias digitais.

8.6.2 Sistema de avaliação da aprendizagem a ser utilizado em atividades à distância

Os ambientes virtuais de ensino e aprendizagem adotados pelo Curso de Geografia, *Moodle* e *SIGAA*, oferecem uma diversidade de ferramentas que possibilitam o acompanhamento contínuo do processo de ensino-aprendizagem e a avaliação das atividades realizadas em formato a distância.

As estratégias de avaliação nas atividades EaD devem estar alinhadas aos objetivos de aprendizagem de cada componente curricular, contemplando tanto aspectos conceituais quanto procedimentais e atitudinais e deverá ser registrada no Plano de Atividade quando for prevista. Para isso, podem ser utilizados diferentes recursos, tais como:

- Questionários e testes *online*, compostos por questões de múltipla escolha, verdadeiro ou falso, respostas curtas ou questões dissertativas;
- Fóruns de discussão, que permitem avaliar a participação, a capacidade argumentativa e a construção coletiva do conhecimento;
- Tarefas *online*, utilizadas para o envio de produções acadêmicas como textos, projetos, relatórios, mapas e análises de dados geográficos;
- Atividades interativas e colaborativas, como estudos de caso, *webquests*, exercícios práticos ou mapas interativos elaborados em grupo;
- *Feedback* formativo, realizado de forma contínua, com comentários críticos e orientações pedagógicas visando ao aprimoramento das produções acadêmicas.

No caso das Práticas como Componentes Curriculares (PCCs) e de outras atividades práticas, a avaliação poderá ocorrer por meio de tarefas disponibilizadas nos ambientes virtuais, relatórios reflexivos, registros de atividades de campo (quando aplicável), projetos em grupo e análise da participação nas atividades propostas.



O acompanhamento docente e a devolutiva sobre o desempenho acadêmico devem ser realizados de forma sistemática, assegurando a orientação pedagógica contínua e respeitando as diretrizes institucionais. O uso do *Moodle* e do SIGAA como ambientes formais de avaliação garante o registro, a transparência e a documentação adequada das atividades avaliativas realizadas a distância.

O processo avaliativo em atividades a distância deve observar os princípios da ética, da honestidade intelectual e da responsabilidade acadêmica. É dever dos estudantes realizar as atividades de forma autônoma e íntegra, respeitando as normas institucionais e evitando práticas como plágio, cópias indevidas ou o uso inadequado de ferramentas digitais. Aos docentes cabe assegurar a clareza dos critérios de avaliação, a transparência no processo de correção e a oferta de *feedbacks* formativos, contribuindo para a construção de um ambiente acadêmico pautado no respeito mútuo, na confiança e no compromisso com a formação crítica e responsável.

8.7 A organização da pesquisa e extensão

A Geografia é um dos componentes que faz parte do currículo escolar da área de Ciências Humanas (Brasil, 2017) da Educação Básica. É disciplina obrigatória nos anos finais do ensino fundamental e compõe os conhecimentos curriculares da área de Ciências Humanas no ensino médio, compõe a base nacional comum e a parte diversificada dos currículos (art. 26A da Lei nº 9.394/1996).

Os estabelecimentos de ensino que ofertam educação básica, em diferentes modalidades, contam com disciplinas de Geografia em suas grades curriculares. Em muitos casos, os docentes que lecionam esse componente curricular não são formados na área, logo, há falta de professores formados em Geografia.

Os dados dos censos escolares realizados anualmente pelo Instituto Nacional de Pesquisas em Educação Anísio Teixeira (INEP) indicam uma evolução nas taxas de adequação da formação docente da educação básica. De acordo com o Mapeamento de Adequação Docente no Brasil (2022), a taxa média de adequação nos anos finais da rede municipal saiu de 35,1% em 2013 para 45,1% em 2021. Na rede estadual, cerca de 58,8% dos docentes estavam no grupo 1 de adequação docente, ou seja, no grupo dos professores que atuam nas áreas específicas em que são formados.

No entanto, apesar dos indicadores serem bastante heterogêneos em termos regionais e municipais, verificou-se que das três etapas a que apresenta os menores indicadores de



adequação docente é a etapa dos anos finais, tanto na rede municipal como na estadual. Ao compreender a importância das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação, no que tange à formação inicial e continuada dos professores da educação básica, a saber, a meta 15 que assegura que todos os professores e professoras possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, o curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, no *Campus* Erechim, não tem como única finalidade a formação inicial de docentes, a nível de graduação, mas também a promoção de atividades de pesquisa e extensão que contribuam, com a formação continuada dos docentes de Geografia, que possam subsidiar e contribuir com projetos e ações voltados às demandas da comunidade.

Deve-se considerar inicialmente a amplitude da atuação profissional das licenciadas(os) em Geografia, tendo como ponto de partida o contexto da atuação dos profissionais do magistério da educação básica nos moldes do Art. 3º § 4º da Resolução CNE/CP 02/2015.

§ 4º Os profissionais do magistério da educação básica compreendem aqueles que exercem atividades de docência e demais atividades pedagógicas, incluindo a gestão educacional dos sistemas de ensino e das unidades escolares de educação básica, nas diversas etapas e modalidades de educação (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação especial, educação profissional e técnica de nível médio, educação escolar indígena, educação do campo, educação escolar quilombola e educação a distância), e possuem a formação mínima exigida pela legislação federal das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Importante ressaltar que as atividades de pesquisa são regulamentadas pela Resolução nº 58/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2023 e seu Anexo I, no qual se encontra o Regulamento da Pesquisa da UFFS. A definição de pesquisa adotada neste PPC acompanha a normativa institucional:

Art. 1º Para efeitos deste Regulamento, considera-se pesquisa toda e qualquer atividade de natureza investigativa, com objeto e métodos definidos, aprovada pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), por agências de fomento ou por outras instituições, nacionais ou estrangeiras, reconhecidas pela comunidade científica, que resulta em produção técnico-científica, técnica ou tecnológica. Parágrafo único. Entende-se por produção técnico-científica, técnica ou tecnológica os resultados dos projetos de pesquisa, de desenvolvimento tecnológico e de inovação publicizados nos meios reconhecidos nas respectivas áreas de conhecimento (Resolução nº 58/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2023).

A pesquisa concretiza-se nas atividades dos docentes e discentes, em seus respectivos projetos de pesquisa e planos de trabalho. Os projetos de pesquisa, quando devidamente institucionalizados estarão sujeitos à avaliação e ao acompanhamento da Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura do Conselho Universitário, conforme o Art. 5º da Resolução nº 58/CONSUNI/PPGEC/UFFS/2023.



Por sua vez as atividades de extensão são regulamentadas pela Política de Extensão da UFFS, pela Resolução nº 4 CONSUNI/CPPEGEC/2017, onde temos passagens importantes para a construção de nossa concepção.

A política de extensão da UFFS é concebida, segundo o Art. 1º:

I - A partir das diretrizes e dos princípios institucionais e acadêmicos da Política Nacional de Extensão, constituindo-se num elo entre as demandas regionais e as atividades de Ensino e de Pesquisa. A Extensão coloca-se na perspectiva de colaborar, por meio de ações voltadas à cidadania e à inclusão social, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. II - Visa garantir a Extensão Universitária como um processo educativo, cultural e científico que, articulado ao Ensino e à Pesquisa de forma indissociável, promova uma relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade, fomentando o diálogo de saberes, a democratização do conhecimento acadêmico, a interdisciplinaridade e a participação da comunidade na construção da Universidade, bem como a participação da Universidade no desenvolvimento regional.

As atividades do curso também seguem as diretrizes para a extensão na Educação Superior brasileira como consta na Resolução CNE Nº 7, de 18 de dezembro de 2018 na qual define a extensão:

Art. 3º A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Tendo em vista as supracitadas resoluções, as atividades de pesquisa, assim como as de extensão, acontecerão associadas aos conteúdos e às dinâmicas que serão desenvolvidas nos componentes curriculares do curso, pois a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, é concebida como um processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. Em outras palavras, a articulação entre pesquisa e extensão possibilitará uma formação contextualizada às questões da sociedade contemporânea.

A ministração de 15 horas de atividades de extensão nos componentes curriculares exigirá dos estudantes e docentes: pesquisa, articulação com a comunidade, diagnóstico, elaboração de ações, implementação das atividades e avaliações que contribuirão para a consolidação de um processo formativo crítico e reflexivo, não descolado das problemáticas sociais. Isso possibilitará a experiência de um trabalho interdisciplinar que abarca temas contemporâneos transversais.

Considerando essas concepções, o Curso de Licenciatura em Geografia da UFFS – *Campus Erechim* deve oportunizar aos discentes o embasamento teórico-metodológico a partir dos componentes curriculares e garantir aos discentes a existência perene de projetos de



pesquisa e extensão, além das práticas extensionistas garantidas no desenvolvimento dos componentes curriculares do Domínio Específico. Tal processo deve ser pautado pelos princípios explicitados no Art. 2 inciso IV da Resolução nº 40 CGAE/CONSUNI 2022 e buscar o fomento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, assim como, a interdisciplinaridade.

As vivências relacionadas à produção técnico-científica devem iniciar ainda no desenvolver dos componentes curriculares. E passam pelas oportunidades de pesquisa em iniciação científica como bolsistas ou voluntários, culminam na obrigatoriedade da elaboração do trabalho de conclusão de curso, que pressupõe o desenvolvimento de um projeto de pesquisa na área da Geografia – Licenciatura, moldando, assim, uma concepção processual, integradora e transdisciplinar das ações de pesquisa e extensão.

Importante resguardarmos, aqui, de forma complementar, uma visão ampliada sobre os processos constituidores dos chamados projetos de pesquisa e de extensão. Entendendo que essas possibilidades de trabalho do docente, em muitos casos transcendem as formalidades institucionais e burocráticas, acontecendo de forma efetiva e intensa por meio da práxis e da vivência cotidiana dos discentes e docentes. Internalizando as questões do tempo contemporâneo com foco nos universos da educação, na questão ambiental, social, econômica, política e outros temas fundantes de uma sociedade democrática e equânime.

A organização e o funcionamento das atividades de pesquisa estão diretamente relacionados com a participação dos discentes, de modo processual, em todos os CCR do curso, por meio do envolvimento dos três domínios formativos no aprimoramento de suas habilidades na construção de futuros docentes e pesquisadores. Certamente, as possibilidades de inserção em projetos de pesquisas institucionalizados pelos docentes, participação em planos de trabalho de iniciação científica e eventos, também contribuem com o processo de capacitação no campo da pesquisa. As ações de pesquisa (via ampliação de conhecimentos nos CCR do curso, possíveis participações em projetos de iniciação científica, eventos científicos etc.), no decorrer da graduação, culminam com a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso, obrigatório a todos os discentes do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura, deve ser realizado individualmente, com a orientação de um docente do curso, sob a forma de um trabalho final em formato de monografia, e seguir as normas do Regulamento do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura. ~~Os componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e II são dedicados para este fim (produção de projeto e execução de pesquisa) em que o discente terá a~~



oportunidade efetiva de aprender e vivenciar o processo de pesquisa científica com amplas possibilidades de conexão com a extensão, conforme perfil do egresso. As práticas extensionistas (Anexo VII), a prática pedagógica como componente curricular (Anexo IV) e as ACCs (Anexo II) também são entendidas como atividades que possibilitam interação dos discentes com a pesquisa e a extensão.

8.8 Os domínios formativos e sua articulação

Os cursos de graduação da UFFS possuem como diretriz da organização curricular a constituição de três grupos de conhecimentos, agrupados em diferentes componentes curriculares: Domínio Comum, Domínio Conexo e Domínio Específico.

Segundo o artigo 22 do Regulamento de Graduação (Resolução nº 40/CONSUNI/CGAE/UFFS/2022)

o currículo do Curso de Graduação é constituído de um corpo de conhecimentos organizados em três domínios: Comum, Conexo e Específico, expressos na matriz em componentes curriculares e outras modalidades de organização do conhecimento, conforme Regimento Geral da UFFS.

§1º Todos os cursos de graduação da UFFS devem adotar o mínimo de 420 horas e o máximo de 660 horas de Domínio Comum, organizado em dois eixos de formação: contextualização acadêmica e formação crítico social. § 2º O Domínio Comum de cada Curso deve, obrigatoriamente, respeitar a destinação de, no mínimo, 40% de sua carga horária para cada um dos Eixos de Formação. § 3º Compete a cada Conselho de Campus regulamentar a configuração de seu Domínio Conexo por meio de resolução própria.

§ 3º Compete a cada Conselho de Campus regulamentar a configuração de seu Domínio Conexo por meio de resolução própria. (p. 10).

Portanto, os componentes curriculares do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura foram estabelecidos considerando os princípios gerais da organização curricular da Universidade e de acordo com os objetivos do perfil do egresso definido neste documento.

Os saberes, temas e conteúdos do Domínio Conexo e Comum articulam-se com a formação do licenciado em Geografia. O Domínio Comum contribui com a formação cidadã, marca dos egressos da UFFS, propiciando o desenvolvimento de profissionais comprometidos com uma postura científica e social de pensar. O Domínio Conexo contribui com a dimensão formativa da educação para inclusão e diversidade, gestão da educação, coordenação pedagógica e pesquisa em educação.

A materialização dos três domínios no curso é descrita a seguir.

8.8.1 Domínio Comum

De acordo com o Art. 14 da Resolução nº 52 CONSUNI/CGAE/UFFS/2024, o Domínio Comum é um processo de formação voltado para a inserção acadêmica dos discentes



no contexto da universidade e da produção do conhecimento. A criação deste domínio surge a partir do debate acerca da necessidade de equilibrar os conhecimentos dos discentes ingressantes no ensino superior, os quais provêm de uma educação básica com problemas/deficiências estruturais. Além disso, a função estratégica do Domínio Comum é um compromisso social implicado nesta organização curricular, o que demonstra uma posição político-institucional preocupada com a formação cidadã crítica, o que conseqüentemente ou concomitantemente gera um melhor desempenho acadêmico.

O Domínio Comum desenvolve-se por: I) habilidades/competências de leitura, de interpretação e de produção em diferentes linguagens; e II) uma compreensão crítico social do mundo contemporâneo.

Os componentes curriculares do Domínio Comum estão divididos em dois eixos: Contextualização Acadêmica e Formação Crítico-Social. Abrangem conteúdos gerais que visam oferecer aos discentes um conjunto de disciplinas, cujo objetivo é desenvolver habilidades e competências instrumentais consideradas fundamentais para o bom desempenho de qualquer profissional e despertar nos discentes a consciência sobre as questões que dizem respeito ao convívio humano em sociedade, às relações de poder, às valorações sociais, à organização sociopolítico, econômica e cultural das sociedades, nas suas várias dimensões.

Nesse sentido a UFFS organizou um conjunto de componentes curriculares como: 1) Produção Textual Acadêmica; ou 1.1) Leitura e Produção Textual I; e 1.2) Leitura e Produção Textual II; 2) Iniciação à Prática Científica; 3) Estatística Básica; 4) Matemática A; 5) Matemática B; 6) Matemática C; 7) Introdução ao Pensamento Social; 8) História da Fronteira Sul; 9) Introdução à Filosofia; 10) Direito e Cidadania; 11) Meio Ambiente, Economia e Sociedade.

O Domínio Comum no PPC do Curso de Geografia – Licenciatura é composto por um conjunto de sete componentes curriculares, como mostra o quadro a seguir.

Quadro 2: Componentes curriculares que compõem o Domínio Comum do Curso de Geografia – Licenciatura

DOMÍNIO COMUM		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	EIXO CONTEXTUALIZAÇÃO ACADÊMICA	
GEX210	Estatística básica	60
GCH290	Iniciação à prática científica	60
GLA104	Produção textual acadêmica	60
	EIXO FORMAÇÃO CRÍTICO-SOCIAL	
GCS239	Direitos e cidadania	60



GCH292	História da Fronteira Sul	60
GCH293	Introdução à filosofia	60
GCH291	Introdução ao pensamento social	60
Total		420

8.8.2 O Domínio Conexo entre as licenciaturas

O Domínio Conexo situa-se na interface entre as áreas de conhecimento, objetivando a formação e o diálogo interdisciplinar entre diferentes cursos, em cada *campus*. Foi concebido como um conjunto de componentes curriculares organizados didaticamente com base na interdisciplinaridade. Trata-se do conjunto de componentes curriculares que se situam no espaço de interface dos cursos de formação de docentes do *campus* Erechim, sem, no entanto, serem caracterizadas como exclusivas de um ou de outro curso. Atualmente (2025) os cursos de Licenciatura no *Campus* Erechim são os seguintes: Ciências Sociais; Interdisciplinar em Educação do Campo; Ciências da Natureza, Filosofia; História; Pedagogia e Geografia.

De acordo com o Art. 16 da Resolução nº 52 CONSUNI/CGAE/UFFS/2024, o Domínio Conexo deve interligar os cursos de formação de docentes a partir de diversos saberes que envolvem conectam os cursos de licenciaturas e que envolvem a interação com a instituição escolar, os processos de gestão e coordenação da educação, coordenação pedagógica e de ensino e aprendizagem, as políticas públicas de educação e de inclusão, o conhecimento dos sujeitos da aprendizagem, as didáticas e metodologias de ensino, as atividades de estágio e a pesquisa educacional. Em seu art. 17, a resolução enfatiza a organização do Domínio Conexo entre as licenciaturas em seis eixos formativos: 1) Fundamentos da educação; 2) Políticas, financiamento e a gestão da educação; 3) Diversidade e inclusão; 4) Didáticas e metodologias de ensino; 5) Estudos e pesquisas em educação; e 6) Práticas de ensino e os estágios, comuns.

A partir da Resolução nº 09/2017 – CONSUNI/CGAE, cada *campus* da UFFS que oferece cursos de Licenciatura (Cerro Largo, Chapecó, Erechim, Laranjeiras do Sul e Realeza) pode estabelecer a estrutura mínima do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura ofertados. De acordo com o anexo III da resolução, o *Campus* Erechim definiu sete componentes curriculares (CCR), com base nos sete eixos formativos, totalizando 450h de carga horária total.

Na sequência, componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo, obrigatórios para todos os discentes do curso.

Quadro 7: Componentes curriculares que compõem o Domínio Conexo do Curso de Geografia –



Licenciatura

DOMÍNIO CONEXO		
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	I – FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	
GCH804	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	60
GCH807	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	60
	II – POLÍTICAS, FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	
GCH806	Políticas educacionais	60
	V – DIDÁTICAS E METODOLOGIAS DE ENSINO	
GCH805	Didática geral	60
	VI – PRÁTICAS DE ENSINO E ESTÁGIOS	
GCH808	Estágio curricular supervisionado – gestão escolar	90
	III – DIVERSIDADE E INCLUSÃO	
GCH809	Educação inclusiva	60
GLA211	Língua brasileira de sinais – Libras	60
	Total	450

A temática da diversidade e inclusão será tratada transversalmente nos CCR do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura e, também, em CCR do Domínio Específico, conforme expresso nas ementas. Os “estudos em pesquisa e educação” serão desenvolvidos nos componentes curriculares do Domínio Conexo entre as licenciaturas, conforme descrito nas ementas dos cursos.

Por fim, enfatizamos que o conjunto de CCRs apresentado no Quadro 3 dialoga com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução 02/2015), especialmente com o Art. 8º, inciso IV, VIII e IX, referente às aptidões dos egressos:

IV – dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico-metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano; VIII– referentes aptidões dos futuros docentes – demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras; IX– atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

A carga horária dos componentes curriculares do Domínio Conexo é de 450 horas.

8.8.3 Domínio Específico

Os componentes curriculares do Domínio Específico do curso atendem a definição dos conhecimentos específicos estabelecida pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução 02/2015 do CNE) e articula-se com o perfil de formação do egresso (item 7 deste



PPC).

O Domínio Específico do Curso de Geografia – Licenciatura é composto por 2.220 horas distribuídas em cinco eixos formativos: 1) Geografia Humana (495h); 2) Geografia Física (465h); 3) Ensino de Geografia (585h); 4) Cartografia e Geotecnologias (240h); 5) Fundamentos da Geografia e Regionais (435h). Há também o 6º eixo – Optativas (180h), cujo funcionamento está descrito no item “8.8 A flexibilidade na organização curricular”. Nesse caso, somamos as 2.220h mais 180h de componentes optativos para totalizar as 2.400 horas esquematizadas no quadro a seguir.

Quadro 4: Componentes curriculares que compõem o Domínio Específico do Curso de Geografia – Licenciatura

DOMÍNIO ESPECÍFICO			
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas	Nível
	I – GEOGRAFIA HUMANA	495	
GCH2219	Geografia econômica	75	2º
GCH2116	Geografia regional	60	3º
GCH2220	Geografia política	60	3º
GCH2221	Geografia agrária	75	4º
GCH2222	Geografia urbana	75	5º
GCH2223	Organização do espaço mundial	75	6º
GCH2224	Geografia cultural	75	6º
	II – GEOGRAFIA FÍSICA	465	
GEX1338	Introdução à astronomia	60	1º
GEX1434	Geografia física	45	2º
GEX1400	Climatologia	60	3º
GEX1435	Geologia	75	4º
GEX1401	Geomorfologia	75	5º
GEX1436	Hidrogeografia	75	6º
GEX1437	Biogeografia	75	6º
	III – ENSINO	585	
GCH2218	Projeto integrador I	60	1º
GCH2117	Projeto integrador II	60	2º
GCH2119	Didática em geografia	75	5º
GCH1050	Estágio curricular supervisionado em geografia I	90	6º
GCH1052	Estágio curricular supervisionado em geografia II	120	7º
GCH2120	Projeto integrador III	60	7º
GCH1055	Estágio supervisionado em geografia III	120	8º



DOMÍNIO ESPECÍFICO			
Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas	Nível
	IV – CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS	240	
GEX1433	Introdução à cartografia e geotecnologias	45	2º
GEX1339	Cartografia escolar	60	3º
GEX1432	Cartografia temática	75	4º
GEX733	Sensoriamento remoto e interpretação de imagem	60	7º
	V – FUNDAMENTOS DA GEOGRAFIA E REGIONAIS	435	
GCH2114	História do pensamento geográfico	60	1º
GCH2115	Geografia do Brasil	60	1º
GCH2118	Epistemologia da geografia	75	5º
GCH2225	Pesquisa em geografia	60	7º
GCH1054	Trabalho de conclusão de curso I	60	8º
GEX1438	Geografia e questão ambiental	60	8º
GCH1056	Trabalho de conclusão de curso II	60	9º
	VI – OPTATIVAS	180	
	Optativa I	60	7º
	Optativa II	60	8º
	Optativa III	60	9º
	Subtotal	2400	

Em conformidade com o Art. 22 da Resolução nº nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024, a oferta de componentes curriculares optativos e as atividades complementares que integram o currículo das licenciaturas flexibilizam o currículo e a formação dos futuros docentes, pois os componentes optativos integram a possibilidade de complementação de conhecimentos.

Em outras palavras, o Domínio Específico com suas 2.400h, está dividido em:

- 24 componentes curriculares de conteúdo específicos distribuídos pelo Eixo Formativo de Geografia Humana, Geografia Física, Ensino, Cartografia e Geotecnologia e Fundamentos da Geografia e Regionais. (1590 h);
 - Três componentes Optativos (180h);
 - Três Estágios Curriculares Supervisionados (330h);
 - Dois componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (120h);
-
- Três Projetos Integradores (180h).

As práticas como componentes curriculares (verificar item 8.5.1) e os projetos



integradores atendem requisitos previstos no Art. 28 da Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024, pois do modo como estão organizados integram conhecimentos conceituais, contextuais e pedagógicos para o desenvolvimento de habilidades profissionais da educação básica pública, desde o início do curso. E também abordam diferentes dimensões da atuação docente na educação básica (o ensino e a produção e difusão do conhecimento). Os componentes dos projetos integradores I, II e III poderão ser estruturados em eixos temáticos, atendendo ao caráter teórico-metodológico e prático-reflexivo. Poderão ser sistematizados por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As práticas extensionistas estão distribuídas entre componentes curriculares do Domínio Específico do primeiro até o oitavo nível. Sua carga horária totaliza 345 horas distribuídas entre componentes específicos do curso de Geografia-Licenciatura que tenham. Os componentes de Geografia Física (2º nível), Introdução à Cartografia e Geotecnologias (2º nível), Estágios Curriculares Supervisionados (6º, 7º e 8º níveis), Optativas (7º, 8º e 9º níveis), Pesquisa em Geografia (7º nível) e Trabalho de Conclusão de Curso I e II (8º e 9º níveis) não contam com práticas extensionistas.

No caso das disciplinas do 2º nível, por terem carga horária de 45 horas, então, a dedicação se volta aos conteúdos próprios destas disciplinas, pois, não haveria tempo hábil para concatená-las com práticas extensionistas. No caso dos Estágios Curriculares Supervisionados, por se tratar de componentes que demandam dedicação com a preparação de atividades direcionadas às práticas docentes. No que diz respeito às Optativas, considerando que a distribuição de carga horária em práticas extensionistas nos demais componentes permite uma boa integração entre o curso e a comunidade, elas estão mais direcionadas às abordagens teórico-metodológicas e temas diversos da Geografia.

Os CCRs optativos Tópicos Especiais Extensionistas I, II, III, IV e V serão ofertados no período de transição entre os Projetos Pedagógicos do Curso de Geografia – Licenciatura, e nos momentos em que o colegiado julgar necessário até que os estudantes tenham a oportunidade de integralizar a carga horária de extensão via CCRs.

Quanto aos CCRs do eixo de pesquisa, a preparação de projeto e desenvolvimento de Trabalho de Conclusão de Curso, então, compreende-se que em tais situações deve-se ter um período de dedicação mais exclusiva às etapas de finalização da graduação.

As ementas dos componentes curriculares específicos (verificar item 8.13 Componentes Curriculares deste PPC) integram categorias conceituais da respectiva área do conhecimento, campo disciplinar e do currículo escolar da educação básica, como preconizado no Art. 20 da Resolução nº 52 – CONSUNI/CGAE/UFFS/2024.



8.9 A flexibilidade na organização curricular

A flexibilidade conforma-se por meio de atividades desenvolvidas pelo Curso de Geografia – Licenciatura e também nas suas articulações com outros cursos e programas de pós-graduação. A flexibilidade da matriz curricular efetiva-se por meio dos seguintes eixos:

a) Componentes curriculares: a estrutura curricular do curso prevê 180 horas em componentes curriculares na modalidade flexível. Os discentes terão que realizar, no mínimo, 180 horas em CCR optativos, conforme escolha do discente. Os CCRs optativos são aqueles oferecidos pelo curso, não possuindo caráter obrigatório, que têm por finalidade à complementação de conhecimentos. O quadro 5 explicita os componentes optativos do curso.

b) Atividades autônomas: atividades diversas, com caráter complementar, realizadas pelos discentes de forma orientada ou não. A estrutura curricular do curso prevê a realização de, no mínimo, 120 horas em atividades dessa modalidade, que são registradas como Atividades Autônomas (AAs). O Anexo II (Regulamento das atividades autônomas do curso de graduação em Geografia – Licenciatura) expressa as definições e as normatizações das AAs.

c) Outras Atividades do Curso e da UFFS: a flexibilidade curricular estará presente no planejamento e organização de projetos, cursos, seminários, eventos de formação complementar no âmbito dos cursos de graduação e pós-graduação.

...8.10 Atendimento as legislações específicas

1- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 – regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 – que dispõe sobre a inclusão da educação ambiental em todos os níveis e modalidades de ensino, observando: I – a integração da educação ambiental às disciplinas de modo transversal, contínuo e permanente; e II – a adequação dos programas já vigentes de formação continuada de educadores.

Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 Educação Ambiental		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Geografia e questão ambiental 60 horas (Obrigatório)	A história da ideia de natureza no Ocidente. Limites ecológicos do sistema mundo moderno. Mitos ou equívocos da questão ambiental na contemporaneidade. Conceitos geográficos como chaves de interpretação	ALIER, Joan M. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007. BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. PASSOS, Messias Modesto (Org.). Maringá: Massoni,



Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 Educação Ambiental		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
	ambiental. As teorias do desenvolvimento sustentável, do ecossocialismo, da ecologia política e da ecologia social. Educação ambiental. Legislação, planejamento e gestão ambiental. Geografia e questão ambiental no campo e na cidade. Leitura e interpretação de mapas temáticos.	2009. LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. São Paulo: RCB, 2004. PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Os (des)caminhos do meio ambiente. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011. SANTOS, Rosely Ferreira. Planejamento Ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.
Educação Ambiental 60 horas (optativo)	Epistemologia ambiental. História da Educação Ambiental. Interfaces sociedade-natureza. Categorias e conceitos geográficos na Educação Ambiental e Cidadania. Conservação e preservação ambiental. Sustentabilidade: potencialidades e limites. Leitura, análise, interpretação e produção de mapas temáticos. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.	CAPRA, Fritjof; STONE, Michel K; BARLOW, Zenobia. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006. MENDONÇA, Francisco. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2008.

2- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 – institui as Diretrizes Curriculares Nacionais das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e obriga as Instituições de Ensino Superior a incluírem nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP nº 3/2004.

Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004 Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
História da Fronteira Sul	Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira.	BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul. Passo Fundo: Méritos, 2006. 6 v.



Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004		
Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
60 horas (Obrigatório)	Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.	CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004.
Geografia Cultural 75 horas (Obrigatório)	Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.	BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas simbólicas . 7.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). Geografia Cultural: uma antologia (1) . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Orgs.). Geografia Cultural: uma antologia (2) . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. HARVEY, David. Condição pós-moderna . 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. SOJA, Edward W. Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica . Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

3- Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012 – estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Estabelece a necessidade de que os Projetos Pedagógicos de Curso contemplem a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, baseada no Parecer CNE/CP nº 8/2012.

Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012		
Direitos Humanos		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
Introdução ao Pensamento Social 60 horas (Obrigatório)	Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e	GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender



Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012		
Direitos Humanos		
Componente	Tópicos ementários relacionados à temática da legislação	Referências bibliográficas do componente que dialogam com a temática
	contemporâneo.	antropologia. São Paulo, SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria; OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org.). Utópicos, heréticos e malditos. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.
Geografia Política 60 horas (Obrigatório)	Geopolítica e Geografia Política. Estado, Nação, território, poder e poder político. Limites e fronteiras. Implicações geográficas da ação política de atores estatais e não-estatais. Estado e políticas públicas no Brasil. Geopolítica do sistema internacional contemporâneo. Poder, representação política, cotidiano e cidadania no Brasil.	CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: Edusp, 2008. GOMES, Paulo C. da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro; EGLER, Tamara Tânia Cohen; SÁNCHEZ, Fernanda. (Org.). Política governamental e ação social no espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital/Anpur, 2012. RIBEIRO, Maria T. Franco; MILANI, Carlos R. Sanches (Org.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea. Salvador: EDUFBA, 2009.



8.11 Estrutura curricular

Curso: Geografia – Licenciatura, *Campus* Erechim

Turno: Noturno

Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Erechim-RS					Atividades						Total de Horas	Expressão de Pré-requisito	
					Aulas presenciais				Aulas na Modalidade EaD	Estágio			TCC
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensivista	PCCr	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
1º nível	01	ES	GCH2114	História do pensamento geográfico	35		15		10			60	
	02	ES	GCH2115	Geografia do Brasil	35		15		10			60	
	03	ES	GEX1338	Introdução à astronomia	20	15	15		10			60	
	04	ES	GCH2218	Projeto integrador I				60				60	
	05	CM	GLA0693	Produção textual acadêmica	60							60	
	06	CM	GCH1745	Iniciação à prática científica	60							60	
Subtotal					210	15	45	60	30			360	
2º nível	07	ES	GCH2219	Geografia econômica	35		15	15	10			75	
	08	ES	GEX1433	Introdução à cartografia e geotecnologias	10	15		15	5			45	
	09	ES	GEX1434	Geografia Física	25			15	5			45	
	10	CX	GCH804	Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da educação	60							60	
	11	CM	GCH1746	Introdução ao pensamento social	60							60	
	12	CM	GEX1059	Estatística Básica	60							60	
Subtotal					250	15	15	45	20			345	
3º nível	13	ES	GCH2116	Geografia Regional	35		15		10			60	
	14	ES	GCH2220	Geografia Política	35		15		10			60	
	15	ES	GEX1339	Cartografia Escolar	20		15	15	10			60	8 (GEX1433)



Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Erechim-RS					Atividades						Total de Horas	Expressão de Pré-requisito	
					Aulas presenciais				Aulas na Modalidade EaD	Estágio			TCC
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensivista	PCCr	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
	16	ES	GEX1400	Climatologia	35		15		10			60	
	17	ES	GCH2117	Projeto integrador II			15	60*				60	
	18	CX	GCH807	Teorias da aprendizagem e do desenvolvimento humano	60							60	
Subtotal					185		75	75	40			360	
4º nível	19	ES	GCH2221	Geografia Agrária	35		15	15	10			75	
	20	ES	GEX1432	Cartografia Temática	35		15	15	10			75	8 (GEX1433)
	21	ES	GEX1435	Geologia	35		15	15	10			75	
	22	CX	GCH806	Políticas educacionais	60							60	
	23	CX	GCH805	Didática geral	60							60	
Subtotal					225		45	45	30			345	
5º nível	24	ES	GCH2222	Geografia Urbana	35		15	15	10			75	
	25	ES	GCH2118	Epistemologia da geografia	35		15	15	10			75	
	26	ES	GEX1401	Geomorfologia	35		15	15	10			75	
	27	ES	GCH2119	Didática em geografia	35		15	15	10			75	10,18,22,23 (GCH804 e GCH807 e GCH806 e GCH805)
	28	CX	GCH808	Estágio curricular supervisionado: Gestão Escolar	60	30							90
Subtotal					200	30	60	60	40			390	
6º	29	ES	GCH2223	Organização do espaço mundial	35		15	15	10			75	



Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Erechim-RS					Atividades							Total de Horas	Expressão de Pré-requisito
					Aulas presenciais				Aulas na Modalidade EaD	Estágio	TCC		
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensivonista	PCCr	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
nível	30	ES	GCH2224	Geografia cultural	35		15	15	10			75	
	31	ES	GEX1436	Hidrogeografia	35		15	15	10			75	
	32	ES	GEX1437	Biogeografia	35		15	15	10			75	
	33	ES	GCH1050	Estágio curricular supervisionado em geografia I	60	30						90	27 (GCH2119)
Subtotal					200	30	60	60	40			390	
7º nível	34	ES	GEX1402	Sensoriamento Remoto e interpretação de imagens	35		15		10			60	8;20 (GEX1433 e GEX1432)
	35	ES	GCH2225	Pesquisa em geografia	50				10			60	
	36	ES	GCH1052	Estágio curricular supervisionado em geografia II	60	60						120	33 (GCH1050)
	37	ES	GCH2120	Projeto integrador III			15	60*				60	
	38	CM	GCH1748	Introdução à filosofia	60							60	
	39			Optativa I	50				10			60	
Subtotal					255	60	30	60	30			420	
8º nível	40	ES	GCH1054	Trabalho de conclusão de curso I	60							60	35 (GCH2225)
	41	ES	GEX1438	Geografia e questão ambiental	35		15		10			60	
	42	ES	GCH1055	Estágio Curricular supervisionado em geografia III	60	60						120	33 (GCH1050)
	43	CX	GCH809	Educação inclusiva	60							60	
	44			Optativa II	50				10			60	
Subtotal					265	60	15		20			360	



Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Erechim-RS					Atividades						Total de Horas	Expressão de Pré-requisito	
					Aulas presenciais				Aulas na Modalidade EaD	Estágio			TCC
Nível	Nº	Domínio	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	PCCr	Teórica	Discente Orientada - Presencial:	Discente Orientada		
9º nível	45	ES	GCH1056	Trabalho de conclusão de curso II	60							60	40 (GCH1054)
	46	CM	GCS0691	Direitos e cidadania	60							60	
	47	CM	GCH1747	História da Fronteira Sul	60							60	
	48	CX	GLA211	Língua brasileira de sinais – Libras	60							60	
	49			Optativa III	50				10			60	
Subtotal					290				10			300	
Subtotal Geral					2080	210	345	405	260			3270	
Atividades Autônomas												120	
Total Geral												3.390	

CM – Domínio Comum CX – Domínio Conexo ES – Domínio Específico

*Parte da carga horária desse CCR será desenvolvida através de práticas extensionistas.

8.12 Rol de componentes optativos

Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Erechim				Atividades*			Total de Horas
				Aulas presenciais			
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	Teórica	
50	GEX735	Climatologia II	30	20		10	60
51	GCH1057	Cultura digital e ensino de Geografia	20			10	30
52	GCH2226	Educação Ambiental	35		15	10	60
53	GCH1059	Formação espacial brasileira	50			10	60



Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Erechim			Atividades*			Aulas na Modalidade EaD	Total de Horas
			Aulas presenciais				
			Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	
54	GCH1060	Geografia Agrária II	50			10	60
55	GCH1061	Geografia da América Latina	50			10	60
56	GCH1062	Geografia da População	50			10	60
57	GCH1063	Geografia da Região Sul	50			10	60
58	GCH1064	Geografia do Turismo	50			10	60
59	GEX736	Geografia e Paisagem	50			10	60
60	GCH1065	Geografia Urbana II	50			10	60
61	GEX737	Geomorfologia Ambiental	50			10	60
62	GEX738	Geomorfologia Fluvial	50			10	60
63	GEX739	Geoprocessamento/SIG e diagnóstico ambiental	25			10	45
64	GEX740	Paleoclimatologia	50			10	60
65	GEX741	Planejamento Ambiental	50			10	60
66	GCH1066	Planejamento Territorial	50			10	60
67	GCH1067	Teorias do Currículo e Ensino de Geografia	50			10	60
68	GCH1068	Tópicos Especiais I	50			10	60
69	GCH1069	Tópicos Especiais II	20			10	30
70	GEX742	Tópicos Especiais em Cartografia e Geotecnologias I	50			10	60
71	GEX743	Tópicos Especiais em Cartografia e Geotecnologias II	50			10	60
72	GEX744	Tópicos Especiais em Cartografia e Geotecnologias III	20			10	30
73	GEX745	Tópicos Especiais em Cartografia e Geotecnologias IV	20			10	30
74	GCH1070	Tópicos Especiais em Ensino de Geografia I	50			10	60
75	GCH1071	Tópicos Especiais em Ensino de Geografia II	50			10	60
76	GCH1072	Tópicos Especiais em Ensino de Geografia III	20			10	30



Curso de graduação em Geografia – Licenciatura Campus Erechim			Atividades*			Aulas na Modalidade EaD	Total de Horas	
			Aulas presenciais					Teórica
			Teórica	Prática	Extensionista			
Nº	Código	Componente Curricular	Teórica	Prática	Extensionista	Teórica	Total de Horas	
77	GCH1073	Tópicos Especiais em Ensino de Geografia IV	20			10	30	
78	GEX746	Tópicos Especiais em Geografia Física I	50			10	60	
79	GEX747	Tópicos Especiais em Geografia Física II	50			10	60	
80	GEX748	Tópicos Especiais em Geografia Física III	50			10	60	
81	GEX749	Tópicos Especiais em Geografia Física IV	50			10	60	
82	GEX750	Tópicos Especiais em Geografia Física V	20			10	30	
83	GEX751	Tópicos Especiais em Geografia Física VI	20			10	30	
84	GCH1074	Tópicos Especiais em Geografia Humana I	50			10	60	
85	GCH1075	Tópicos Especiais em Geografia Humana II	50			10	60	
86	GCH1076	Tópicos Especiais em Geografia Humana III	50			10	60	
87	GCH1077	Tópicos Especiais em Geografia Humana IV	50			10	60	
88	GCH1078	Tópicos Especiais em Geografia Humana V	20			10	30	
89	GCH1079	Tópicos Especiais em Geografia Humana VI	20			10	30	
90	GCH1080	Trabalho de Campo	25	15		10	60	
91	GCH2229	Tópicos Especiais Extensionistas I			45		45	
92	GCH2092	Tópicos Especiais Extensionistas II			60		60	
93	GCH2093	Tópicos Especiais Extensionistas III			60		60	
94	GCH2231	Tópicos Especiais Extensionistas IV			75		75	
95	GCH2094	Tópicos Especiais Extensionistas V			75		75	



8.13 Resumo de carga horária dos estágios, AAs e TCC.

Resumo de Carga horária de Estágio, AAs, TCC e Atividades EAD	Carga horária (horas)
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	120
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	420
Componentes curriculares optativos	180
Atividades Autônomas (AA)	120
Aulas na modalidade educação à distância	260



8.14 Análise vertical e horizontal da estrutura curricular (representação gráfica)

Análise Horizontal e Vertical da Estrutura Curricular								
1º nível	2º nível	3º nível	4º nível	5º nível	6º nível	7º nível	8º nível	9º nível
História do Pensamento Geográfico (60h)	Geografia Econômica (75h)	Geografia Regional (75h)	Geografia Agrária (75h)	Geografia Urbana (75h)	Organização do Espaço Mundial (75h)	Optativa I (60h)	Optativa II (60h)	Optativa III (60h)
Geografia do Brasil (60h)	Introdução à Cartografia e Geotecnologias (45h)	Geografia Política (60h)	Cartografia Temática* (75h)	Epistemologia da Geografia (75h)	Geografia Cultural (75h)	Pesquisa em Geografia (60h)	Trabalho de Conclusão de Curso I* (60h)	Trabalho de Conclusão de Curso II* (60h)
Introdução à Astronomia (60h)	Geografia Física (45h)	Cartografia Escolar (60h)	Geologia (75h)	Geomorfologia (75h)	Hidrogeografia (75h)	Sensoriamento Remoto e Interp. de imagens* (60h)	Geografia e Questão Ambiental (60h)	Direitos e Cidadania (60h)
Produção Textual Acadêmica (60h)	Introdução ao Pensamento Social (60h)	Climatologia (60h)	Políticas Educacionais (60h)	Estágio Curricular Supervisionado - Gestão Escolar (90h)	Biogeografia (75h)	Introdução à Filosofia (60h)	Educação Inclusiva (60h)	História da Fronteira Sul (60h)
Iniciação à Prática Científica (60h)	Estatística Básica (60h)	Teorias de Apr. e do Desenvolvimento Humano (60h)	Didática Geral (60h)	Didática em Geografia* (75h)	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I* (90h)	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II* (120h)	Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III* (120h)	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS (60h)
Projeto Integrador I (60h)	Fund. Históricos, Sociológicos e Filosóficos da Educação (60h)	Projeto Integrador II (60h)				Projeto Integrador III (60h)		
360 horas	345 horas	375 horas	345 horas	345 horas	390 horas	420 horas	360 horas	300 horas

Domínio Específico - Eixos Formativos:

Fundamentos da Geografia	Domínio Comum
Ensino de Geografia	Domínio Conexa
Geografia Humana	*CCR com pré-requisito
Geografia Física	
Cartografia e Geotecnologias	

Carga Horária do Curso (horas)

Domínio Específico: 2.220
Domínio Conexa: 450
Domínio Comum: 420
Optativas: 180
AA: 120
Total: 3.390

Fundamentos da Geografia: 435h
Ensino de Geografia: 585h
Geografia Humana: 495h
Geografia Física: 465h
Cartografia e Geotecnologias: 240h



8.15 Ementários, bibliografias básicas e complementares dos componentes curriculares

Neste item será apresentada a descrição detalhada dos componentes curriculares obrigatórios e optativos do curso de Geografia – Licenciatura.

8.14.1 Componentes curriculares obrigatórios

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2114	HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO	60
EMENTA		
O pensamento geográfico na história do conhecimento. A gênese da Geografia Moderna. O pensamento geográfico europeu e suas influências no Brasil. Integração entre Geografia Física e Geografia Humana. Novas tendências da Geografia mundial e brasileira. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Compreender o processo histórico de evolução do pensamento geográfico, seus elementos estruturantes e as perspectivas futuras para a análise geográfica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CLAUDINO, G. S.; PAULA, L. A. C.; MARES, R. M. As Geógrafas na História do Pensamento Geográfico: uma breve introdução. Rio de Janeiro: Consequência, 2024. MOREIRA, R. O que é Geografia? 2 ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2010. LACOSTE, Y. A Geografia: Isso serve , em primeiro lugar, para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1988. MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro . Vol 1. São Paulo: Contexto, 2008. MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro . Vol 2. São Paulo: Contexto, 2008.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FREIRE, P. Educação e Mudança . Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. GOMES, P. C. C. Geografia e Modernidade . Rio de Janeiro: Bertrand, 1996. MONTEIRO, C. A. F. A questão ambiental na Geografia do Brasil . Florianópolis: EdUFSC, 2003. PEREIRA, R. M. A. Da geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna . Florianópolis, EdUFSC, 1999. QUAINI, M. Marxismo e Geografia . 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. SANTOS, M. Por uma geografia nova . 6 ed. São Paulo: Hucitec, 2008. VITTE, A. C. (Org.) Contribuições à história e à epistemologia da Geografia . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.		
Unidades de avaliação 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2115	GEOGRAFIA DO BRASIL	60
EMENTA		
Aspectos geo-históricos da formação territorial do Brasil. Ciclos econômicos e a construção dos meios geográficos no Brasil. Dinâmicas regionais e usos do território. Temas de Geografia do Brasil: cultura e diversidade; dinâmica populacional; movimentos sociais e inserções na divisão territorial do trabalho. Leitura e interpretação de mapas temáticos. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Analisar temas estruturantes sobre a produção do espaço geográfico brasileiro.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AB'SABER, A. N. Os Domínios de Natureza no Brasil : potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.		
MOREIRA, R. Sociedade e espaço geográfico no Brasil . São Paulo: Contexto, 2011.		
MOREIRA, R. Formação espacial brasileira : uma contribuição crítica à Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.		
ROSS, J. L. S. (Org.) Geografia do Brasil . São Paulo: EDUSP, 2000.		
SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (Org.). O Brasil : território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.		
FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AB'SABER, A. N. Amazônia : do discurso à práxis. São Paulo: Edusp, 1996.		
ANDRADE, M. C. A questão do território no Brasil . São Paulo: Hucitec, 2005.		
BECKER, B. et al. (Org.). Geografia e meio ambiente no Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.		
COSTA, W. M. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil . São Paulo: Contexto, 1988.		
CASTRO, I. E. et al. (Org.) Brasil : Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.		
EGLER, C. & BECKER, B. Brasil : uma nova potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.		
GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias . São Paulo: Contexto, 2001.		
IBGE. Atlas Nacional do Brasil Milton Santos . Rio de Janeiro: IBGE, 2010.		
OLIVEIRA, F. Elegia para uma re(li)gião . São Paulo: Boitempo, 2008.		
ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil . São Paulo: Oficina de Textos, 2006.		
Unidades de avaliação 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1338	INTRODUÇÃO À ASTRONOMIA	60
EMENTA		
Astronomia na Antiguidade. Medições de tempo. Movimento aparente dos Astros. Movimento dos planetas. Insolação e estações do Ano. Fases da Lua. Sistema Solar. Gravitação e marés. Movimento da Terra. Geodésia terrestre e Sistemas de Coordenadas. Estrelas e galáxias: origem e evolução do Universo. Prática de trabalho de campo (observação astronômica). Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos discentes, via desenvolvimento conceitual, interpretativo e aplicado, uma visão geral dos fundamentos da Astronomia, sua origem e evolução.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FRIAÇA, A. C. S.; DAL PINO, E.; SODRÉ JR., L.; JATENCO-PEREIRA, L. (Org.). ASTRONOMIA: uma visão geral do universo . 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. GEMAEL, Camil. Introdução à geodésia física . Edição atual. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2012. 302 p. OLIVEIRA FILHO, Kepler de Souza; SARAIVA, Maria de Fátima Oliveira. Astronomia e astrofísica . 2. ed. São Paulo-SP: Livraria da Física, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CANIATO, Rodolpho. O que é astronomia . 8. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016. HORVATH, J. E. O abcd da astronomia e astrofísica . 2. ed. São Paulo: Livraria da Física, 2008. OLIVEIRA FILHO, Kepler de Souza; SARAIVA, Maria de Fátima Oliveira. Astronomia e astrofísica . Livro online acessível em http://astro.if.ufrgs.br/index.html . PICAZZIO, Enos (org.). Introdução à Astronomia para educadores e iniciantes . Acessível em: < http://astroweb.iag.usp.br/~apt/livro/OceuQueNosEnvolve.pdf >. VANISSEVICH, Alicia; WUENSCHÉ, Carlos Alexandre; ROCHA, Jaime Fernando Villas da (Org.). Astronomia hoje . Rio de Janeiro, RJ: Instituto Ciência Hoje – ICH, 2010.		
Unidade de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2218	PROJETO INTEGRADOR I	60
EMENTA		
Integração dos conhecimentos da fase com vistas à compreensão do papel do profissional da Geografia na escola e em outros espaços de atuação. Elaboração, desenvolvimento e apresentação de projeto temático (de pesquisa, extensão, cultura ou produção de material didático-pedagógico e instrucional). Prática pedagógica como componente curricular.		
OBJETIVO		
Discutir, de forma multidisciplinar e integrada, a atuação profissional do licenciado em Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FREIRE, P. Educação e Mudança . Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1979. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa . São Paulo: Paz e Terra, 1996. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. SAVIANI, D. Escola e democracia . 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Específica a cada tema escolhido, devendo ser relacionada na oportunidade pelos docentes responsáveis pelo componente curricular.		
Unidade de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA0693	PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA	60
EMENTA		
Língua, linguagem e sociedade. Leitura e produção de textos. Mecanismos de textualização e de argumentação dos gêneros acadêmicos: resumo, resenha, handout, seminário. Estrutura geral e função sociodiscursiva do artigo científico. Tópicos de revisão textual.		
OBJETIVO		
Desenvolver a competência textual-discursiva de modo a fomentar a habilidade de leitura e produção de textos orais e escritos na esfera acadêmica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANTUNES, I. <i>Análise de Textos: fundamentos e práticas.</i> São Paulo : Parábola, 2010. CITELLI, Adilson. O texto argumentativo. São Paulo: Scipione, 1994. MACHADO, Anna R.; LOUSADA, Eliane; ABREU-TARDELLI, Lília S. Resenha. São Paulo: Parábola Editorial, 2004. MARCUSCHI, L. A. <i>Produção textual, análise de gêneros e compreensão.</i> São Paulo: Parábola Editorial, 2008. MEDEIROS, João B. Redação científica. São Paulo: Atlas, 2009. MOTTA-ROTH, D; HENDGES, G. H. <i>Produção textual na universidade.</i> São Paulo: Parábola Editorial, 2010. SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária , v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. SILVEIRA MARTINS, Dileta; ZILBERKNOP, Lúbia S. Português Instrumental: de acordo com as atuais normas da ABNT. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NRB 6028: Informação e documentação ? Resumos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003. _____. NRB 6023: Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. _____. NRB 10520: Informação e documentação – Citações – Apresentação. Rio de Janeiro, 2002. BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. São Paulo: Ática, 2005. COSTA VAL, Maria da Graça. Redação e textualidade. São Paulo: Martins Fontes, 2006. COSTE, D. (Org.) O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 2002. FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. Oficina de texto. Petrópolis: Vozes, 2003. GARCEZ, Lucília. Técnica de redação: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008. KOCH, Ingedore V. O texto e a construção dos sentidos. São Paulo: Contexto, 1997. _____. Desvendando os segredos do texto. São Paulo: Cortez, 2009. KOCH, Ingedore V. I. V; ELIAS, V. M. Ler e escrever: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009. MOYSÉS, Carlos A. Língua Portuguesa: atividades de leitura e produção de texto. São Paulo: Saraiva, 2009. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José L. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. SOUZA, Luiz M.; CARVALHO, Sérgio. Compreensão e produção de textos. Petrópolis: Vozes, 2002.		



Unidade de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1745	INICIAÇÃO À PRÁTICA CIENTÍFICA	60
EMENTA		
A instituição Universidade: ensino, pesquisa e extensão. Ciência e tipos de conhecimento. Método científico. Metodologia científica. Ética na prática científica. Constituição de campos e construção do saber. Emergência da noção de ciência. O estatuto de cientificidade e suas problematizações.		
OBJETIVO		
Proporcionar reflexões sobre as relações existentes entre universidade, sociedade e conhecimento científico e fornecer instrumentos para iniciar o acadêmico na prática da atividade científica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO. T. Educação após Auschwitz. In: _____. Educação e emancipação . São Paulo / Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.		
ALVES, R. Filosofia da Ciência : introdução ao jogo e as suas regras. 4. ed. SP: Loyola, 2002.		
CHAUI, M. Escritos sobre a Universidade . SP: UNESP, 2001.		
HENRY, J. A Revolução Científica : origens da ciência moderna. RJ: Zahar, 1998.		
JAPIASSU, Hilton F. Epistemologia . O mito da neutralidade científica. Rio, Imago, 1975 (Série Logoteca)		
MARCONI, M. de A. & LAKATOS, E. M. Fundamentos de Metodologia Científica . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		
SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
APPOLINÁRIO. Metodologia da ciência : filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.		
D'ACAMPORA, A. J. Investigação científica . Blumenau: Nova Letra, 2006.		
GALLIANO, A. G. O Método Científico : teoria e prática. SP: HARBRA, 1986.		
GIACOIA JR, O. Hans Jonas: O princípio responsabilidade. In: OLIVEIRA, M. A. Correntes fundamentais da ética contemporânea . Petrópolis: Vozes, 2000. p. 193-206.		
GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 5. ed. SP: Atlas, 1999.		
GONSALVES, E. P. Iniciação à Pesquisa Científica . Campinas: Alínea, 2001.		
MORIN, E. (1994). Ciência com Consciência . Mem-Martins: Publicações Europa-América, 1994.		
OMMÈS, R. Filosofia da ciência contemporânea . São Paulo: Unesp, 1996.		
REY, L. Planejar e Redigir Trabalhos Científicos . 4. ed. SP: Edgard Blücher, 2003.		
SANTOS, A. R. dos. Metodologia científica : a construção do conhecimento. 6. ed., Rio de Janeiro: DP&A, 2004.		
SILVER, Brian L. A escalada da ciência . 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2008.		
Unidade de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2219	GEOGRAFIA ECONÔMICA	75
EMENTA		
Conceitos básicos de Geografia Econômica. Diferentes sistemas econômicos. Análise das inter-relações entre espaço e economia: mercados, produção e fluxos econômicos. A dimensão territorial dos processos de internacionalização da economia, da reestruturação produtiva e das formas de organização do trabalho. Globalização econômica. Leitura e interpretação de mapas. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Entender a economia como elemento espacial. Compreender os efeitos territoriais das práticas econômicas. Analisar as lógicas e os fatores de distribuição das atividades econômicas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.) Explorações geográficas . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. HARVEY, D. A condição pós-moderna . 21. ed. São Paulo: Loyola, 2011. SANTOS, M. Por uma outra globalização . 22. ed. São Paulo: Record, 2012. SANTOS, M. Economia espacial: críticas e alternativas . São Paulo: EDUSP, 2003. SINGER, P. Aprender Economia . 22 ed. São Paulo: Contexto, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho . São Paulo: Boitempo, 1999. CATANI, Afranio M. O que é capitalismo . 34. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. CHESNAIS, F. A mundialização do capital . São Paulo, Xamã, 1996. EGLER, C.; BECKER, B. Brasil: uma nova potência regional na economia mundo . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016 HARVEY, D. O Enigma do Capital . São Paulo: Boitempo, 2012. MARX, K. O Capital . Rio de Janeiro: Difel, 1988. SANCHEZ, J-E. Espacio, economía y sociedad . Madrid: Siglo XXI, 1991. Disponível em: < http://www.ub.edu/geocrit/texap-6.pdf >. Acesso em: 04 set. 2017. SPOSITO, Eliseu S.; SANTOS, Leandro B. O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras . São Paulo: Expressão Popular, 2012. SMITH, N. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção de espaço . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988. (1)		
Unidade de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1433	INTRODUÇÃO À CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS	45
EMENTA		
História da cartografia. Escala. Sistemas de referência e coordenadas. Projeções cartográficas. Geotecnologias e cartografia digital. Estruturação de dados geoespaciais: criação e edição de dados vetoriais e matriciais. Prática pedagógica como componente curricular. Práticas de laboratório com <i>softwares</i> aplicados e de trabalho de campo.		
OBJETIVO		
Propiciar aos discentes conhecimento básico sobre aspectos da cartografia contemporânea na perspectiva da representação computacional de dado geoespaciais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CASTRO, José Flávio Morais. História da Cartografia e Cartografia Sistemática . Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de Cartografia . Florianópolis: UFSC, 2006. FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. FRIEDMANN, Raul M. P. Fundamentos de orientação, cartografia e navegação terrestre . Curitiba: UTFPR, 2008. MENEZES, Paulo Márcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de Cartografia . São Paulo: Oficina de Textos, 2013.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAMARA. G. & DAVIS. C. & MONTEIRO. A. M.V. Introdução à Ciência da Geoinformação . INPE, São José dos Campos, 2001. Disponível em: < http://mtc-2.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf > Acesso em: 02 fev. 2014. FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. FLORENZANO, Tereza Galloti. Imagens de satélite para estudos ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2002. FRANCISCHETT, Mafalda Nesi. A Cartografia no Ensino de Geografia: Abordagens metodológicas para o entendimento da representação . Cascavel: EDUNIOESTE, 2010. JOLY, Fernand. A Cartografia . 14. ed. Campinas: Papirus, 2011. LOCH, Ruth E. Nogueira. Cartografia: representação, comunicação e visualização . Florianópolis: UFSC, 2006. MARTINELLI, Marcelo. Mapas da Geografia e Cartografia Temática . São Paulo: Contexto, 2011. SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento e Análise Ambiental: Aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. ZUQUETTE, Lázaro V.; GANDOLFI, Nilson. Cartografia Geotécnica . São Paulo: Oficina de Textos, 2005.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1434	GEOGRAFIA FÍSICA	45
EMENTA		
Os fundamentos teórico-metodológicos da Geografia Física. As tendências atuais dos estudos da geografia física. Introdução ao estudo dos subsistemas terrestres: hidrosfera, atmosfera, litosfera e biosfera, suas interações processuais. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo.		
OBJETIVO		
Possibilitar ao discente uma compreensão dos fundamentos naturais da Geografia, os mecanismos funcionais dos sistemas terrestres em sua estreita relação com a sociedade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MENDONÇA, F. Geografia e meio ambiente . 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. _____. Geografia Física: ciência humana? 8. ed. São Paulo: Contexto, 2011. STRAHLER, A. H. & STRAHLER, A. N. Geografia Física . Barcelona: Omega, 1997. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. & TAIOLI, F. Decifrando a Terra . 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AB'SABER, A. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas . 7. ed. São Paulo: Atelier de arte, 2012. BERTALANFFY, L. Teoria geral dos sistemas . Petrópolis: Vozes, 2008. CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas: Uma Introdução à Geografia Física . 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. CHRISTOFOLETTI, A. Modelagem de sistemas ambientais . São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 1999. _____. Perspectivas da Geografia . São Paulo: Difel, 1982. MONTEIRO, C. A. F. Geossistema: a história de uma procura . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001. ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e Planejamento . 6. ed. São Paulo: Contexto, 2001. _____. Ecogeografia do Brasil: subsídios para planejamento ambiental . São Paulo: Oficina de Textos, 2006. TRICART, J. Ecodinâmica . Recursos Naturais e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: FIBGE, 1977.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH804	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, SOCIOLÓGICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	60
EMENTA		
Relações entre sociedade, cultura e educação. Modernidade e educação: igualdade, democracia e emancipação. Os sujeitos históricos da educação formal. As dimensões sociais, históricas e filosóficas na pesquisa educacional contemporânea. A instituição escolar na atualidade e as políticas de formação docente.		
OBJETIVO		
Promover reflexões e debates acerca da educação considerando elementos de caráter histórico, filosófico e sociológico que fundamentam essa área de conhecimento a partir de uma perspectiva interdisciplinar.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ADORNO, T. W. Educação e emancipação . 6. reimp. São Paulo: Paz e Terra, 2011. FREIRE, P. Pedagogia do oprimido . 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. GRAMSCI, A. Cadernos do cárcere: os intelectuais, o princípio educativo. Jornalismo . v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. LUCKESI, C. C. Filosofia da Educação . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. MÉSZÁROS, I. A educação para além do capital . São Paulo: Boitempo, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ARROYO, M. G. Ofício de mestre: imagens e autoimagens . 12. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010. BRANDÃO, C. R. O que é educação popular . São Paulo: Brasiliense, 2006. CORTELLA, M. S. Educação, escola e docência: novos tempos, novas atitudes . São Paulo: Cortez, 2014. DURKHEIM, É. Coleção educadores (MEC) . Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. FERNANDES, F. A educação como problema social . In: FERNANDES, F. Leituras & legados. São Paulo: Global, 2010. HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. KANT, I. Resposta à pergunta: o que é esclarecimento? In: Textos seletos. Carneiro Leão, E. (Org.). Trad. Floriano de Souza Fernandes. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. NARODOWSKI, M. A infância como construção pedagógica. In: COSTA, M. V. (Org.). Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. ROUSSEAU, J. J. Emílio ou da educação . 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil . Campinas: Autores Associados, 2008.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1746	INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO SOCIAL	60
EMENTA		
Cultura e processos sociais: senso comum e desnaturalização. Fundamentos do pensamento sociológico, antropológico e político clássico e contemporâneo.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos discentes o contato com as ferramentas conceituais e teóricas que lhes permitam interpretar e analisar científica e criticamente os fenômenos sociais, políticos e culturais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GIDDENS, Anthony. Sociologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. LALLEMENT, Michel. História das ideias sociológicas: das origens a Max Weber . Petrópolis: Vozes, 2005. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia . São Paulo-SP: Brasiliense, 1988. QUINTANERO, Tania, BARBOSA, Maria & OLIVEIRA, Márcia. Um toque de clássicos . 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2010. TEIXEIRA, Aloisio (Org). Utópicos, heréticos e malditos . São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ADORNO, Theodor. Introdução à sociologia . São Paulo: Unesp, 2008. CORCUFF, Philippe. As novas sociologias: construções da realidade social . Bauru: EDUSC, 2010. GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas . Rio de Janeiro: LTC, 2008. GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan (Org.). Teoria social hoje . São Paulo: Unesp, 1999. LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais . Buenos Aires: CLACSO, 2005. LEVINE, Donald N. Visões da tradição sociológica . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. MARTINS, Carlos Benedito. O que é sociologia . São Paulo: Brasiliense, 1994. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Org.). Dicionário do pensamento social do século XX . Rio de Janeiro: Zahar, 1996.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1059	ESTATÍSTICA BÁSICA	60
EMENTA		
Noções básicas de Estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuições de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Medidas separatrizes. Análise de Assimetria. Noções de probabilidade e inferência.		
OBJETIVO		
Utilizar ferramentas da estatística descritiva para interpretar, analisar e sintetizar dados estatísticos com vistas ao avanço da ciência e à melhoria da qualidade de vida de todos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARBETTA, P. A. Estatística aplicada às Ciências Sociais . 7. ed. Florianópolis: UFSC, 2007. BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica . 7. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2011. CRESPO, A. A. Estatística Fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de Estatística . 6. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TOLEDO, G. L.; OVALLE, I. I. Estatística Básica . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1985.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BORNIA, Antonio Cezar; REIS, Marcelo Menezes; BARBETTA, Pedro Alberto Estatística para cursos de engenharia e informática . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. BUSSAB, Bolfarine H; BUSSAB, Wilton O. Elementos de Amostragem . São Paulo: Blucher, 2005. CARVALHO, S. Estatística Básica: teoria e 150 questões . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. GERARDI, Lúcia H. O.; SILVA, Barbara-Cristine N. Quantificação em Geografia . São Paulo: DIFEL, 1981. LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando Excel . 4. ed. rev. Rio de Janeiro: Campus, 2005. MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antônio Carlos Pedroso de. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2010. MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C.; HUBELE, Norma F. Estatística aplicada à engenharia . 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. ROGERSON, P. A. Métodos Estatísticos para Geografia: um guia para o estudante . 3. ed. Porto Alegre: Boockman, 2012. TRIOLA, Mario F. Introdução à Estatística . 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. SILVA, E. M. et al. Estatística para os cursos de: Economia, Administração e Ciências Contábeis . 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996. SPIEGEL, M. R. Estatística . 3. ed. São Paulo: Makron Books, 1993. VIEIRA, S., HOFFMANN, R. Elementos de Estatística . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2116	GEOGRAFIA REGIONAL	60
EMENTA		
A região como categoria de análise da Geografia. Propostas de análise regional em Geografia: diversidade teórico-metodológica. A relevância da questão regional e os processos de regionalização: escalas, redes, atores. Regionalização brasileira. O uso de dados demográficos para a Geografia. Arranjos demográficos como indicadores das dinâmicas regionais. Processos migratórios e mobilidade da população. Leitura e interpretação de mapas. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Compreender a evolução e usos das abordagens regionais. Oportunizar aos discentes condições para o entendimento da Geografia da Regional como instrumento de análise e interpretação multiescalar das dinâmicas espaciais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CORRÊA, Roberto L. Região e organização espacial . 8. ed. São Paulo: Ática, 2007. DAMIANI, Amélia Luisa. População e geografia . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009. HAESBAERT, Rogério. Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. LENCIONE, Sandra. Região e geografia . São Paulo: EDUSP, 1999. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI . 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CASTRO, Iná Elias de. Explorações Geográficas . 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Geografia: conceitos e temas . 15. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C.; CORRÊA, Roberto L. (Org.). Brasil: questões atuais da reorganização do território . 8. ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2012. GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. Revista do Departamento de Geografia . São Paulo, n. 1. 1982. HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade . 7. ed. rev. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2012. PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios . Rio de Janeiro: Revan, 2005. SAQUET, Marcos A. Abordagens e concepções de território . São Paulo: Expressão popular, 2007.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2220	GEOGRAFIA POLÍTICA	60
EMENTA		
Origens e evolução da Geografia Política. Território, poder e poder político. Estado, Nação, limites e fronteiras. Implicações geográficas da ação política de atores estatais e não estatais. Cidadania e Políticas Públicas. Estrutura do Estado/ Participação Política. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Compreender a importância do poder político, suas decisões, ações e desdobramentos territoriais discutindo trajetórias, conceitos e perspectivas teórico-metodológicas em diálogo com práticas de extensão “Educação Política ou Políticas Públicas e Cidadania”.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AZEVEDO, D. A. de; NOGUEIRA, R. (Orgs.). Geografia política: base conceitual e diversidade temática . Brasília: Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2023. Disponível em: < https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/516 >.		
CASTRO, Iná Elias de. Geografia e Política . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.		
COSTA, Wanderley Messias da. Geografia Política e Geopolítica . São Paulo: Edusp, 2008.		
RIBEIRO, Ana Clara Torres Ribeiro; EGLER, Tamara Tânia Cohen; SÁNCHEZ, Fernanda. (Org.). Política governamental e ação social no espaço . Rio de Janeiro: Letra Capital/Anpur, 2012.		
RIBEIRO, Maria T. Franco; MILANI, Carlos R. Sanches (Org.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea . Salvador: EDUFBA, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo . São Paulo: Companhia das Letras, 2008.		
AYERBE, Luiz Fernando. Ordem, poder e conflito no século XXI . Presidente Prudente: UNESP, 2006.		
BECKER, Bertha. K.; MIRANDA, M. H. P. (Org.). Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável . Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.		
CLAVAL, Paul. Espaço e poder . Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.		
GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016.		
HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A nova des-ordem mundial . São Paulo: UNESP, 2006.		
LACOSTE, Yves. A Geografia: isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra . 3. ed. São Paulo: Papirus, 2008.		
RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder . São Paulo: Ática, 1993.		
SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal . Rio de Janeiro: Record, 2000.		
SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária , v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016.		
VESENTINI, José Willian. Novas Geopolíticas . 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.		
Unidades de avaliação : 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1339	CARTOGRAFIA ESCOLAR	60
EMENTA		
Representações cartográficas para o ensino de Geografia. Alfabetização cartográfica. A cartografia na Educação Formal. Leitura e interpretação de mapas temáticos. Escala: percepção do espaço e construção de espacialidades. Localização e orientação enquanto habilidades básicas. Coordenadas geográficas. Fuso horário. Práticas pedagógicas como componente curricular. Práticas de laboratório. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Abordar fundamentos teóricos e metodológicos que orientam a Cartografia Escolar. Discutir a importância do emprego da linguagem cartográfica como metodologia de ensino de Geografia e apresentar os princípios básicos responsáveis pela alfabetização espacial do indivíduo.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALMEIDA, Rosângela de Almeida. Do desenho ao mapa . São Paulo: Contexto, 2003. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; COSTELL, Roselane Zordan. Brincar e cartografar com os diferentes mundos geográficos: A alfabetização espacial . Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. FONSECA, Eugênio Pacceli da. Cartografia Escolar: A cartografia da sala de aula . São Paulo: Boreal Edições, 2016. PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia . São Paulo: Cortez, 2014. SCHÄFFER, N. O.; KAERCHER, N. A.; CASTROGIOVANNI, A. C. Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula . Porto Alegre: UFRGS/NIUE, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, Rosângela de Almeida. Cartografia escolar . São Paulo: Contexto, 2007. ALMEIDA, Rosângela; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico: ensino e representação . São Paulo: Contexto, 2002. CALLAI, Helena Copetti (Org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões . Porto Alegre: UFRGS, 2003. KOZEL, Salete. Mapas mentais: dialogismo e representações . Curitiba: Appris, 2018. MARTINELLI, Marcelo. Mapas da Geografia e Cartografia Temática . São Paulo: Contexto, 2002. PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (Org.) Práticas de ensino de geografia e estágio supervisionado . São Paulo: Contexto, 2007. RICHTER Denis. O mapa mental no ensino de geografia . São Paulo: Cultura acadêmica, 2011. SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária , v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016. SILVA, Dakir Larara Machado da et al. Práticas Pedagógicas em Geografia: espaço, tempo e corporeidade . Porto Alegre: Edelbra, 2013.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1400	CLIMATOLOGIA	60
EMENTA		
Estrutura e composição da atmosfera. Elementos e fatores climáticos. Massas de ar e circulação atmosférica. Estações e instrumental meteorológico. Classificações climáticas. Noções de climatologia do Brasil. Mudanças e variações climáticas considerando o tempo geológico e o tempo histórico. A pesquisa e a prática de climatologia em laboratório. Prática pedagógica como componente curricular. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Subsidiar a compreensão dos fenômenos climáticos, seu papel nos sistemas terrestres e suas interações com a sociedade. O componente curricular visa, ainda, proporcionar aos acadêmicos analisar e explicar a dinâmica espaço-temporal dos elementos e dos principais fenômenos climáticos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AYOADE, I. Introdução à climatologia para os trópicos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. CAVALCANTI, I. F. de A. et al. (Org.). Tempo e clima no Brasil . São Paulo: Oficina de textos, 2009. MENDONÇA, F. & DANNI-OLIVEIRA, I.M. Climatologia: noções básicas e climas do Brasil . São Paulo: Oficina de Textos, 2007. MONTEIRO, C.A. de F. et al. A construção da climatologia geográfica no Brasil . Campinas: Alínea, 2015. TORRES, F. T. P.; MACHADO, P. J. O. Introdução à climatologia . São Paulo. Cengage Learning, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CONTI, J.B. Clima e meio ambiente . São Paulo: Atual, 1998. FERREIRA, A. G. Meteorologia Prática . São Paulo: Oficina de Textos, 2006. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016. SUGUIO, K. Mudanças climáticas da Terra . São Paulo: Instituto Geológico, 2008. VIANELLO, R. L; ALVES, A. R. Meteorologia básica e aplicações . Viçosa: UFV, 2002. ZAVATTINI, J. A. Estudos do clima no Brasil . Campinas: Alínea, 2004.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2117	PROJETO INTEGRADOR II	60
EMENTA		
Integração dos conhecimentos da fase com vistas à compreensão do papel do profissional da Geografia na escola e em outros espaços de atuação. Elaboração, desenvolvimento e apresentação de projeto temático (de pesquisa, extensão, cultura ou produção de material didático-pedagógico e instrucional).–Prática pedagógica como componente curricular. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Discutir, de forma multidisciplinar e integrada, a atuação profissional do licenciado em Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006. SAVIANI, D. Escola e democracia. 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999. SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária , v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Específica a cada tema escolhido, devendo ser relacionada na oportunidade pelos docentes responsáveis pelo componente curricular.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH807	TEORIAS DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	60
EMENTA		
A psicologia como ciência: origem, evolução e delimitação dos objetos de estudo. a relação entre aprendizagem e desenvolvimento humano sob o enfoque da psicologia. Psicanálise: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas. Comportamentalismo: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas. Epistemologia genética: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas. Psicologia sócio-histórica: concepção de desenvolvimento, aprendizagem e implicações para as práticas pedagógicas. Os diálogos entre psicologia e educação na pesquisa educacional contemporânea.		
OBJETIVO		
Reconhecer a variedade de processos psicológicos constituintes da aprendizagem de diferentes conteúdos e utilizar esse conhecimento na organização de práticas pedagógicas orientadas para a promoção do desenvolvimento das pessoas envolvidas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia . São Paulo: Saraiva, 2008. CUNHA, M. V. Psicologia da Educação . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. NUNES, A. I.; SILVEIRA, R. N. Psicologia da aprendizagem: processos, teorias e contextos . Brasília: Liber livros, 2009. SANTOS, M. S.; XAVIER, A.; NUNES, A. I. B. Psicologia do desenvolvimento: teorias e temas contemporâneos . Brasília: Líber Livro, 2009. VYGOTSKY, Lev; LEONTIEV, Alexis; LURIA, Alexander. Psicologia e Pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento . São Paulo: Moraes, 1991.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BECKER, Fernando. Da ação à operação: o caminho da aprendizagem em J. Piaget e P. Freire . Rio de Janeiro: DP&A, 1997. BRONFENBRENNER, U. Ecologia do desenvolvimento humano . Porto Alegre: Artmed, 2000. FREUD, S. Algumas reflexões sobre a psicologia do escolar. In: Obras Psicológicas Completas , Vol. XIII, RJ: Imago, 2006. JOLIBERT, B. Sigmund Freud . Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. Disponível em: < www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4683.pdf > LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl de; DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão . São Paulo: Summus, 1992. MUNARI, A (Org.). Jean Piaget. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 2010. PIAGET, Jean. Seis estudos de Psicologia . Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. SKINNER, B. F. Ciência e comportamento humano . São Paulo-SP: Martins Fontes, 2003. SMITH, L. Frederic Skinner . Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2010. Disponível em: < www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4663.pdf >. VYGOTSKY, Lev. S. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem . São Paulo: Ícone /EDUSP, 1988.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2221	GEOGRAFIA AGRÁRIA	75
EMENTA		
<p>Conceitos, definições básicas e a diversidade teórico-metodológica da Geografia Agrária. O avanço do capitalismo no campo: modernização da agricultura, intensificação das relações agricultura-indústria e transformações nas relações de trabalho. Espaço agrário brasileiro e os territórios em disputa: agricultura camponesa e agricultura capitalista. Movimentos socioterritoriais no campo. Agricultura e ambiente. Leitura e interpretação de mapas relativos aos processos agrários. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Identificar as principais correntes de interpretação da questão agrária estabelecendo interfaces com a evolução dos debates na Geografia Agrária. Abordar temas atuais relativos à questão agrária brasileira considerando a inserção da Geografia no estudo desses fenômenos.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 3. ed. Campinas: Hucitec; Unicamp, 2007.</p> <p>BUAINAIN, Antônio Márcio (Org.). Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil. Campinas: Unicamp, 2008.</p> <p>MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2012.</p> <p>PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.</p> <p>FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. 2013. 2v. Tese (Livredocência) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/106708>.</p> <p>GUZMÁN, Eduardo, S.; MOLINA, Manuel, G. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo: Expressão Popular, 2005.</p> <p>MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.</p> <p>MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.</p> <p>MOREIRA, R. Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.</p> <p>OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: Labur Edições, 2007. Disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>.</p> <p>PLOEG, Jan D. Van Der. Camponeses e a Arte da Agricultura: um Manifesto Chayanoviano. Porto Alegre: UFRGS; São Paulo: UNESP, 2016.</p> <p>PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. 43. ed. São Paulo-SP: Brasiliense, 2012.</p> <p>SABOURIN E. Organizações e sociedades camponesas: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: UFRGS, 2011.</p>		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1432	CARTOGRAFIA TEMÁTICA	75
EMENTA		
Representação do espaço por meio de mapas temáticos, linguagem cartográfica, Técnicas e regras de construção de mapas. Métodos de representação da Cartografia Temática. Aplicação da cartografia temática. Coleta de informação e a organização dos dados. Leitura, análise, interpretação e produção de mapas temáticos. Cartografia Social. Prática pedagógica como componente curricular. Práticas de laboratório. Prática Extensionista.		
OBJETIVO		
Aprimorar o conhecimento das noções básicas de Cartografia. Reconhecer a complexidade do meio geográfico mapeado, fornecendo subsídios para a sua reprodução em mapa de acordo com a linguagem de representação da Cartografia Temática ou da Cartografia Social. Compreender a importância dos mapas como fonte de ensino, pesquisa, extensão e registro de informações geográficas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ACSELRAD, Henri (Coord.). Guia para experiências de mapeamento comunitário . Coordenado por Henri Acselrad. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 2013.		
ACSELRAD, Henri. (Org.) Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate . Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.		
ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). Novos Rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia . São Paulo: Contexto, 2011.		
LOCH, Ruth E. Nogueira. Cartografia: representação, comunicação e visualização . UFSC. 2006.		
MARTINELLI, Marcelo. Mapas da Geografia e Cartografia Temática . São Paulo: Contexto, 2002.		
SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária , v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, Cláudia Maria; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel V. (Org) Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual . São Paulo: Oficina de Textos, 2007.		
ACSELRAD, Henri. et al. (Org.). Cartografias sociais e território . Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.		
ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa . São Paulo: Contexto, 2003.		
ARROYO, Miguel González. Extensão universitária: uma análise crítica . 1997. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.		
DUARTE, Paulo Araújo. Fundamentos de Cartografia . Florianópolis: UFSC, 2006.		
FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de Textos, 2008.		
FLORENZANO, Tereza Galloti. Imagens de satélite para estudos ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2002.		
HARLEY, John Brian. La Nueva Naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de La cartografía . México: FCE Tezontle, 2005.		
IBGE. Atlas nacional do Brasil Milton Santos . Rio de Janeiro: IBGE, 2010.		
JOLY, Fernand. A Cartografia . Campinas: Papyrus, 1990.		
MARTINELLI, Marcelo. Mapas, Gráficos e Redes: elabore você mesmo . São Paulo: Oficina de Textos, 2013.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1435	GEOLOGIA	75
EMENTA		
Minerais e rochas. Evolução geológica dos continentes e do espaço brasileiro. Tectônica e Isostasia. Magmatismo, plutonismo e vulcanismo. Sismicidade, metamorfismo, diastrofismo, falhamentos e dobramentos. Intemperismo, agentes, processos e ambientes de erosão e sedimentação e formação dos solos. Geologia ambiental. Recursos minerais e energéticos brasileiros. Práticas e metodologias de análise mineralógica e sedimentar. Interpretação de mapas geológicos. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo e laboratorial. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Adquirir noções básicas de Geologia, visando ampliar a compreensão dos processos que atuam na evolução da geodiversidade e a obtenção de subsídios para outros componentes curriculares do curso de Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. Novo dicionário geológico-geomorfológico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. POPP, J.H. Geologia Geral . 5. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998. PRESS, Frank et al. Para Entender a Terra . Porto Alegre: Bookman. 2006. POMEROL, C.LAGABRIELLE, Y.; RENARD, M.; GUILLOT, S. Princípios de geologia: Técnicas, modelos e teorias . Porto Alegre: Bookman. 2012. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, C.; FAIRCHILD, T.; TAIOLI, F. Decifrando a Terra . São Paulo: Oficina de Textos, 2000.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CPRM. Geodiversidade do Estado do Rio Grande do Sul . Programa Geologia do Brasil. Belo Horizonte: CPRM, 2010. CHRISTOPHERSON, Robert W. Geossistemas: Uma Introdução à Geografia Física . 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. CUNHA, Sandra Baptista da Antonio e GUERRA, Jose Teixeira. Geomorfologia do Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, RJ, 2003. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016 LEINZ, V.; AMARAL, S. S. Geologia geral . 14. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 2001. OLIVEIRA, A. M. S.; BRITO, S. N. A. [ED.] Geologia de engenharia . São Paulo: Associações Brasileira de Geologia de Engenharia (ABGE), 1998. SCHUMANN, Walter. Guia dos Minerais . São Paulo: Disal, 2009. SILVA, C.R. Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro . Rio de Janeiro: CPRM, 2008. SUGUIO, K. Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais: passado + presente = futuro? São Paulo, 1999. WICANDER, REED., MONROE, JAMES S. Fundamentos de Geologia . São Paulo: Pioneira Thomson. 2009.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH806	POLÍTICAS EDUCACIONAIS	60
EMENTA		
Conceitos de referência em políticas educacionais. Estado, federalismo e políticas educacionais. A educação enquanto política de corte social. Políticas educacionais no Brasil, marcos históricos: período republicano até a contemporaneidade. Políticas de financiamento da educação básica. Políticas de formação de professores. Bases legais e a organização atual da Educação Básica no Brasil.		
OBJETIVO		
Compreender e discutir a política educacional brasileira como ação do Estado nos diferentes contextos, demandas, tendências das políticas de educação básica voltadas para a garantia do direito à educação, organização, gestão, financiamento e formação de professores.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AMARAL, Nelson Cardoso. Para compreender o financiamento da educação básica no Brasil . Brasília: Liber Livro, 2012. AZEVEDO, Janete M. Lins de. A educação como política pública . 10. ed. amp. Campinas: Autores Associados, 2004. OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. (Org.). Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade . Brasília: UNESCO, 2010. SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. Política educacional . Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. VIEIRA, Sofia Lerche. Educação básica: política e gestão da escola . Brasília: Liber Livro, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). Crise da escola e políticas educativas . Belo Horizonte: Autêntica, 2009. FREITAG, Bárbara. Escola, estado e sociedade . São Paulo: Centauro, 2005. LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira; TOSCHI, Mirza Seabra. Políticas, estrutura e organização . 10. ed. rev. ampl. São Paulo: Cortez, 2012. LIBÂNEO, José Carlos; SUANNO, Marilza Vanessa Rosa; LIMONTA, Sandra Valéria (Org.). Qualidade da escola pública: políticas educacionais, didática e formação de professores . Goiânia: CEPED; Kelps, 2013. LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização . 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011. KRAWCZYK, Nora; CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Sérgio (Org.). O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate . Campinas: Autores Associados, 2000. OLIVEIRA, Romualdo Portela de; Adrião, Theresa. (Org.) Gestão, financiamento e direito à educação: análise da constituição Federal e da LDB . Ed. rev. ampl. São Paulo: Xamã, 2007. OLIVEIRA, D. A.; ROSAR, M. de F. F. (Org.). Política e gestão da educação . 3. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. VIEIRA, Sofia L. & FARIAS, Isabel M. S. de. Política educacional no Brasil: introdução histórica . Brasília: Liber Livro, 2007.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH805	DIDÁTICA GERAL	60
EMENTA		
A docência como atividade profissional intencional e metódica. Os saberes da docência. Articulações entre o processo de formação inicial e continuada e as instituições da educação básica pública. Concepções pedagógicas. Concepções de currículo, processos pedagógicos e avaliação. Planejamento educacional: Projeto Político Pedagógico, questões curriculares e de ensino. A cooperação, o trabalho coletivo e a responsabilidade ética no trabalho pedagógico. Didática e interculturalidade. O debate pedagógico nas pesquisas educacionais contemporâneas.		
OBJETIVO		
Construir um conjunto de referenciais teóricos e metodológicos sobre a docência em diversos espaços e contextos, considerando aspectos sócio-históricos, culturais e perspectivas contemporâneas do campo da didática buscando a compreensão da prática pedagógica e possibilidades efetivas de ação.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CANDAU, Vera M. (Org.). <i>Didática Crítica Intercultural: aproximações</i> . Petrópolis: Vozes, 2012.		
LUCKESI, C. <i>Avaliação da aprendizagem escolar: estudo e proposições</i> . São Paulo: Cortez, 2013.		
PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Saberes Pedagógicos e atividade docente . São Paulo: Cortez, 2005.		
SACRISTÁN, J. G.; GOMÉZ, A. I. P. Compreender e Transformar o Ensino . Trad. F. F. F. Rosa. Porto Alegre: ArtMed, 1998.		
VEIGA, I.; DAVILA, C. (Org.). <i>Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas</i> . 2. ed. Campinas: Papirus, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CANDAU, Vera M. (Org.). Rumo a uma Nova Didática . São Paulo: Vozes, 2010.		
COMENIUS. Didática Magna . São Paulo: Martins Fontes, 2006.		
HERNÁNDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho – o conhecimento é um caleidoscópio . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.		
LIBÂNEO, José. Democratização da escola pública . São Paulo: Edições Loyola, 1992.		
LOSSO, Adriana R. S. A Mediação na Formação dos Profissionais da Educação: reflexões de uma professora tutora . São Paulo: Mercado de Letras, 2008.		
SANTOMÉ, Jurjo Torres. Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.		
SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as Ciências revisitado . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.		
SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações . Campinas: Autores Associados, 1996.		
SILVA, Jansen F.; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria T. (Org.). Práticas Avaliativas e Aprendizagens Significativas em Diferentes Áreas do Currículo . 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.		
TURRA, C. et al. Planejamento de ensino e avaliação . Porto Alegre: Sagra, 1975.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2222	GEOGRAFIA URBANA	75
EMENTA		
Conceitos básicos de Geografia Urbana. O processo de urbanização. Funções e redes urbanas. Classificação das cidades. A urbanização brasileira. Direito à cidade. Planejamento urbano. Leitura e interpretação de mapas relativos aos processos de urbanização. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Compreender os conceitos fundamentais de Geografia Urbana, o processo de urbanização em suas diversas facetas, a urbanização no Brasil e a caracterização da rede urbana na atualidade e suas aplicações no ensino e na pesquisa em Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARLOS, Ana Fani A. A Cidade . 9. ed. São Paulo: Contexto, 2011. 98 p. CASTELLS, Manuel. A questão urbana . 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. SANTOS, Milton. A urbanização brasileira . São Paulo: Hucitec, 1993. SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano . 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. SPOSITO, Maria Encarnação B. Capitalismo e Urbanização . 16. ed. São Paulo: Contexto, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CARLOS, Ana F.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, Maria E. B. A produção do espaço urbano: Agentes e processos, escalas e desafios . 2. reimp. São Paulo: Contexto, 2011. BEZERRA, J. A.; SILVA, C. N. M. da. "Nos Caminhos da Geografia": proposta de atividade prática, um desafio para o projeto pedagógico do curso de Geografia da UERN / Campus Pau dos Ferros, RN. Revista Em Extensão, Uberlândia , v. 12, n. 1, 2013. DOI: 10.14393/REE-v12n12013_rel02. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20810 . Acesso em: 21 mar. 2024. CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade . 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. MUNIZ, A. A extensão universitária e a geografia escolar na difusão das trajetórias urbano-industriais no espaço-tempo. Pesquisar: UFSC .2018. p.4-20 SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado . 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008. ROLNIK, Raquel. O que é cidade . 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural . São Paulo: Expressão Popular, 2006. SINGER, Paul. Economia política da urbanização . São Paulo: Contexto, 2012. VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil . São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, LincolnInstitute, 1998.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2118	EPISTEMOLOGIA DA GEOGRAFIA	75
EMENTA		
<p>Perspectivas da Filosofia da Ciência. A natureza, o ser e a razão. Espaço e pensamento: geo-filosofia. O método científico. Correntes teórico-metodológicas na Geografia: positivismo, neopositivismo, materialismo histórico dialético, fenomenologia e tendências pós-modernas. Categorias e conceitos geográficos: espaço geográfico, território, ambiente, paisagem, lugar, região, rede e escala. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender as bases filosóficas do conhecimento geográfico e sua sistematização e estruturação teórico-metodológica e conceitual inerentes ao ensino e à pesquisa em Geografia.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CASTRO, I. E. et al. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. MENDONÇA, F.; KOZEL, S. (Org.) Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba: UFPR, 2002. MOREIRA, R. Pensar e ser em Geografia. São Paulo: Contexto, 2007. SANTOS, M. A natureza do espaço: Técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. SPOSITO, E. S. Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Unesp, 2004.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 2001. GODOY, P. R. T. (Org.) História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. HARVEY, D. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1994. KOCHHANN, A. Epistemologia da extensão universitária: constructos contra-hegemônicos. Goiânia: Kelps, 2021. MOREIRA, R. Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006. MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro. Vol 1: As matrizes clássicas originárias. São Paulo: Contexto, 2008. MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro. Vol 2: As matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2008. MOREIRA, R. O pensamento geográfico brasileiro. Vol 3: As matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2008. OLIVA, A. Filosofia da Ciência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. VITTE, A. C. (Org.) Contribuições à história e à epistemologia da Geografia. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. VON BERTALANFFY, Ludwig. Teoria geral dos sistemas. GUIMARÃES, Francisco (Trad.). Petrópolis: Vozes, 2010.</p>		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1401	GEOMORFOLOGIA	75
EMENTA		
<p>Introdução à Geomorfologia: objetivo e campo da Geomorfologia. Principais teorias geomorfológicas e conceitos fundamentais. Agentes e processos de formação do relevo. Conceitos de morfoestruturas e morfoesculturas. Classificação e caracterização do relevo brasileiro. Dinâmica de vertentes e movimentos de massa. Geomorfologia fluvial e costeira. Geomorfologia do Quaternário, mudanças ambientais e processos tecnogênicos. Geomorfologia ambiental: metodologia e perspectivas. Metodologia de análise de sistemas geomorfológicos. Mapeamento geomorfológico. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Analisar os fatores responsáveis pela evolução das formas de relevo terrestre, os processos, as feições geomorfológicas e o papel da interferência antrópica nos sistemas geomorfológicos. Propiciar práticas laboratoriais e metodologias de análise de sistemas geomorfológicos e mapeamento geomorfológico.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. São Paulo: Edgard Blücher, 1980. CUNHA, S. B. & GUERRA, A. J. T. Geomorfologia do Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Org.) Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Org.) Geomorfologia e Meio Ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. ROSS, J. L. S. Geomorfologia: Ambiente e Planejamento. Contexto. São Paulo. 1990.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais. Florianópolis: UFSC, 1994. v. I, II e III. FLORENZANO, Tereza Gallotti (Org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária. Curitiba: Editora CRV, 2016 GUERRA, A. J. T. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 648p. 1997. GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. Geomorfologia: Exercícios, Técnicas e Aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000. ROSS, J. L. S. EcoGeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006. SUERTEGARY, D. M. A. Terra feições ilustradas. Porto Alegre: UFRGS 2003.</p>		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2119	DIDÁTICA EM GEOGRAFIA	75
EMENTA		
Aspectos da dinâmica docente no ensino fundamental e médio. Objetivo e objeto da educação geográfica. Aprendizagem e proposições metodológicas para a construção de conceitos na Geografia escolar. Organização e seleção dos conteúdos como prática curricular. Fundamentos metodológicos do planejamento e da avaliação no/do ensino de Geografia. Investigação das formas de planejamento, execução e avaliação do ensino e da aprendizagem da Geografia em escolas da educação básica. Prática pedagógica como componente curricular. Prática Extensionista.		
OBJETIVO		
Proporcionar a inserção dos licenciandos no universo didático-pedagógico e prática do ensino de Geografia na educação básica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CALLAI, Helena Copetti (Org.). Geografia em sala de aula: práticas e reflexões . Porto Alegre: UFRGS, 2003. CASTELLAR, Sonia; CAVALCANTI, Lana; CALLAI, Helena (Org.). Didática da Geografia: aportes teóricos e metodológicos . São Paulo: Xamã, 2012. CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. Ensino de Geografia . São Paulo: Cengage Learning, 2011. CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). Temas de Geografia na Escola Básica . Campinas: Papirus, 2013. MARTINS, Rosa Elizabete Miltz Wypczynski; TONINI, Ivaine Maria; GOULART, Ligia Beatriz. O ensino de Geografia no contemporâneo: experiências e desafios . Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CALLAI, Helena Copetti. A formação do profissional de Geografia: o docente . Ijuí: UNIJUÍ, 2013. CASTELLAR, Sonia (Org.). Educação geográfica: teoria e prática . 2 ed. São Paulo: Contexto, 2007. CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; TONINI, Ivaine; KAERCHER, Nestor André. (Orgs.). Movimentos no Ensinar Geografia . Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar-Cultura, 2013. CAVALCANTI, Lana de S. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos . Campinas-SP: Papirus, 1998. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016 KIMURA, Shoko. Geografia no Ensino Básico: questões e propostas . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. PAIM, Robson O. (org), PEREIRA, Ana M. de O. (Orgs.); COPATTI, Carina (Orgs.); GENGNAGEL, Claudionei L. Geografias que fazemos: educação geográfica em diferentes contextos . Curitiba: CRV, 2021. PEREIRA, Ana M.de O. Aprender e ensinar Geografia na sociedade tecnológica: possibilidades e limitações . Curitiba: Appris, 2019. PONTUSCHKA, Nidia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iuda; CACETE, Núria Hanglei. Para ensinar e aprender Geografia . 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André (Orgs.). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio . Porto Alegre: Artmed, 2007. SCHÄFFER, Neiva O.; KAERCHER, Nestor A.; CASTROGIOVANNI, Antônio C. Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula . Porto Alegre: UFRGS/NIUE, 2005.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH808	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – GESTÃO ESCOLAR	90
EMENTA		
Organização e gestão da escola: professores e gestores na construção coletiva do trabalho pedagógico. Conceitos, natureza e fins da gestão escolar. Autonomia financeira, administrativa e pedagógica da escola brasileira. Organização e funcionamento da instituição escolar: projeto político-pedagógico, regimento escolar, planos de estudo. Áreas de atuação do gestor escolar: técnico-administrativa e pedagógico-curricular. Relações de poder nas organizações. Coordenação dos processos pedagógicos. Observação escolar orientada. Formação continuada.		
OBJETIVO		
Analisar a organização e funcionamento da instituição escolar, envolvendo seu currículo, seus sujeitos, os processos de gestão e coordenação pedagógica.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola : teoria e prática. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001. GADOTTI, M.; ROMÃO, J. (Org.). Autonomia da escola : princípios e propostas. 4. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001. GRINSPUN, M. Paura S. Z. (Org.). Supervisão e orientação educacional : perspectivas de integração na escola. São Paulo: Cortez, 2003. OLIVEIRA, Dalila; DUARTE, Marisa (Org.). Política e trabalho na escola : a administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. VEIGA, I. P. A. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola : uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1995.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BALZAN, N. C.; SOBRINHO, J. D. (Org.). Avaliação institucional : teoria e experiências. São Paulo: Cortez, 2000. FERREIRA, Naura S. C. (Org.). Gestão democrática : atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 2000. FREIRE, Paulo et al. Na escola que fazemos : uma reflexão interdisciplinar em educação popular. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996. LIMA, Licínio C. Construindo modelos de gestão escolar . Lisboa, Portugal: Instituto de Inovação Educacional, 1999. LÜCK, Heloísa. Gestão educacional : uma questão paradigmática. São Paulo: Vozes, 2008. PARO, Vitor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública . 3. ed. São Paulo: Ática, 2005. VEIGA, Ilma A. P.; FONSECA, Marília (Org.). As dimensões do projeto político-pedagógico . 8. ed. São Paulo: Papyrus, 2004.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2223	ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL	75
EMENTA		
<p>Formação do Estado Moderno, constituição do sistema-mundo moderno-colonial e as transformações resultantes do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em escala mundial. Formação, situação atual e dinâmica de integração e fragmentação operadas pelo processo de globalização/mundialização. Agências multilaterais, organismos de cooperação internacional, novo imperialismo, ordenamento e disputa territorial. O papel das Guerras na construção de cenários geopolíticos mundiais. Organização do espaço mundial e os dilemas do ensino de geografia. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Estudar os principais fatores responsáveis pelos processos de desenvolvimento geograficamente diferencial e articulado do capitalismo, suas dinâmicas de integração e fragmentação atuais, o papel dos agentes hegemônicos da economia e a (re)criação de territorialidades emergentes que informam dinâmicas outras de ser e estar no espaço mundial.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ARRIGHI, G. O longo século XX. São Paulo: Contraponto/Unesp, 1994. DURAND, Marie-françoise et al. Atlas da Mundialização – Compreender o Espaço Mundial Contemporâneo. São Paulo: Saraiva, 2009. HAESBAERT, Rogério (Org.). Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. 2. ed. Niterói: UFF; Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; HAESBAERT, Rogério. A nova des-ordem mundial. São Paulo: UNESP, 2006. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>BERNARDO, João. Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores. São Paulo: Boitempo, 2000. BORON, Atílio (Org.). Nova Hegemonia mundial: Alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2004. BECKER, Bertha K., EGLER, Claudio A. G. Brasil: uma potência regional na economia mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999. CECEÑA, Ana Esther (Org.). Hegemonias e emancipações no século XXI. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Edições Loyola, 2004. HOLLOWAY, John. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje. São Paulo: Viramundo, 2003. MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2002. PETRAS, James. Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo. Florianópolis: UFSC, 2007. VESENTINI, José William. Novas Geopolíticas: As representações do Século XXI. São Paulo: Contexto, 2005. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.</p>		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2224	GEOGRAFIA CULTURAL	75
EMENTA		
<p>Gênese e diversidade da Geografia Cultural. O conceito de cultura nas Ciências Humanas e Sociais. Identidade, representações do espaço e pertencimento. O sujeito e seu lugar no mundo. O vivido e perspectivas simbólicas de análise do espaço geográfico. Diversidade cultural, relações étnico-raciais, povos e comunidades tradicionais. Debates contemporâneos sobre Geografia, cultura e diversidade. Estudos culturais e sua relação com levantamentos, reconhecimentos de caráter geográfico e o planejamento. Prática pedagógica como componente curricular. Prática de trabalho de campo. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Compreender a cultura, seus princípios e fundamentos, como elementos constitutivos da produção do espaço.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>BOURDIEU, Pierre. Economia das trocas simbólicas. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Org.). Geografia Cultural: uma antologia (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. CORRÊA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Org.). Geografia Cultural: uma antologia (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. HARVEY, David. Condição pós-moderna. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. SOJA, Edward W. Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ARENDT, Hannah. A condição humana. 11. ed., rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas. 4. ed. São Paulo: USP, 2003. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). Cinema, música e espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. GEERTZ, Clifford. A interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989. HALL, Stuart. A Identidade Cultural na Pós-Modernidade. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. HAESBAERT, Rogerio. O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. 7. ed. rev. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2012. LARAIA, Roque. Cultura: um conceito antropológico. 24. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. RIBEIRO, Darcy. O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 9. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2005.</p>		
Unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1436	HIDROGEOGRAFIA	75
EMENTA		
<p>Ciclo Hidrológico. Disponibilidade hídrica do planeta. Crise ambiental das águas. Princípios e Conceitos da Hidrogeografia. Morfometria de Bacias Hidrográficas. Dinâmica Fluvial: escoamento fluvial, transporte de sedimentos, geometria de canais, perfil longitudinal. Política e Sistema Nacional e estaduais de gestão de Recursos Hídricos. Regionalização Hidrográfica Brasileira. Instrumentos da Gestão de RH. Participação Social e Comitês de Bacia. Ciclo da Águas e o Ensino de Geografia, Ciclo das águas e a Arte. Prática pedagógica como componente curricular. Práticas de laboratório e de trabalho de campo. Prática extensionista.</p>		
OBJETIVO		
<p>Conscientizar os participantes sobre a “crise ambiental das águas”. Compreender as dinâmicas sistêmicas da hidrosfera. Identificar a distribuição dos corpos hídricos e as inter-relações entre água e o ambiente. Evidenciar a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Discutir distintas concepções do uso dos recursos hídricos. Desenvolver práticas pedagógicas da temática hidrológica.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CHRISTOFOLLETI, A. Geomorfologia fluvial. São Paulo: Edgard Blucher, 1981. MACHADO, P.J.O & TORRES, F.T.P. Introdução à Hidrogeografia. São Paulo. CENGAGE Learning. 2012. MAGALHÃES JÚNIOR. A. P. Indicadores ambientais e recursos hídricos. São Paulo: Bertrand Brasil, 2007. TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. Recursos Hídricos no Séc. XXI. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. TUCCI, C. E. M. Inundações urbanas. Porto Alegre: ABRH, 2007.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CHRISTOFOLLETI, A. Geomorfologia. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 1980. CUNHA, S.B. & GUERRA, A.J.T. (Org.). Geomorfologia do Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. ESTEVES, F. A. Fundamentos de Limnologia. 3.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2011. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015. GUERRA A. J.T & CUNHA S.B. (Org.) Geomorfologia e meio ambiente. 10. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011. REBOUÇAS, A.; BRAGA, G.; TUNDISI, J. G. Águas doces do Brasil. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2006. RIBEIRO, W.C. Geografia política das águas. São Paulo: Annablume, 2008. SUGUIO, K. Água. Ribeirão Preto: Holos, 2006. TEIXEIRA, W. et al.. Decifrando a Terra. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009. TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. Limnologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2008. VITTE, A.C. & GUERRA, A.J.T. (Org.) Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.</p>		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1437	BIOGEOGRAFIA	75
EMENTA		
História e princípios biogeográficos. A biosfera e as relações de interdependência. Mudanças da Terra ao longo da escala geológica do tempo. Distribuição dos seres vivos, fatores responsáveis. Os grandes biomas e biocenoses terrestres e sua distribuição espacial no mundo e no Brasil. Princípios da taxonomia animal e vegetal. Zonas biogeográficas. Leitura e interpretação de mapas temáticos relativos a biogeografia. Prática pedagógica como componente curricular. Práticas de laboratório e de trabalho de campo. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Identificar os fundamentos teórico-metodológicos e conceitos que constituem os campos de conhecimento da Biogeografia. Analisar os fatores responsáveis pela distribuição espacial e temporal dos seres vivos na superfície terrestre.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AB’SABER, A. N. Domínios da Natureza do Brasil : Potencialidades paisagísticas. 6. ed. São Paulo: Ateliê, 2010.		
BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. Biogeografia . Sunderland: Sinauer. Tradução Editora Funpec. 2. ed. Ribeirão Preto, 2006.		
CARVALHO, C. J. B. DE & E. A. B. ALMEIDA (Org.) Biogeografia da América do Sul : padrões & processos. São Paulo: Roca, 2011.		
COX, C. Barry; MOORE, Peter. Biogeografia – uma abordagem ecológica e evolucionária. Rio de Janeiro; LTC, 2009.		
FIGUERÓ, A. Biogeografia : dinâmicas e transformações da natureza. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRANCO, Samuel Murgel. Ecosistêmica : uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. 2. ed. São Paulo: Edgar Blucher, 1999.		
CONTI, J. B.; FURLAN, S. A. Geocologia: o Clima, os Solos e a Biota. In: ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil . 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2009.		
DARWIN, Charles. A origem das espécies e a seleção natural . São Paulo: Madras, 2004.		
FURLAN, S. A. Técnicas de Biogeografia. In: VENTURI, L. A. B. Praticando Geografia : Técnicas de campo e laboratório. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.		
GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016.		
LEWINSOHN, T. M. & PRADO, P. I. Biodiversidade Brasileira : síntese do estado atual do conhecimento. São Paulo: Contexto, 2002.		
PERONI, Nivaldo; HERNÁNDEZ, Malva Isabel Medina. Ecologia de populações e comunidades . – Florianópolis: CCB/EAD/UFSC, 2011.		
QUAMMEN, D. O Canto do Dodô . Biogeografia de Ilhas numa era de Extinções. Editora Companhia das Letras, 2008.		
ROMARIZ, Dora de Amarante. Biogeografia : temas e conceitos. São Paulo: Scortecci, 2008		
TROPMAIR, H. Biogeografia e Meio Ambiente . 9. ed. Rio Claro: Graff Set, 2012.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1050	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA I	90
EMENTA		
<p>O estágio supervisionado em Geografia e o trabalho docente. A formação do/a educador/a em Geografia. A geografia escolar na Educação Básica: trajetória de uma disciplina, propostas teórico-metodológicas e composições curriculares. A geografia escolar na atualidade. A formação em campo: observação da prática pedagógica em Geografia nos anos finais do ensino fundamental e no Ensino Médio e do cotidiano escolar. O diário de campo e o registro da prática docente.</p>		
OBJETIVO		
<p>Proporcionar aos discentes condições para a prática docente em Geografia, subsidiada por análises teórico-práticas acerca dos processos educativos escolares a partir da inserção do acadêmico no ensino fundamental e médio.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>CALLAI, Helena Copetti. (Org.). Educação geográfica: Reflexão e prática. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2011. GÓES, Maria. C.; LAPLANE, Adriane. L. F. Políticas e práticas de educação inclusiva. 4. ed. São Paulo: Autores Associados, 2013. KIMURA, Shoko. Geografia no Ensino Básico: questões e propostas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. PASSINI, Elza Yasuko. Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. Estágio e docência. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). Temas de Geografia na Escola Básica. Campinas: Papirus, 2013. GÓES, M. C.; LAPLANE, A. L. F. Políticas e práticas de educação inclusiva. Autores Associados, 2004. HONNETH, Axel. A luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003. LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 1994. MARTINS, Rosa Elizabete Miltz Wypczynski; TONINI, Ivaine Maria; GOULART, Ligia Beatriz. O ensino de Geografia no contemporâneo: experiências e desafios. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2014. NÓVOA, Antônio. O regresso dos docentes. Pinhais: Melo, 2011. SCHÄFFER, N. O.; KAERCHER, N. A.; CASTROGIOVANNI, A. C. Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula. Porto Alegre: UFRGS/NIUE, 2005. TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O ofício do docente: história, perspectivas e desafios internacionais. São Paulo: Vozes, 2009. VASCONCELOS, Maria L. Educação Básica – formação do docente relação docente-aluno planejamento mídia e educação. São Paulo: Contexto, 2012. VIGOTSKI, Lev Semenovich. Pensamento e Linguagem. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 1998.</p>		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1402	SENSORIAMENTO REMOTO E INTERPRETAÇÃO DE IMAGENS	60
EMENTA		
História do sensoriamento remoto. Conceitos básicos do sensoriamento remoto. Princípios físicos do sensoriamento remoto. Sistemas sensores. Comportamento espectral de alvos. Interpretação e classificação de imagens. Processamento de imagens. Sensoriamento remoto do ambiente. Modelo numérico do terreno. Sensoriamento remoto no ensino de Geografia. Práticas laboratoriais. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Fornecer os fundamentos teórico-metodológicos e técnicos relacionados ao sensoriamento remoto do ambiente, aplicados aos processos de análise e compreensão do espaço geográfico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FLORENZANO, Teresa Galloti. Iniciação em sensoriamento remoto . 3. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2011. LOCH, Carlos. A interpretação de imagens aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais . 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2008. MOREIRA, Maurício A. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação . 4. ed. Viçosa: UFV, 2011. NOVO, Evelyn M. L. de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações . 4. ed. rev. São Paulo: Edgard Blücher, 2010. VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório . 2. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, C. M.; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio M. V. (Org.) Geoinformação em urbanismo: cidade real x cidade virtual . São Paulo: Oficina de Textos, 2007. BLASCHKE, Thomas; KUX, Hermann (Org.). Sensoriamento Remoto e SIG avançados . 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. COELHO, Luiz; BRITO, Jorge L. Fotogrametria digital . 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. GAMBOA, José Manuel Millán. Fundamentos de fotogrametría aérea . Cádiz, España: JME, 2006. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016. JENSEN, John. Sensoriamento remoto do ambiente . São José dos Campos: Parêntese, 2009. JENSEN, John. Introductory Digital Image Processing . 3. ed. New York: Prentice Hall, 2004. LILLESAND, Thomas; KIEFER, Ralph W.; CHIPMAN, Jonathan W. Remote sensing and image interpretation . 6. ed. John Wiley & Sons., 2007. LIU, William Tse Horng. Aplicações de sensoriamento remoto . Campo Grande: EdUNIDERP, 2007. MIRANDA, José Iguelmar. Fundamentos de Sistemas de Informações Geográficas . Viçosa: UFV, 2010. PONZONI, Flávio Jorge; SHIMABUKURO, Yosio; KUPLICH, Tatiana Mora. Sensoriamento remoto da vegetação . 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2012.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2225	PESQUISA EM GEOGRAFIA	60
EMENTA		
Construção do objeto na pesquisa geográfica. Aspectos fundamentais da pesquisa científica. Pesquisa qualitativa, quantitativa e de método misto. Trabalho com fontes primárias e secundárias na pesquisa geográfica. Técnicas de redação do projeto e do relatório de pesquisa. Elaboração de projeto de pesquisa para execução no Trabalho de Conclusão de Curso.		
OBJETIVO		
Produzir conhecimento geográfico por meio da pesquisa acadêmica e orientar os discentes para a produção da pesquisa de conclusão de curso e estudos posteriores.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CRESWELL, John. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto . 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.		
MARAFON, Gláucio José et al (Orgs.). Pesquisa Qualitativa em Geografia: reflexões teóricoconceituais e aplicadas . Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. v. 1. 542p .		
RAMIRES, Júlio César Lima; PESSÔA, V. L. S. (Org.). Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação . Uberlândia-MG: Assis, 2009. v. 0. 544p .		
ROGERSON, Peter A. Métodos estatísticos para a geografia: um guia para o discente . 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. 348 p.		
VENTURI, Luis A. B. (org.). Praticando Geografia: técnicas de campo e laboratório . 2. ed. São Paulo: Oficina de textos, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BAQUERO, Marcello. A pesquisa quantitativa nas ciências sociais . Porto Alegre: UFRGS, 2009.		
BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Org.). Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: uma manual prático . 11. ed. Petrópolis, 2013.		
ECO, Umberto. Como se faz uma tese . 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.		
FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa . Tradução de Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.		
GIL, Antonio C. Métodos e técnicas de pesquisa social . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.		
QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. Manual de Investigações em Ciências Sociais . 10. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.		
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.		
SPOSITO, Eliseu Savério. Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico . São Paulo: UNESP, 2004.		
TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação . São Paulo: Atlas, 1987.		
Unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1052	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA II	120
EMENTA		
A formação do/a educador/a em Geografia: pesquisa e prática nos anos finais do ensino fundamental. Pesquisa temática e de estratégias educativas, planejamento, prática e avaliação: exercício da docência no ensino fundamental. O diário de campo e a escrita como registro reflexivo; relato de experiência; seminário de socialização do estágio.		
OBJETIVO		
Aprofundar as discussões relacionadas à geografia escolar. Inserir o licenciando em atividades de planejamento, regência e avaliação de práticas pedagógicas em Geografia no ensino fundamental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CASTELLAR, Sônia; VILHENA, Jerusa. Ensino de Geografia . São Paulo: Cengage Learning, 2011.		
CAVALCANTI, Lana de Souza. O Ensino de Geografia na Escola . Campinas: SP Papirus, 2012. CAVALCANTI, Lana de Souza (Org.). Temas de Geografia na Escola Básica . Campinas: Papirus, 2013.		
PEREIRA, Ana M.de O. Aprender e ensinar Geografia na sociedade tecnológica: possibilidades e limitações. Curitiba: Appris, 2019.		
TONINI, et. al (Org.). O ensino de Geografia e suas composições curriculares . Porto Alegre: UFRGS, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALMEIDA, R. D.; PASSIM, E. Y. O espaço geográfico, ensino e representação . São Paulo: Contexto, 1999.		
CASTELAR, S. Educação Geográfica: teoria e prática docente . São Paulo: Contexto, 2005.		
CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI H. C.; SCHÄFFER, N. O.; KAERCHER, N. A. Geografia em sala de aula – práticas e reflexões . 4. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003.		
CASTROGIOVANNI, A. C.; CALLAI, H. C.; KAERCHER, N. A. Ensino de geografia: Práticas e textualizações no cotidiano . 3. ed. Rio de Janeiro: Mediação, 2003.		
PAIM, Robson O. (org), PEREIRA, Ana M. de O. (Orgs.); COPATTI, Carina (Orgs.); GENGNAGEL, Claudionei L. Geografias que fazemos: educação geográfica em diferentes contextos. Curitiba: CRV, 2021.		
MANTOAN, Maria. T. E. O Desafio das diferenças nas escolas . Petrópolis: Vozes, 2008.		
PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. Geografia em perspectiva . São Paulo: Contexto, 2002. ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar . Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: ARTMED, 1998.		
HONNETH, Axel. A luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2120	PROJETO INTEGRADOR III	60
EMENTA		
Integração dos conhecimentos da fase com vistas à compreensão do papel do profissional da Geografia na escola e em outros espaços de atuação. Elaboração, desenvolvimento e apresentação de projeto temático (de pesquisa, extensão, cultura ou produção de material didático-pedagógico e instrucional).–Prática pedagógica como componente curricular. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Discutir, de forma multidisciplinar e integrada, a atuação profissional do licenciado em Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
COLLINS, P. H; BILGE, S. Interseccionalidade. Trad. de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.		
FREIRE, P.; FAUNDES, A.. Por uma pedagogia da pergunta. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.		
SANTOS, J.; ROCHA, B.; PASSAGLIO, K. Extensão Universitária e Formação no Ensino Superior. Revista Brasileira de Extensão Universitária , v. 7, n. 1, p. 23-28, 28 maio 2016.		
FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva . 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.		
SAVIANI, D. Escola e democracia . 32. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
SKLIAR, C. Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí? Trad. de Giane Lessa. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1748	INTRODUÇÃO À FILOSOFIA	60
EMENTA		
A natureza e especificidade do discurso filosófico e sua relação com outros campos do conhecimento. Principais correntes do pensamento filosófico. Fundamentos filosóficos da Modernidade. Tópicos de ética e de epistemologia.		
OBJETIVO		
Refletir criticamente, através de pressupostos éticos e epistemológicos, acerca da Modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ABBA, Giuseppe. História crítica da filosofia moral . São Paulo: Raimundo Lulio, 2011. DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. Introdução à teoria da ciência . Florianópolis: EdUFSC, 2003. FRANCO, Irley; MARCONDES, Danilo. A Filosofia: O que é? Para que serve? São Paulo: Jorge Zahar, 2011. GALVÃO, Pedro (Org.). Filosofia: Uma Introdução por Disciplinas . Lisboa: Edições 70, 2012. (Extra Coleção). HESSEN, J. Teoria do conhecimento . São Paulo: Martins Fontes, 2003. MARCONDES, Danilo. Textos básicos de ética . São Paulo: Zahar editores, 2009. VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética . São Paulo: Civilização brasileira, 2005.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CANCLINI, Nestor García. Culturas híbridas . São Paulo: USP, 2000. GRANGER, Giles-Gaston. A ciência e as ciências . São Paulo: Unesp, 1994. HOBSBAWM, Eric. Era dos extremos . O breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. HORKHEIMER, MAX. Eclipse da razão . São Paulo: Centauro, 2002. JAMESON, Frederic. Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio . 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2007. NOBRE, M. (Org.). Curso Livre de Teoria Crítica . Campinas: Papirus, 2008. REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. História da filosofia . 7. ed. São Paulo: Paulus, 2002. (3 vol.) SARTRE, Jean-Paul. Marxismo e existencialismo . In: _____. Questão de método . São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. SCHILLER, Friedrich. Sobre a educação estética . São Paulo: Herder, 1963. SILVA, Márcio Bolda. Rosto e alteridade: para um critério ético em perspectiva latino-americana . São Paulo: Paulus, 1995.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	OPTATIVA I	60
EMENTA		
Oferta a ser definida pelo Colegiado de Curso, conforme rol de opções constantes no PPC.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1054	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	60
EMENTA		
Construção do Projeto de Pesquisa em Geografia sob orientação de um docente. Apresentação do Projeto de Pesquisa em Colóquio de TCC I.		
OBJETIVO		
Discutir bases teóricas para elaboração, redação e desenvolvimento do projeto de pesquisa na área de Geografia, sob orientação de um docente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Específica a cada tema escolhido, devendo ser relacionada na oportunidade pelos docentes responsáveis pelo componente curricular e pelo orientador.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ANDRÉ, M. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos docentes . Campinas: Papyrus, 2005.		
BARTHES, Roland. O óbvio e o obtuso . Lisboa: Edições 70, 2009.		
CARVALHO, Maria Cecília M. de. Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas . 24. ed. Campinas: Papyrus, 2012.		
FREIRE, O. Organização do trabalho científico . Presidente Prudente, 1995.		
KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas . 10. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2011.		
MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade . PetrópolisRJ: Vozes, 1994.		
OLIVEIRA, A. U.; PONTUSCHKA, N. N. (Org.). Geografia em perspectiva . São Paulo: Contexto, 2002.		
VOLPATO, Gilson L. Método lógico para redação científica . Botucatu-SP: Bestwriting, 2011.		
Unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX1438	GEOGRAFIA E QUESTÃO AMBIENTAL	60
EMENTA		
A história da ideia de natureza no Ocidente. Limites ecológicos do sistema mundo moderno. Conceitos geográficos como chaves de interpretação ambiental. As teorias do desenvolvimento sustentável, do ecossocialismo, da ecologia política e da ecologia social. Educação ambiental. Legislação, planejamento e gestão ambiental. Geografia e questão ambiental no campo e na cidade. Leitura e interpretação de mapas temáticos. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Compreender a evolução da ideia de natureza no Ocidente. Abordar a construção política das principais abordagens sobre a questão ambiental. Apresentar e discutir temas relativos ao planejamento e à gestão ambiental, percorrendo temas atuais no tocante à relação Geografia e questão ambiental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ALIER, Joan M. O Ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração . São Paulo: Contexto, 2007. BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades . PASSOS, Messias Modesto (Org.). Maringá: Massoni, 2009. LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza . São Paulo: RCB, 2004. PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Os (des)caminhos do meio ambiente . 15. ed. São Paulo: Contexto, 2011. SANTOS, Rosely Ferreira. Planejamento Ambiental: teoria e prática . São Paulo: Oficina de Textos, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas . Rio de Janeiro: D, P & A, 2001. BOOKCHIN, Murray. Ecologia social e outros ensaios . Org. e revisão da trad. Mauro J. Cavalcanti. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. FOSTER, John Bellamy. A Ecologia de Marx, materialismo e natureza . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005. GONÇALVES, Carlos Walter Porto. O desafio ambiental . São Paulo: Record, 2004. GONÇALVES, N. G.; QUIMELLI, G. A. de S. (orgs.). Princípios da Extensão Universitária: contribuições para uma discussão necessária . Curitiba: Editora CRV, 2016. LOUREIRO, Carlos F. B. O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política . 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006. MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salette (Org.). Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea . Curitiba: UFPR, 2002. SACHS, Wolfgang (Org.). Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder . Petrópolis: Vozes, 2000. SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. VEIGA, José Eli. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI . Rio de Janeiro: Garamond, 2008.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1055	ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA III	120
EMENTA		
Contexto e diretrizes do/para o ensino médio no Brasil. Educação de jovens e adultos, Educação especial, inclusão e uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos. O currículo do ensino médio e as implicações para a docência: integração curricular e educação geográfica. Elaboração de propostas didático-pedagógicas para o ensino de Geografia no ensino médio. Exercício da prática docente em escolas de ensino médio.		
OBJETIVO		
Inserir o licenciando nas atividades de planejamento, execução e avaliação de práticas pedagógicas em Geografia no ensino médio.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDREIS, Adriana Maria. Ensino de Geografia: fronteiras e horizontes . Porto Alegre: Compasso Lugar Cultura: Imprensa Livre, 2012. COSTELLA, Roselane Zordan; SCHAFFER, Neiva Otero. A Geografia em projetos curriculares: ler o lugar e compreender o mundo . Erechim: Edelbra, 2012. PEREIRA, Ana M.de O. Aprender e ensinar Geografia na sociedade tecnológica: possibilidades e limitações . Curitiba: Appris, 2019. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia . 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CALLAI, Helena Copetti (Org.). Educação Geográfica: reflexão e prática . Ijuí: Unijuí, 2011. CARLOS, Ana Fani A. (Org.). A Geografia na sala de aula . São Paulo: Contexto, 2006. CASTELAR, Sonia. Educação Geográfica: teoria e prática docente . São Paulo: Contexto, 2005. CASTROGIOVANNI, A. C.; SCHAFFER, N. A.; KAERCHER, N. A. Um globo em suas mãos . Porto Alegre: Artmed, 2005. HONNETH, Axel. A luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais . São Paulo:34, 2003. MORAIS, Eliana; MORAES, Loçandra de. Formação de docentes: conteúdos e metodologias no ensino de geografia . Goiânia: Vieira, 2010. PAIM, Robson O. (org), PEREIRA, Ana M. de O. (Orgs.); COPATTI, Carina (Orgs.); GENGNAGEL, Claudionei L. Geografias que fazemos: educação geográfica em diferentes contextos . Curitiba: CRV, 2021. PAIVA, J. Os sentidos do direito à educação de jovens e adultos . Rio de Janeiro: Faperj e DP et al., 2009. PENIN, Sônia. Cotidiano e escola – a obra em construção . São Paulo: Cortez, 2011. ROCHA, Ana A. (Orgs.) MONTEIRO, Ana M. (Orgs.) STRAFORINI, Rafael(Orgs.) Conversas na Escada: Currículo, docência e disciplina escolar . Rio de Janeiro: Consequência, 2019. TONINI, Ivaine. Maria; GOULART, Ligia Beatriz; MARTINS, Rosa Elizabete Militz Wypczynski; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos.; KAERCHER, Nestor André (Org.). O Ensino de Geografia e suas composições curriculares . Porto Alegre: UFRGS, 2011.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH809	EDUCAÇÃO INCLUSIVA	60
EMENTA		
Processos de inclusão e exclusão escolar. Políticas e práticas para o atendimento educacional especializado do aluno com deficiência. Formas organizativas do trabalho pedagógico e sua relação as minorias historicamente excluídas.		
OBJETIVO		
Promover discussões e práticas que perpassam o atendimento educacional especializado e os processos de inclusão e exclusão.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CANGUILHEM, Georges. O normal e o patológico . 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.		
LAPLANE, Adriana (Org.). Políticas e práticas de Educação Inclusiva . 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2007.		
MENDES, Geovana M. Lunardi; BUENO, José Geraldo Silveira; SANTOS, Roseli Albino. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise . São Paulo: Junqueira Marin, 2008.		
PLAISANCE, Eric. Denominações da infância: do anormal ao deficiente. Educação e Sociedade , v.26, n. 91, maio/ago. 2005		
HALL, S. A identidade cultural na Pós-Modernidade . 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006.		
WOODWARD, K. Identidade e Diferença: uma introdutória teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais . Petrópolis: Vozes, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COLL, Cesár; MARCHENSI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.		
CURY, C. R. J. C. Os fora de Série na escola . São Paulo: Armazém do Ipê, 2005.		
JANNUZZI, G.S.M. A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI . São Paulo: Autores Associados, 2006.		
KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Deficiência Múltipla e Educação no Brasil: discurso e silêncio na história de sujeitos . Campinas: Autores Associados, 1999.		
LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Org.). Habitantes de Babel: Políticas e Poética da Diferença . 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.		
LUNARDI-MENDES, Geovana M.; SOUZA NETO, A.; SEPTIMiO, C. O não saber como retórica constante: aproximações entre os observatórios de educação especial e políticas públicas de inserção de Tecnologia . Revista Teias (UERJ. Online), v. 17, 2016.		
MENDES, Geovana M. Lunardi; BUENO, José Geraldo Silveira; SANTOS, Roseli Albino. Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise . São Paulo: Junqueira Marin, 2008.		
MITTLER, Peter. Educação Inclusiva: contextos sociais . Porto Alegre: Artmed, 2003.		
MONTAAN, M.T.E. O desafio das diferenças nas escolas . 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011		
RODRIGUES, David. Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva . São Paulo: Summus, 2006.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	OPTATIVA II	60
EMENTA		
Oferta a ser definida pelo Colegiado de Curso, conforme rol de opções constantes no PPC.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1056	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60
EMENTA		
Desenvolvimento supervisionado da pesquisa em Geografia. Produção de monografia e defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso.		
OBJETIVO		
Discutir bases teóricas para elaboração, redação e desenvolvimento da pesquisa na área de Geografia, sob orientação de um docente.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
Específica a cada tema escolhido, devendo ser relacionada na oportunidade pelos docentes responsáveis pelo componente curricular e pelo orientador.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Específica a cada tema escolhido, devendo ser relacionada na oportunidade pelos docentes responsáveis pelo componente curricular e pelo orientador.		
Unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCS0691	DIREITOS E CIDADANIA	60
EMENTA		
Origens históricas e teóricas da noção de cidadania. O processo moderno de constituição dos direitos civis, políticos, sociais e culturais. Políticas de reconhecimento e promoção da cidadania. Direitos e cidadania no Brasil.		
OBJETIVO		
Permitir ao discente uma compreensão adequada acerca dos interesses de classe, das ideologias e das elaborações retórico-discursivas subjacentes à categoria cidadania, de modo possibilitar a mais ampla familiaridade com o instrumental teórico apto a explicar a estrutural ineficácia social dos direitos fundamentais e da igualdade pressuposta no conteúdo jurídico-político da cidadania na modernidade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BOBBIO, Norberto. A Era dos Direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992; CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002. MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel . São Paulo: Boitempo, 2005; SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011; TORRES, Ricardo Lobo (Org.). Teoria dos Direitos Fundamentais . 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BONAVIDES, Paulo. Ciência Política . São Paulo: Malheiros, 1995 BRASIL. Constituição da República Brasileira . Brasília, 1988. DAHL, Robert A. Sobre a democracia . Brasília: UnB, 2009 DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado . São Paulo: Saraiva, 1995 DAL RI JÚNIO, Arno; OLIVERIA, Odete Maria. Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais, regionais e globais . Ijuí: Unijuí, 2003. FÜHRER, Maximilianus Cláudio Américo. Manual de Direito Público e Privado . 18. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011. HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais . Trad. Luiz Reppa. São Paulo: 34, 2003; IANNI, Octavio. A sociedade global . 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2008. LOSURDO, Domenico. Democracia e Bonapartismo . São Paulo: UNESP, 2004. MORAES, Alexandre. Direito constitucional . São Paulo: Atlas, 2009; MORAIS, José Luis Bolzan de. Do direito social aos interesses transindividuais: o Estado e o direito na ordem contemporânea . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996; NOBRE, Marcos. Curso livre de teoria crítica . Campinas, São Paulo: Papyrus, 2008 PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria Geral da Constituição e Direitos Fundamentais . São Paulo: Saraiva, 2006. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade . São Paulo: Companhia das Letras, 2000; TOURAINÉ, ALAIN, 1925. Igualdade e diversidade: o sujeito democrático . Tradução Modesto Florenzano. Bauru, São Paulo: Edusc, 1998.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1747	HISTÓRIA DA FRONTEIRA SUL	60
EMENTA		
Construção dos sentidos históricos. Noções de Identidade e de Fronteira. Invenção das tradições. Processos de povoamento, despovoamento e colonização. Conflitos econômicos e políticos. Choques culturais no processo de colonização. Questão indígena, cabocla e afrodescendente.		
OBJETIVO		
Compreender o processo de formação da região sul do Brasil por meio da análise de aspectos históricos do contexto de povoamento, despovoamento e colonização.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras . In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFFENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade . Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p 185-228. CUCHE, Denys. A noção de cultura das Ciências sociais . Bauru: EDUSC, 1999. HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade . Rio de Janeiro: DP&A, 1992. LE GOFF, Jacques. Memória e História . Campinas: Unicamp, 1994. HOBSBAWM, Eric. A invenção das tradições . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena. (Org.). Fronteiras culturais – Brasil, Uruguai, Argentina . São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Miniz. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar – As fronteiras da discórdia . São Paulo: Cortez, 2007. AMADO, Janaína. A Revolta dos Mucker . São Leopoldo: Unisinos, 2002. AXT, Gunter. As guerras dos gaúchos: história dos conflitos do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: Nova Prova, 2008. BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). História Geral do Rio Grande do Sul . 6 v. Passo Fundo: Méritos, 2006. CEOM. Para uma história do Oeste Catarinense . 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC, 1995. GUAZZELLI, César; KUHN, Fábio; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). Capítulos de História do Rio Grande do Sul . Porto Alegre: UFRGS, 2004. GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil . Rio de Janeiro: Apicuri, 2010. LEITE, Ilka Boaventura (Org.). Negros no Sul do Brasil: Invisibilidade e territorialidade . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996. MACHADO, Paulo Pinheiro. Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916) . Campinas: UNICAMP, 2004. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009. NOVAES, Adauto (Org.). Tempo e História . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, etnia e estrutura social . São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. PESAVENTO, Sandra. A Revolução Farroupilha . São Paulo: Brasiliense, 1990. RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense . Chapecó: Grifos, 1997. RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento . Campinas: Unicamp, 2007. ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento . São Paulo: Unesp, 2010.		



SILVA, Marcos A. da (Org.) **República em migalhas**: História Regional e Local. São Paulo: Marco Zero/ MCT/CNPq, 1990.

TEDESCO, João Carlos; CARINI, Joel João. **Conflitos agrários no norte gaúcho (1960-1980)**. Porto Alegre: EST, 2007.

_____. **Conflitos no norte gaúcho (1980-2008)**. Porto Alegre: EST, 2008.

TOTA, Antônio Pedro. **Contestado**: a guerra do novo mundo. São Paulo: brasiliense, 1983, p 14-90.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1988.

Unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GLA211	LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	60
EMENTA		
Visão contemporânea da inclusão na área da surdez e legislação brasileira. Cultura e identidade da pessoa surda. Tecnologias voltadas para a surdez. História da Língua Brasileira de Sinais. Breve introdução aos aspectos clínicos e socioantropológicos da surdez. Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais. Diálogo e conversação.		
OBJETIVO		
Conhecer a língua brasileira de sinais, a fim de instrumentalizar para atuação profissional inclusiva.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BRASIL. Decreto 5.626/05 . Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 2005.		
BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais . Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.		
QUADROS, Ronice Muller de. Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos . Porto Alegre: Artmed, 2004.		
QUADROS, Ronice Muller. Educação de surdos . A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.		
SACKS, Oliver W. Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos . São Paulo: Companhia das Letras, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010 – regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras. Brasília, 2010.		
CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe – LIBRAS . São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial, 2001.		
COUTINHO, Denise. LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças . João Pessoa: Arpoador, 2000.		
LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. O intérprete de Língua Brasileira de Sinais (ILS). In: _____. Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental . Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.		
LOPES, Maura Corcini; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. Inclusão de alunos surdos na escola regular. In: Cadernos de Educação . Pelotas: v. 36, Maio/Ago. 2010.		
LODI, Ana Cláudia Balieiro et al. Letramento e Minorias . Porto Alegre: Mediação, 2002.		
QUADROS, Ronice Müller de. Aquisição das línguas de sinais. In: Estudos Surdos IV . Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2009.		
SANTANA, Ana Paula; BERGAMO, Alexandre. Cultura e identidade surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. In: Educação & Sociedade . V. 26, n. 91. Maio/Ago. 2005.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
	OPTATIVA III	60
EMENTA		
Oferta a ser definida pelo Colegiado de Curso, conforme rol de opções constantes no PPC.		
OBJETIVO		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
Unidades de avaliação: 2		



8.13.2 Componentes curriculares optativos

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX735	CLIMATOLOGIA II	60
EMENTA		
Clima e Agricultura. Clima urbano. Clima e saúde humana. Bioclimatologia. Clima e desastres. A Geografia do Clima. Prática laboratorial.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos discentes uma visão das diferentes temáticas da climatologia e suas inter-relações com a sociedade.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
AMORIM, M.C.C.T.; SANT'ANNA NETO, J.L.; MONTEIRO, A. Climatologia Urbana e Regional . São Paulo: Outras Expressões, 2013. GARTLAND, LISA. Ilhas de calor – como mitigar zonas de calor . São Paulo: Oficina de textos, 2010. OJIMA, R. & MARANDOLA JR., E. Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social . São Paulo: Blucher, 2013. RIBEIRO, H. Geoprocessamento e Saúde, muito além de mapas . Barueri: Manole, 2017. ROGERSON, Peter A. Métodos estatísticos para geografia: um guia para o discente . 3. ed. Porto Alegre-RS: Bookman, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas – Uma Introdução à Geografia Física . 7. ed. Porto Alegre-RS: BOOKMAN, 2011. GARCÍA, FERNÁNDEZ F. Manual de climatologia aplicada: clima, medio ambiente y planificación . Madrid: Síntesis, 1995. 285p. HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (Org.). População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais . Campinas: NEPO/UNFPA, 2009. MONTEIRO C. A. de F., MENDONÇA, F. Clima Urbano . São Paulo: Contexto, 2003. 192p. PEIXOTO, A. Clima e saúde . Cia Nacional, 1938. RIBEIRO, H.. Olhares Geográficos: meio ambiente e saúde . São Paulo: SENAC, 2005. SANT'ANNA NETO, J. L.; ZAVATTINI, J. A. Variabilidade e Mudanças Climáticas: Implicações Ambientais e Mudanças Climáticas . Maringá: Eduem, 2000. 259p. VEYRET, Y. Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente . São Paulo: Contexto, 2007.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1057	CULTURA DIGITAL E ENSINO DE GEOGRAFIA	30
EMENTA		
Cultura Digital. Aprendizagem na sociedade tecnológica. Metodologias de ensino de Geografia mediadas pelas tecnologias digitais.		
OBJETIVO		
Proporcionar aos discentes o entendimento do que é a cultura digital e as transformações ocorridas nos processos de ensino e aprendizagem, bem como nas metodologias de ensino, com a inserção das tecnologias digitais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede . 9. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006. CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos . 18. ed. Campinas-SP: Papirus, 2011. KIMURA, Shoko. Geografia no ensino básico: questões e propostas . 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011. LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática . 2. ed. Rio de Janeiro-RJ: 34, 2010. WARSCHAUER, Mark. Tecnologia e inclusão social: a exclusão digital em debate . São Paulo: SENAC São Paulo, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CASTELLS, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade . Rio de Janeiro: Zahar, 2003. CAVALCANTI, Lana de Souza. Temas da geografia na escola básica . Campinas-SP: Papirus, 2014. GÓMEZ, Ángel I. P. Educação na era digital: a escola educativa . Porto Alegre-RS: Penso, 2015. RICHIT, Adriana (Org.). Tecnologias digitais em educação: perspectivas teóricas e metodológicas sobre a formação e prática docente . Curitiba-PR: CRV, 2014. SIBILIA, Paula. Redes ou Paredes: a escola em tempos de dispersão . Rio de Janeiro: Contraponto, 2012. TEIXEIRA, Adriano Canabarro; PEREIRA, Ana Maria de Oliveira; TERENTIN, Marco Antônio Sandini (Org.). Inclusão digital: tecnologias e metodologias . Passo Fundo-RS: Universidade de Passo Fundo; Salvador-BA: EDUFBA, 2013.		
Unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2226	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	60
EMENTA		
Epistemologia ambiental. História da Educação Ambiental. Interfaces sociedade-natureza. Educação Ambiental no ensino de Geografia. Categorias e conceitos geográficos na Educação Ambiental. Educação Ambiental e Cidadania. Conservação e preservação ambiental. Sustentabilidade: potencialidades e limites. Prática extensionista.		
OBJETIVO		
Compreender a educação ambiental como parte integrante do ensino de Geografia, sendo um elemento fundamental para, desde as séries iniciais da educação básica, diagnosticar e prognosticar problemas de ordem socioecológica que afetam a sociedade e a natureza.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo, SP: Cultrix, 1996. CAPRA, Fritjof; STONE, Michel K; BARLOW, Zenobia. Alfabetização ecológica: a educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix, 2006. LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. 5. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2000. MENDONÇA, Francisco. Geografia e meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2008. MOUTINHO, Paulo; PINTO, Regina P. Ambiente complexo, propostas e perspectivas socioambientais. São Paulo: Contexto, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ACSELRAD, Henri (Org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. CALLAI, Helena C; KAERCHER, Nestor André. Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa (ORGANIZADOR); CORRÊA, Roberto Lobato (Organizador). Geografia: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2012. CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, escola e construção de conhecimentos. 17. ed. Campinas-SP: Papirus, 2010. LEFF, Enrique; ORTH, Lúcia Mathilde Endlich; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, PNUMA, 2012. MENDONCA, Francisco. Geografia física: ciência humana? 8. ed. São Paulo-SP: Contexto, 2011. MILLER, G. Tyler; SPOOLMAN, Scott E. Ecologia e sustentabilidade. São Paulo: Cengage Learning, 2013. MOLON, Susana Inês; DIAS, Cleuza Maria Sobral (Org.). Alfabetização e educação ambiental: contextos e sujeitos em questão. Rio Grande, RS: FURG, 2009. REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; HEIDRICH, Álvaro Luiz (Org.). Geografia e educação: geração de ambiências. Porto Alegre-RS: Universidade, 2000. TEIXEIRA, E. G., TEIXEIRA, M. C. S., VILAÇA, P. L. A.. Três perspectivas sobre um projeto de extensão universitária: sala de situação da criança e do adolescente. Belém: UNAMA, 2003 TOZONI-REIS, M. F. C.. Educação Ambiental: natureza, razão e história. 2ªed. rev. Campinas : Autores Associados, 2008.		



VERDUM, Roberto; BASSO, Luís Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (Org.). **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2012.

Unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1059	FORMAÇÃO ESPACIAL BRASILEIRA	60
EMENTA		
Mercantilismo, colonialismo e a formação socioespacial brasileira. Brasil Império, poder oligárquico e colonialidade. República Nova, Período militar e as implicações socioespaciais dos projetos nacional-desenvolvimentistas. Governos democráticos: neoliberalismo, (neo) desenvolvimentismo e uso do território. Fundamentos da formação socioespacial do sul do Brasil. Leitura e interpretação de mapas.		
OBJETIVO		
Subsidiar os componentes curriculares do Domínio Específico. Compreender a Geografia do Brasil a partir da sua formação socioespacial e de sua geo-história.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHAUI, Marilena. Brasil: mito fundador e sociedade autoritária . São Paulo: Perseu Abramo, 2000. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de A. Neves (Org.). O Brasil republicano . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil . 26. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo . São Paulo: Companhia das Letras, 2011. SILVEIRA, Marcio R.; LAMOSO, Lisandra P.; MOURÃO, Paulo F. C. (Org.). Questões nacionais e regionais do território brasileiro . São Paulo: Expressão Popular, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. O movimento operário na Primeira República . Rio de Janeiro: Zahar, 2000. BECKER, Bertha K. et al. (Org.) Geografia e Meio Ambiente no Brasil . São Paulo: Hucitec. BECKER, Bertha K; EGLER, Claudio A. G. Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo . 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. FURTADO, Celso. Análise do 'Modelo' Brasileiro . 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil . 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). O Brasil imperial . Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. MOREIRA, Ruy. Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica a Geografia do Brasil . Rio de Janeiro: Consequencia, 2012. TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64 . São Paulo: Brasiliense, 1982. SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). Brasil: um século de transformações . São Paulo: Companhia das Letras, 2001.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1060	GEOGRAFIA AGRÁRIA II	60
EMENTA		
Noções básicas sobre campo, rural e ruralidades. Relação campo-cidade. A multidimensionalidade e multiescalaridade da produção do espaço rural. Temas contemporâneos em Geografia Agrária.		
OBJETIVO		
Entender os processos geográficos da formação do espaço rural.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
MARTINS, José de Souza. O cativoiro da terra . São Paulo: Contexto, 2010. PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma geografia dos camponeses . 2. ed. São Paulo: UNESP, 2012. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural . São Paulo: Expressão Popular, 2006.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . 2. ed. São Paulo Contexto, 2009. PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia . São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2011. 446 p. PRADO Jr. História econômica do Brasil . 43. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2012. 364 p. SABOURIN E. Organizações e sociedades camponesas: uma leitura através da reciprocidade . Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011. WILLIAMS, Raymond. O campo e a cidade: na história e na literatura . São Paulo, SP: Companhia de Bolso, 2011.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1061	GEOGRAFIA DA AMÉRICA LATINA	60
EMENTA		
Geopolítica da ocupação europeia: povos originais, territorialidades e formação dos estados nacionais latino-americanos. Questões territoriais na América Latina. Paisagem, cultura e identidade latinoamericana. Debate sobre as diferentes formas de integração. Caracterização das desigualdades na América Latina. Opção decolonial e territorialidades emergentes. Diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas. Leitura e interpretação de mapas temáticos.		
OBJETIVO		
Evidenciar aspectos de ordem político, econômico e cultural da formação territorial dos povos e dos países latino-americanos, bem como, compreender as diferentes formas de integração hegemônica e contra-hegemônica. Proporcionar aos acadêmicos o estudo sobre as diferentes paisagens e as territorialidades nos campos e nas cidades da América Latina.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANDRADE, Manuel Correia de. O Brasil e a América Latina . São Paulo, SP: Contexto, 2014. GALEANO, Eduardo H; As veias abertas da América Latina . Porto Alegre: L&PM, 2010. LE MOS, Amália Inês Geraiges de; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches; LUCHIARI, Ailton (orgs). América Latina: sociedade e meio ambiente . São Paulo: Expressão Popular, 2008. MIGNOLO, Walter. La idea de América Latina: La herida colonial y La opción decolonial . Barcelona: Gedisa Editorial, 2007. OLIC, Nelson Balic.; CANEPA, Beatriz. Geopolítica da América Latina . São Paulo: Moderna, 2004.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AYERBE, Luis Fernando. Integração Latino Americana e Caribenha . São Paulo: IMESP, 2007. CORREA, Aureanice de Melo; OLIVEIRA, Márcio Piñon; COELHO, Maria Célia Nunes. (Org.) O Brasil, América Latina e o Mundo: a espacialidades contemporâneas . Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. FERNANDES, Bernardo Mançano (Org.). Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual . São Paulo: Expressão popular, 2008. FRIDMAN, Fania; ABREU, Maurício de Almeida (Org.). Cidades latino-americanas: um debate sobre a formação de núcleos urbanos . Rio de Janeiro: FAPERJ: Casa da Palavra, 2010. GALEANO, Eduardo H. A descoberta da América: que ainda não houve . 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1990. HOLLOWAY, John; SADER, Emir. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje . São Paulo-SP: Viramundo, 2003. PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter e QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina . Revista Latinoamericana POLIS, n.31, 2012. QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas . Edgardo Lander (Org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad		



Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Continente em chamas: globalização e território na América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

SCHWARTZ, Stuart .B; LOCKHART, James. **A América Latina na época colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

Unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1062	GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO	60
EMENTA		
Conceitos básicos de Geografia da População. O uso de dados demográficos para a Geografia. A espacialidade dos fenômenos populacionais. Mobilidade da população. O Estado e as políticas populacionais. Noções sobre constituição e dinâmicas da população brasileira. Leituras e interpretação de mapas temáticos relativos à dinâmica e a espacialidade dos fenômenos populacionais.		
OBJETIVO		
Oportunizar aos discentes condições para o entendimento da Geografia da População como instrumento de análise e interpretação do mundo atual a partir das inter-relações entre espaço e população.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DAMIANI, Amélia. População e Geografia . São Paulo: Contexto, 1991. PÓVOA NETO, Helion; FERREIRA, Ademir Pacelli (Org.). Cruzando Fronteiras Disciplinares: um panorama dos estudos migratórios . Rio de Janeiro: Revan, 2005. ROLLET, Catherine. Introdução à Demografia . Porto: Porto Editora, 2007.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
COSTA, Heloisa; TORRES, Haroldo. População e Meio Ambiente: debates e desafios . São Paulo: SENAC-SP, 2000. MARTINS, Dora; VANALLI, Sônia. Migrantes . 6. ed. 1 reempr. São Paulo: Contexto, 2013. MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano . São Paulo: Contexto, 2009. PACHECO, Carlos Américo e PATARRA, Neide. Dinâmica demográfica regional e as novas questões populacionais no Brasil . Campinas: Unicamp Instituto de Economia, 2000. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil . 9 reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. SANTOS, Milton. Por uma outra globalização . 19. ed. São Paulo: Record, 2011.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1063	GEOGRAFIA DA REGIÃO SUL	60
EMENTA		
O espaço geográfico da Região Sul como produção da formação territorial brasileira. Perspectivas sociais, econômicas, políticas e naturais da região sul. Questões ambientais emergentes da região sul.		
OBJETIVO		
Oferecer aos discentes leituras multidimensionais (econômicas, políticas, culturais e naturais) concernentes ao processo de produção do espaço na Região Sul do Brasil.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LENCIONI, S. Região e Geografia . São Paulo: Edusp, 1999. SUERTEGARAY, Dirce et al. Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação . Porto Alegre: UFRGS, 2004. VIEIRA, Eurepides Falcão. Geografia do Rio Grande do Sul: territorialidade, ambientes naturais e sociedade . Porto Alegre: Edigal, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRANCHER, Ana (Org.). História de Santa Catarina: estudos contemporâneos . Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional . São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003. ROSS, J. L. S. Geografia do Brasil . 3. ed. São Paulo: Edusp, 2000. SAQUET, M. A. Colonização italiana e agricultura familiar . Porto Alegre: EST Edições, 2002. SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). O Brasil: território e sociedade no início do século XXI . São Paulo: Record, 2001.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1064	GEOGRAFIA DO TURISMO	60
EMENTA		
Relação Geografia e Turismo: aspectos conceituais, teóricos e metodológicos. Turismo e organização espacial. Potencialidades geográficas do meio para o desenvolvimento da atividade turística. Abordagens da Geografia do Turismo no Brasil.		
OBJETIVO		
Discutir a relação entre Geografia e Turismo. Analisar a espacialidade da atividade turística em termos conceituais, teóricos e metodológicos.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
LEMONS, Amália I. G. de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, Maria L. (Org.). América Latina: cidade, campo e turismo . Buenos Aires: CLACSO, 2006.		
PEARCE, Douglas G. Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens . São Paulo: Aleph, 2003.		
TREVIZAN, Salvador (Org.). Comunidades sustentáveis a partir do turismo com base local . Ilhéus: Editus – UESC, 2006.		
TULIK, Olga. Turismo rural . São Paulo: Aleph, 2003.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTAR		
BENI, Mário C. Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira . São Paulo: Aleph, 2003.		
BARRETO, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo . Campinas: Papirus, 1999.		
CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio Histórico Cultural . São Paulo: Aleph, 2002.		
KRIPPENFDORF, Jost. Sociologia do Turismo: uma nova compreensão do lazer e das viagens . 3. ed. São Paulo: Aleph, 2009.		
LEMONS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Brasiliense, 2010.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX736	GEOGRAFIA E PAISAGEM	60
EMENTA		
A paisagem na construção do pensamento geográfico. Diferença entre paisagem e natureza. Diferença entre paisagem e espaço. A paisagem na interface sociedade-natureza. A paisagem como expressão estética dos lugares. Abordagem paisagística na Geografia Física. Estética paisagística e Ética territorial. O direito à paisagem. O futuro da paisagem. Paisagem e ensino.		
OBJETIVO		
Compreender a paisagem como conceito operativo na Geografia, relevante ao desenvolvimento de pesquisas que tratam de temáticas de interface entre dinâmicas da natureza e dinâmicas da sociedade. Debater práticas pedagógicas no Ensino de Geografia a partir da paisagem como chave de leitura do espaço geográfico.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BERTRAND, Claude; BERTRAND, Georges. Uma geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Tradução Messias Modesto Passos. Maringá: Massoni, 2009.		
MATEO RODRÍGUEZ; SILVA, Edson Vicente da; CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. Geocologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Editora UFC, 2004.		
SANTOS, D. G.; NUCCI, J. C. (Org.) Paisagens Geográficas: Um tributo a Felisberto Cavaleiro. Campo Mourão, 2009.		
SERRÃO, Adriana (coord.). Filosofia da Paisagem: uma antologia. Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa: Lisboa, 2013.		
VERDUM, Roberto (Org.). Paisagem: leituras, significados, transformações. Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2012.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
AB'SABER, Aziz Nacib. Brasil: paisagens de exceção: o litoral e o Pantanal Mato-Grossense: patrimônios básicos. 2. ed. Cotia-SP: Ateliê, 2007.		
AB'SABER, Aziz. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. 6. ed. São Paulo: Atelier de arte, 2010.		
BERQUE, AUGUSTIN. Cinq propositions pour une theorie du paysage. Paris: Champ Vallon, 1994.		
CULLEN, Gordon. Paisagem urbana. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2010.		
DARDEL, Eric. O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.		
EMÍDIO, Teresa. Meio ambiente & paisagem. São Paulo: SENAC, 2006.		
OLIVEIRA, Ana Rosa de. Tantas vezes paisagem. Rio de Janeiro-RJ: FAPERJ, 2007.		
RUA, João; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro; FERREIRA, Álvaro. Paisagem, espaço e sustentabilidade: uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: PUC, 2007.		
SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.		
TUAN, Yi-Fu. Paisagens do medo. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: Unesp, 2006.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1065	GEOGRAFIA URBANA II	60
EMENTA		
Noções básicas sobre cidade, urbano e urbanização. Relação cidade-campo. A multidimensionalidade e a multiescalaridade da produção do espaço urbano. Temas contemporâneos em Geografia Urbana.		
OBJETIVO		
Entender os processos geográficos da formação do espaço urbano.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade: [o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?]. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2009.		
CASTELLS, Manuel. A questão urbana. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.		
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.		
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina. São Paulo: Outras Expressões, 2013.		
SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas. 8. ed. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 2011.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia da cidade. Goiânia: Alternativa, 2001.		
HEIDRICH, Álvaro Luiz; MAMMARELLA, Rosetta (Org.). Habitação e metrópole: representações e produção da cidade em disputa. Porto Alegre, RS: Imprensa Livre, 2014.		
LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.		
MUMFORD, Lewis. A cidade na História. Suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1998.		
SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: Edusp, 2008.		
VASCONCELOS, Pedro. Dois séculos de pensamento sobre a cidade. Salvador: Editus, 1999.		
VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.		
SPOSITO, Eliseu Savério; SILVA, Paulo Fernando Jurado da. Cidades Pequenas: Perspectivas Teóricas e Transformações Socioespaciais. São Paulo: Paco, 2012.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX737	GEOMORFOLOGIA AMBIENTAL	60
EMENTA		
Definição de Geomorfologia ambiental. Geomorfologia em áreas urbanas e rurais. Planejamento e aplicações da Geomorfologia ambiental. Feições geomorfológicas e ordenamento territorial.		
OBJETIVO		
Analisar a questão ambiental sob o ponto de vista da Geomorfologia, tanto nos espaços urbanos como nos rurais, e sua relação com os planos de gestão e manejo dessas áreas		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ARAUJO, G. H de; ALMEIDA, J. R de; GUERRA, A. J. T. Gestão ambiental de áreas degradadas . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. FLORENZANO, T. Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Geomorfologia e meio ambiente . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. ROSS, J. L. S. Geomorfologia, ambiente e planejamento . São Paulo: Contexto, 1990.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Geomorfologia do Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. A questão ambiental: diferentes abordagens . 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Impactos ambientais urbanos do Brasil . 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. (Org.). Geomorfologia uma atualização de bases e conceitos . 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia Ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX738	GEOMORFOLOGIA FLUVIAL	60
EMENTA		
Introdução à Geomorfologia fluvial: objetivo e campo da Geomorfologia fluvial. A bacia hidrográfica e morfometria de bacias. Dinâmicas do escoamento fluvial. Transporte fluvial de sedimentos. Geometria de canais fluviais. Perfil longitudinal de cursos d'água. Tipologia dos canais fluviais. Formas de relevo fluvial. Interfaces: Geotecnologias, planejamento de bacias e Geomorfologia fluvial.		
OBJETIVO		
Conhecer as bases teórico-metodológicas da Geomorfologia fluvial com vistas ao domínio dos procedimentos metodológicos aplicados à descrição e sistematização das dinâmicas de ambientes fluviais.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia . São Paulo: Edgard Blücher, 1980. CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia Fluvial . São Paulo: Edgard Blücher, 1981. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (Org.). Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos . Rio de Janeiro: Bertrand, 1994. GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. Geomorfologia – Exercícios, Técnicas e Aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. ESTEVES, F. A. Fundamentos de Limnologia . Rio de Janeiro: Interciência, 1998.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. Estrutura e origem das paisagens tropicais e subtropicais . Florianópolis: UFSC, 1994. v. I, II e III. CASSETI, V. Elementos de Geomorfologia . Goiânia: UFG, 1994. FLORENZANO, Tereza Gallotti (Org.). Geomorfologia: conceitos e tecnologias atuais . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. GUERRA, A. J. T. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 648p. 1997. GUERRA, A. J. T.; MARÇAL, M. S. Geomorfologia ambiental . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. PENTEADO, M. M. Fundamentos de Geomorfologia . Rio de Janeiro: FIBGE, 1983. ROSS, J. L. S. EcoGeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental . São Paulo: Oficina de Textos, 2006. SUERTEGARY, D. M. A. Terra feições ilustradas . Porto Alegre: UFRGS 2003.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX739	GEOPROCESSAMENTO/SIG E DIAGNÓSTICO AMBIENTAL	45
EMENTA		
Noções gerais de Geoprocessamento e Sistemas de Informações Geográficas (SIG). Componentes de um SIG. Estruturas de dados: modelos vetorial e matricial. Análise topológica. Manipulação e aquisição de dados em um SIG. Consulta e análise espacial. Utilização de um Sistema de Informações Geográficas (SIG). Metadados. Aplicações de Geoprocessamento para análise e diagnóstico ambiental. Práticas laboratoriais.		
OBJETIVO		
Propiciar aos discentes o conhecimento básico sobre os fluxos de trabalho para análise espacial como metodologia de aplicação de normas técnicas/jurídicas em processos de análise e diagnóstico ambiental.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
FITZ, Paulo Roberto. Geoprocessamento sem complicação . São Paulo: Oficina de Textos, 2008. SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares. Geoprocessamento e Análise Ambiental: Aplicações . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. SANTOS, Rozely Ferreira dos. Planejamento ambiental: teoria e prática . São Paulo: Oficina de Textos, 2004. LANG, Stefan; BLASCHKE, Thomas.. Análise da Paisagem com SIG . São Paulo: Oficina de Texto, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL. Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012 . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm >. Acesso em: 18 set. 2017. BRASIL. Lei Federal 20.257 de 10 de julho de 2001 . Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm >. Acesso em: 18 set. 2017. CAMARA. G. & DAVIS. C. & MONTEIRO. A. M.V. Introdução à Ciência da Geoinformação. INPE, São José dos Campos, 2001. Disponível em: < http://mtc-2.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/sergio/2004/04.22.07.43/doc/publicacao.pdf > Acesso em: 02 fev. 2014. CONAMA. Resoluções do CONAMA . Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2012. Disponível em: < http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/LivroConama.pdf >. Acesso em: 18 set. 2017. FLORENZANO, Tereza Galloti. Imagens de satélite para estudos ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2002. SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção . São Paulo: Hucitec, 1996. ZUQUETTE, Lázaro V.; GANDOLFI, Nilson. Cartografia Geotécnica . São Paulo: Oficina de Textos, 2005.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX740	PALEOCLIMATOLOGIA	60
EMENTA		
Variações, variabilidades e extremos climáticos. Reconstrução paleoclimática. Indicadores paleoclimáticos. Interpretação do clima a partir de dados ecológicos. Mudanças climáticas nas escalas geológicas e orbitais. Último Máximo Glacial. O clima no Quaternário. O homem e as mudanças climáticas.		
OBJETIVO		
Apresentar as variações climáticas ao longo da história da Terra, permitindo um olhar crítico sobre as mudanças climáticas.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. Biogeografia . Sunderland: Sinauer, tradução Editora Funpec. 2. ed. Ribeirão Preto, 2006. SALGADO-LABOURIAU, M.L. História Ecológica da Terra . São Paulo: Blucher, 1994. SUGUIO, K. Geologia do quaternário e mudanças ambientais . São Paulo: Oficina de Textos, 2010.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRADLEY, R.S. Paleoclimatology, reconstructing climates of the Quaternary . Elsevier, International Geophysics. Second Edition, Séries Nº 68, 2010. CHRISTOPHERSON, R. W. Geossistemas – Uma Introdução à Geografia Física . 7. ed. Porto Alegre: BOOKMAN, 2011. STRAHLER, A. H. & STRAHLER, A. N. Geografia Física . Barcelona: Omega, 1997. SUGUIO, K. Mudanças climáticas da Terra . São Paulo: Instituto Geológico, 2008. TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M.; FAIRCHILD, T.R. & TAIOLI, F. Decifrando a Terra . 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX741	PLANEJAMENTO AMBIENTAL	60
EMENTA		
<p>A Geografia no Planejamento. Planejamento Ambiental e Desenvolvimento Sustentável. Análise Ambiental como instrumento para a sustentabilidade; objetos da análise: meio físico, biótico, antrópico.</p> <p>Categorias fundamentais da Análise Ambiental. Planejamento ambiental: regulação, controle e fiscalização. Gestão, manejo e conservação dos recursos ambientais. Atuação do Geógrafo(a) no diagnóstico ambiental. Gestão Territorial e Planejamento Ambiental no Brasil.</p>		
OBJETIVO		
<p>Contextualizar os principais conceitos relacionados à temática ambiental. Abordar as principais metodologias de análise ambiental destacando a função do geógrafo nos estudos ambientais. Expor a legislação existente, normas e resoluções, organismos e instrumentos que sustentam a política ambiental brasileira.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>GUERRA, Antonio Jose Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da. A Questão Ambiental: Diferentes abordagens. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.</p> <p>GUERRA, Antonio José Teixeira; MARÇAL, Mônica dos Santos. Geomorfologia ambiental. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.</p> <p>LEFF, Enrique et al. (Coord.). A Complexidade Ambiental. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: Teoria e Prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>ALMEIDA, J. R. Gestão ambiental: para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Thex, 2006.</p> <p>BRANCO, S. M. Ecossistêmica: Uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.</p> <p>CHRISTOFOLETTI, A. Análise de sistemas em Geografia. São Paulo: HUCITEC, 1979.</p> <p>CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. Avaliação e Perícia Ambiental. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.</p> <p>ROMÉRO, M. A.; BRUNA, G. C.; PHILIPPI JR., A. Curso de gestão ambiental. Barueri: Manole, 2004.</p> <p>TAUK, Sâmia Maria (Org.). Análise Ambiental: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Unesp, 1995.</p> <p>VERDUM, R. et al. RIMA – Relatório de Impacto Ambiental: Legislação, elaboração e Resultados. 3. ed. ampl. Porto Alegre: UFRGS, 1995.</p> <p>VILLAÇA, Flávio. Uso do solo urbano. São Paulo: CEPAM, 1978.</p> <p>ZMITROWICE, W. Planejamento urbano: conceituação e a prática. São Paulo: Edusp, 1992.</p>		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1066	PLANEJAMENTO TERRITORIAL	60
EMENTA		
Planejamento e gestão urbanos e rurais. Estatuto da cidade. Direitos à cidade: limites e possibilidades da lei e da gestão. Implementação de zonas especiais de interesse social no quadro habitacional brasileiro. Conteúdo e procedimentos de elaboração dos planos diretores. Construção e implementação de um programa de gestão integrada. A construção de uma política fundiária. Noções de planejamento territorial rural. O planejamento e a política dos territórios rurais e da cidadania do Ministério do Desenvolvimento Agrário.		
OBJETIVO		
Compreender o território como produto das relações sociais territorializadas e como abordagem teórico-conceitual capaz de oferecer ao geógrafo leituras abrangentes acerca dos processos inerentes à produção do espaço.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
ANJOS, Rafael Sanzio de Araújo dos. Dinâmica Territorial . Brasília: Mapas & Consultoria, 2009. BRASIL. Ministério Da Integração Nacional. Para pensar uma política nacional de ordenamento do território . Brasília, 2005. GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional . São Paulo: UNESP/ANPUR, 2003. SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: Território e sociedade do início do século XXI . São Paulo: Record, 2001.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
BRASIL (Câmara dos Deputados). Estatuto da cidade: guia para implementação pelos municípios e cidadãos . Brasília, 2001. ROLNIK, R. A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo . São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1997. SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: Teoria e Prática . São Paulo: Oficina de Textos, 2004. THÉRY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. Atlas do Brasil: Disparidades e dinâmicas do território . São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial, 2005. VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil . São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/Lincon Institute, 1998.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1067	TEORIAS DO CURRÍCULO E ENSINO DE GEOGRAFIA	60
EMENTA		
<p>Construção das ideias de currículo e políticas curriculares. Diferentes abordagens sobre currículo e conhecimento escolar. Condicionantes políticos, econômicos, culturais e pedagógicos das políticas curriculares em diferentes escalas. O currículo como prática de significação das relações sociais e de construção do sujeito. O discurso pedagógico como condicionante curricular: transposição didática e teoria da recontextualização. Currículo e <i>accountability</i>. Relação das teorias de currículo com as principais correntes do pensamento geográfico e suas manifestações na Geografia Escolar. A Geografia nas políticas curriculares dos anos 1990 e 2000. Políticas de currículo e interferências na docência em Geografia.</p>		
OBJETIVO		
<p>Contextualizar as diferentes escalas e abordagens do currículo escolar a suas manifestações na educação geográfica e no trabalho do docente de Geografia.</p>		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
<p>ALVES, Adriana Olívia; KHAOULE, Anna Maria Kovacs. (Org.). A Geografia no cenário das políticas educacionais. Goiania: C&A Alfa & Comunicação, 2017. BALL, Stephen; MAGUIRE, Meg; BRAUN, Annette. Como as escolas fazem as políticas. Ponta Grossa: UEPG, 2016. GOODSON, Ivor. Currículo: teoria e história. 13. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012. LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Teorias De Currículo. São Paulo: Cortez, 2011. RABELO, Camila Santos de Paula; BUENO, Miriam Aparecida. (Org.). Currículo: políticas públicas e ensino de Geografia. Goiânia: PUC GO, 2015.</p>		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
<p>APPLE, Michael. Ideologia e currículo. 3.ed. São Paulo: Artmed, 2006. ARROYO, Miguel González. Currículo, território em disputa. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque; VALADÃO, Roberto Célio; DEL GAUDIO, Rogata Soares; SOUZA, Carla Juscélia de Oliveira (Org.). Conhecimentos de Geografia: percursos de formação docente e práticas na educação básica. Belo Horizonte: ICG, 2017. CARVALHO, Maria Inez. Fim de século: a escola e a geografia. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2007. LOPES, Alice Ribeiro Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Políticas de currículo em múltiplos contextos. São Paulo: Cortez, 2006. MACEDO, Elizabeth (Org.). Currículo: debates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Org.). Alternativas emancipatórias em currículo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007. 211 p. (Série Cultura, memória e currículo; v. 4) ISBN 9788524910661 (broch.). PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna. 4. ed. rev. Florianópolis: UFSC, 2009. 134 p. ISBN 978853284686.</p>		



PONTUSCHKA, Nídia Nacib; CACETE, Núria Hanglei; PAGANELLI, Tomoko Iyda. **Para ensinar e aprender geografia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 383 p. (Docência em formação; ensino fundamental).

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. **Currículo, cultura e sociedade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Unidades de avaliação: 2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1068	TÓPICOS ESPECIAIS I	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões profissionais e/ou crítico-reflexivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1069	TÓPICOS ESPECIAIS II	30
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões profissionais e/ou crítico-reflexivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX742	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS I	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX743	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS II	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX744	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS III	30
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 1		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX745	TÓPICOS ESPECIAIS EM CARTOGRAFIA E GEOTECNOLOGIAS IV	30
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões da Cartografia e das Geotecnologias, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH107 0	TÓPICOS ESPECIAIS EM ENSINO DE GEOGRAFIA I	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões do Ensino de Geografia, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH107 1	TÓPICOS ESPECIAIS EM ENSINO DE GEOGRAFIA II	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões do Ensino de Geografia, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1072	TÓPICOS ESPECIAIS EM ENSINO DE GEOGRAFIA III	30
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões do Ensino de Geografia, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 1		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1073	TÓPICOS ESPECIAIS EM ENSINO DE GEOGRAFIA IV	30
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões do Ensino de Geografia, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX746	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA I	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX747	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA II	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX748	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA III	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX749	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA IV	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX750	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA V	30
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 1		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GEX751	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA VI	30
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Física, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1074	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA I	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1075	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA II	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1076	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA III	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1077	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA IV	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1078	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA V	30
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 1		

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1079	TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA HUMANA VI	30
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no plano de ensino. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia Humana, suas fundamentações teórico-metodológicas, técnicas de pesquisa ou novas tendências e perspectivas.		
OBJETIVO		
A ser definido pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo Colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
A ser definida pelo Colegiado.		
Unidades de avaliação: 1		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH1080	TRABALHO DE CAMPO	60
EMENTA		
Trabalho de campo: conceitos, objeto, objetivos e conteúdos. A dimensão teórica do trabalho de campo na Geografia e em outras áreas do conhecimento. O trabalho de campo na pesquisa em Geografia. O trabalho de campo no ensino de Geografia. Técnicas e levantamentos de campo: dados qualitativos e quantitativos. Logística de trabalhos de campo. Elaboração de estratégias de apresentação e socialização das práticas de campo. Prática de trabalho de campo.		
OBJETIVO		
Compreender o trabalho de campo como uma etapa do processo de aprendizagem e da pesquisa em Geografia.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
DENZIN, Norman K; LINCOLN, Yvonna S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens . 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade . 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. NEVES, K. F. T. V. Os trabalhos de campo no ensino de Geografia: reflexões sobre a prática docente na educação básica . Ilhéus, EDITUS-UESC, 2010. VENTURI, Luis Antonio Bittar (Org.). Praticando geografia: técnicas de campo e laboratório . 2. ed. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2009.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES		
ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS – SEÇÃO SÃO PAULO. Boletim Paulista de Geografia . n. 84. jul. 2006. CHRISTOFOLETTI, Antonio. Modelagem de sistemas ambientais . São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1999. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Pesquisa participante . 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. DREW, D. Processos Interativos homem—meio ambiente . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994. RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (Org.). Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação . Uberlândia-MG: Assis, 2009. ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e Planejamento . São Paulo: Contexto, 2001. SANTOS, R. F. Planejamento ambiental: Teoria e Prática . São Paulo: Oficina de Textos, [s/d]. THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação . 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.		
Unidades de avaliação: 2		



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2229	TÓPICOS ESPECIAIS EXTENSIONISTAS I	45
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Curso. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia e suas interfaces com a Extensão e Cultura na universidade.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Unidades de avaliação		2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2092	TÓPICOS ESPECIAIS EXTENSIONISTAS II	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Curso. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia e suas interfaces com a Extensão e Cultura na universidade.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2093	TÓPICOS ESPECIAIS EXTENSIONISTAS III	60
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Curso. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia e suas interfaces com a Extensão e Cultura na universidade.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Unidades de avaliação		2

Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2231	TÓPICOS ESPECIAIS EXTENSIONISTAS IV	75
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Curso. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia e suas interfaces com a Extensão e Cultura na universidade.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Unidades de avaliação		2



Código	COMPONENTE CURRICULAR	Horas
GCH2094	TÓPICOS ESPECIAIS EXTENSIONISTAS V	75
EMENTA		
A ser definida pelo Colegiado. Conteúdo variável expresso no Plano de Curso. O programa do componente curricular deverá estar voltado para questões de Geografia e suas interfaces com a Extensão e Cultura na universidade.		
OBJETIVO		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS BÁSICAS		
A ser definida pelo colegiado.		
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.		
A ser definida pelo colegiado.		
Unidades de avaliação		2



9 PROCESSO PEDAGÓGICO E DE GESTÃO DO CURSO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM

9.1. Por uma Gestão Democrática

O processo pedagógico e de gestão do curso de Geografia – Licenciatura do *Campus* Erechim guia-se pelos princípios, diretrizes e normas expedidas pela Universidade Federal da Fronteira Sul, em especial aquelas advindas do CONSUNI.

Em consonância com a Resolução nº 40 CONSUNI CGAE/UFFS/2022, que regulamenta as atividades de graduação no âmbito da UFFS, os processos pedagógicos e de gestão do curso de Geografia – Licenciatura serão encaminhados de modo a garantir a democratização do acesso e da produção do conhecimento com vistas à formação integral do ser humano, num processo de formação acadêmica e profissional pautado nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, as atividades didático-pedagógicas do curso serão direcionadas no sentido de garantir que a interdisciplinaridade e a construção da autonomia intelectual permeiem o processo formativo dos acadêmicos. Tais processos são concebidos a partir das normativas e perspectivas presentes na Resolução nº 52 CONSUNI CGAE/UFFS/2024 que aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de docentes da Educação Básica.

Neste campo devemos ressaltar a docência como atividade profissional e metódica objetivando o desenvolvimento humano partindo de um conjunto de conhecimentos produzidos historicamente e da adoção e organização de métodos que viabilizem o desenvolvimento individual. Também é de fundamental importância que os processos de gestão e avaliação do processo de ensino e aprendizagem contemplem o compromisso com a democratização do conhecimento e da sociedade através da melhoria da qualidade do ensino na educação básica pública estabelecido nos princípios institucionais da UFFS (Resolução nº 52/CONSUNI-CGAE/UFFS 2024 Art. 4).

Tendo em vista garantir a representatividade dos diferentes segmentos vinculados ao curso nos processos decisórios relativos a sua gestão pedagógica e administrativa, em consonância com o disposto pelo Art. 206 da Constituição Federal, que estabelece a gestão democrática da educação pública, o Curso de Geografia – Licenciatura contará com as seguintes instâncias decisórias: Colegiado de Curso e Coordenação de Curso, bem como o Núcleo Docente Estruturante (NDE) como instância consultiva. As atribuições de tais fóruns e modos de funcionamento estão descritos a seguir:



9.1.1 O Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é o órgão consultivo e propositivo responsável pela estruturação pedagógica do Curso no que se refere a sua concepção, consolidação e atualização, sempre que os processos de ensino e aprendizagem do curso demandarem tal necessidade.

A composição do NDE do curso de Geografia – Licenciatura será indicada pelo Colegiado do Curso, em acordo com as normativas da Universidade, e formalizada em ato específico pela Pró-Reitoria de Graduação.

As atribuições do NDE do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura do *campus* Erechim estão subordinadas aos regramentos institucionais da UFFS. As reuniões do NDE serão convocadas pelo Coordenador, de acordo com as demandas do curso de Geografia – Licenciatura a partir das atribuições que compete a essa instância.

9.1.2 O Colegiado

Considerado ponto fundamental para a gestão democrática do curso, o colegiado tem a função de deliberar sobre todas as decisões referentes aos processos políticos, didático-pedagógicos e do planejamento do Curso de Geografia – Licenciatura. Dessa forma, esta instância decisória tem atribuições de planejamento, organização e proposição do desenvolvimento das atividades atinentes ao curso.

De caráter deliberativo, o Colegiado de Curso deve prezar pela qualificação do processo de ensino e aprendizagem, atentando para os objetivos do curso e o perfil dos sujeitos que se pretende formar. As competências deste órgão constam no Regulamento de Graduação da UFFS.

As deliberações advindas das reuniões de colegiado serão registradas em atas e, quando necessário, publicadas na forma de atos deliberativos.

9.1.3 Da Coordenação de Curso

A Coordenação do curso é exercida pelo Coordenador, pelo Coordenador Adjunto e pelo Colegiado de Curso, responsáveis por promover a coordenação didático-pedagógica e organizacional do curso, as atividades dela decorrentes, bem como aquelas imputadas pelo Conselho Universitário.

O Coordenador de Curso e o Coordenador Adjunto serão eleitos pela comunidade acadêmica do curso, em consonância aos regramentos institucionais, cabendo ao colegiado estabelecer critérios e formas de escolha da equipe coordenadora. As competências da



coordenação de curso constam no Regulamento de Graduação da UFFS e está garantida o amplo diálogo com discentes e suas formas representativa.

9.2 Avaliação do Processo de Ensino e Aprendizagem

O Curso de Geografia – Licenciatura do *Campus* Erechim, em consonância com os fundamentos pedagógicos basilares ao ensino de graduação na UFFS, compreende a avaliação como parte integrante do processo de ensinar e aprender, necessariamente vinculada ao planejamento e à execução dos processos didático-pedagógicos, sendo, portanto, diagnóstica, processual, contínua e cumulativa, constituindo-se, desse modo, enquanto ato formativo.

Nesse sentido, os diferentes instrumentos e momentos avaliativos realizados no âmbito dos componentes curriculares objetivarão fornecer informações qualitativas aos docentes e discentes quanto ao alcance dos objetivos de aprendizagem expostos no plano de ensino, a fim de subsidiar as decisões pedagógicas futuras.

Desse modo, cabe ao docente esclarecer os instrumentos e objetivos do processo avaliativo, bem como da concepção de avaliação que subjaz aos processos pedagógicos por ele coordenados, procedendo a discussão dos resultados das avaliações aplicadas e o registro de desempenho dos acadêmicos.

Ainda, considerando o caráter formativo que a avaliação desempenha no processo didático-pedagógico, serão oferecidas novas oportunidades para retomada do conhecimento ao longo do desenvolvimento do componente curricular, registrando-as no diário de classe.

É recomendável que no plano de curso, na seção Avaliação, sejam explicitados os critérios e instrumentos de avaliação do componente curricular, bem como os pesos atribuídos para cada atividade avaliativa. Em conformidade com o Regulamento da Graduação da UFFS – Resolução nº 40/CONSUNI CGAE/UFFS/2022 –, aos diferentes instrumentos de avaliação aplicados serão atribuídas notas expressas em grau numérico de zero a dez, com uma casa decimal, cabendo ao docente, sempre que o processo pedagógico assim requerer, estabelecer pesos diferentes para diferentes atividades avaliativas.

Para aprovação nos componentes curriculares do Curso de Geografia - Licenciatura, o discente deverá alcançar nota igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência mínima de 75%. Ainda de acordo com os artigos 105 e 109 da Resolução nº 40 CONSUNI CGAE/ UFFS/ 2022, o estudante que não atinge a média parcial igual ou superior a 6,0 (seis) tem direito à uma avaliação de reposição de nota (desde que observadas as condições expressas no artigo 105 da Resolução). ~~Em casos de ausência do estudante em qualquer unidade de avaliação (que é atribuída nota 0 (zero), o Art. 9 prevê a utilização de nota de reposição de avaliação para~~



substituir a nota correspondente a uma unidade na qual não compareceu a nenhum instrumento de avaliação. No § 2º do Art.109, há previsão de avaliação de reposição para o caso de não comparecimento a mais de uma avaliação. Nesse caso, a avaliação de reposição substituirá a nota de apenas uma das unidades, permanecendo a nota 0 (zero) atribuída às demais avaliações. De acordo com § 3º do mesmo Art. “não há mecanismo de reposição ou de substituição da nota para o estudante que não comparece à avaliação de reposição”.

Ressalta-se que os componentes curriculares de Estágio Supervisionado e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), devido à natureza dos componentes curriculares e suas respectivas avaliações de caráter processual, não ofertarão novos instrumentos avaliativos.

Casos omissos neste Projeto Pedagógico serão definidos mediante consulta aos regramentos pertinentes no âmbito da UFFS e/ou decididos em Colegiado.

9.3 As práticas pedagógicas voltadas à acessibilidade

Como apontado no documento “Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da educação Superior – Parte I – Avaliação dos cursos de graduação”, a acessibilidade não se limita às questões físicas e arquitetônicas. Segundo este documento a acessibilidade é dividida em seis tipos: 1) atitudinal, 2) arquitetônica, 3) comunicacional, 4) instrumental, 5) metodológica e 6) programática. Desses seis, a acessibilidade metodológica (pedagógica) pode ser vista como diretamente vinculada ao funcionamento do curso. Esse tipo de acessibilidade refere-se à “ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os docentes concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional determinará, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas”.

A acessibilidade metodológica (pedagógica) é construída no âmbito do Colegiado de Curso com o apoio do Setor de Acessibilidade do *campus*. Esse tipo de acessibilidade começa a ser observada quando os docentes “promovem processos de diversificação, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de discentes com deficiência”. Dessa maneira, em parceria com o Núcleo de Acessibilidade da UFFS, o colegiado deverá discutir e propor instrumentos e metodologias que atendam às demandas dos discentes, técnicos e docentes do curso no tocante à acessibilidade.



10 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação constitui-se como importante instrumento para o planejamento do curso, especialmente ao que compete a definição e organização da pesquisa e da extensão, da prática como componente curricular e dos estágios. A avaliação da qualidade do curso de graduação em Geografia – Licenciatura e do desempenho dos discentes ocorrerá, prioritariamente, pela Avaliação Institucional.

Essa avaliação institucional será desenvolvida por dois processos, a saber:

a) Avaliação interna: também denominada de autoavaliação, é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada e constituída institucionalmente a partir do que estabelece a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Orientada pelas diretrizes e pelo roteiro de autoavaliação institucionais propostos pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes), bem como por instrumentos próprios que contemplem as especificidades da Universidade, essa comissão acompanhará a qualidade das atividades desenvolvidas no curso de graduação de Licenciatura em Geografia e o desempenho dos discentes. A CPA é composta por representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica e também da sociedade civil organizada, sem que haja a maioria absoluta de um dos segmentos. Cabe destacar que o curso poderá desenvolver seus instrumentos de autoavaliação. Em conformidade com o Art. 22 da Resolução nº 93 CONSUNI/UFFS 2021, caberá aos colegiados do curso avaliar as atividades de extensão e cultura no âmbito do currículo do curso.

b) Avaliação externa: realizada por comissões de especialistas designadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), tem como referência os padrões de qualidade para a Educação Superior expressos nos instrumentos de avaliação oficiais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

Em consonância com a Resolução nº 52/CONSUNI/CGAE/UFFS2024, Artigo 57, inciso III, o Colegiado definirá uma comissão, composta por, no mínimo, um docente, um discente e um técnico administrativo, para que seja elaborada e aplicada a autoavaliação em cada semestre.

Para essa etapa, o curso disponibilizará os relatórios com os resultados das autoavaliações, sistematicamente aplicadas a todos os segmentos (discentes, docentes e técnico-administrativos) envolvidos nas atividades semestrais.

O resultado da tabulação dos dados deverá ser socializado entre os envolvidos. No



conjunto, esses processos avaliativos constituirão um sistema que permitirá a visualização integrada das diversas dimensões enfocadas pelos instrumentos aplicados, oferecendo elementos à reflexão, à análise e ao planejamento institucional, visando subsidiar o alcance dos objetivos estabelecidos pelo curso de Licenciatura em Geografia.

c) Avaliação das ações de extensão universitária: será realizada por meio de instrumentos específicos aplicados aos discentes, docentes e comunidade externa envolvida nos projetos de extensão. Questionários digitais e grupos focais permitirão avaliar a pertinência, continuidade, impacto social e possíveis melhorias nas ações de extensão desenvolvidas pelo curso. Para garantir o envolvimento da comunidade externa, serão realizadas consultas públicas e encontros presenciais ou virtuais com representantes de instituições parceiras, escolas, organizações da sociedade civil e demais participantes das ações de extensão, promovendo a escuta ativa e a construção colaborativa de propostas de aprimoramento. A participação da comunidade externa será considerada fundamental para a consolidação de uma extensão crítica, transformadora e articulada às demandas sociais e territoriais.

Os dados e informações coletados serão devidamente analisados por comissão composta por docentes vinculados ao NDE. Os resultados serão compartilhados com todos os docentes, discentes, técnicos administrativos e representantes da comunidade externa vinculados ao curso, com a finalidade de produzir reflexões a respeito das informações apresentadas, buscando aprimorar a qualidade do curso. Os relatórios produzidos ficarão arquivados em pasta específica do curso e serão disponibilizados sempre que necessário.

O processo de autoavaliação em discussão será amparado em reflexões sistemáticas a partir das reuniões do NDE e posteriormente em reuniões do colegiado. Segundo o inciso III e IV do Artigo 2º da RESOLUÇÃO Nº 54/CONSUNI/CGAE/UFFS/2024, cabe ao NDE apoiar o coordenador de curso, auxiliando nos processos de avaliação interna e externa e avaliação integrada, além de supervisionar as formas de acompanhamento e avaliação do curso definidas pelo colegiado.

Trata-se inicialmente de uma abordagem quantitativa com a possibilidade de ser desenvolvida uma abordagem qualitativa. Serão utilizados questionários digitais. As questões estarão identificadas por fase nível e no formulário com o nome do docente para avaliação das CCRs, composto por uma lista de perguntas a serem propostas para os participantes. Serão elaboradas questões referentes: ao planejamento das aulas e aproveitamento do tempo; as relações entre docentes e discentes; aos conteúdos das CCRs; as metodologias de ensino; as



avaliações; a diversificação de estratégias de ensino e um espaço para sugestões/proposições, elogios ou críticas em relação às CCRs. Também haverá questões de avaliação geral dos discentes com perguntas sobre: o comparecimento às aulas e aproveitamento do tempo; a participação nas aulas e realização das atividades; dedicação para a aprendizagem dos conteúdos das disciplinas; dedicação para a leitura de artigos, livros, textos e estudos extraclasse; satisfação geral com as aprendizagens ocorridas no âmbito do curso. Por meio da segunda abordagem, poderá ser realizado a técnica de grupo focal, com representantes de cada nível fase. No entanto, o enfoque será dado sempre à avaliação quantitativa.

Os dados e informações coletados serão devidamente analisados por comissão composta por docentes vinculados ao NDE. Os resultados serão compartilhados com todos os docentes, discentes e técnicos administrativos vinculados ao curso com a finalidade de produzir reflexões a respeito das informações apresentadas buscando aprimorar a qualidade do curso. Os relatórios produzidos ficarão arquivados em pasta específica do curso, pelo presidente do NDE e serão disponibilizados sempre que necessário.



11 PERFIL DOCENTE (competências, habilidades, comprometimento, entre outros) E PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO

O quadro docente do curso é composto por docentes vinculados ao núcleo de formação básica, denominado Domínio Comum, do Domínio Conexo (Formação de docentes) e por docentes dos componentes curriculares específicos (voltados para os componentes específicos da Ciência Geográfica) para a formação do licenciado em Geografia.

Dentre as principais características que o docente do curso deve apresentar, destacam-se:

- Dominar os conteúdos teóricos dos componentes curriculares de sua área de atuação;
- Integrar teoria e prática;
- Desenvolver atividades de pesquisa vinculadas à área de atuação;
- Articular ensino, pesquisa e extensão;
- Aplicar e interagir os conhecimentos dos componentes curriculares à realidade;
- Apresentar postura que sirva de referência para os discentes.

Frente a esse panorama do perfil docente do Curso de Geografia da UFFS, é importante salientar que essas características somente serão devidamente atingidas com a constante qualificação dos docentes. É de suma importância que os docentes do Curso de Geografia busquem formação continuada por meio do ingresso em programas de pós-graduação *strictu sensu* (Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado), participação em cursos de capacitação promovidos ou não pela UFFS, como por exemplos os oferecidos pelo Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP campus Erechim, apresentação de trabalhos e participação em eventos vinculados ao desenvolvimento e ao debate científico e das humanidades. A qualificação docente busca não apenas a qualidade no ensino de graduação da UFFS, mas abre portas para futuros programas de pós-graduação (*lato sensu e strictu sensu*).



12 QUADRO DE PESSOAL DOCENTE

12.1 Docentes do *Campus* Erechim que atuam no curso

Domínio/CCR	Docente	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo
1º NÍVEL				
Específico/ Introdução à Astronomia	Anderson André Genro Alves Ribeiro		40h/DE	Graduação: Física (UFRGS) Mestrado: Não possui Doutorado: Física (UFRGS)
Específico/ História do Pensamento Geográfico	Reginaldo José de Souza		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia do Brasil	Márcio Freitas Eduardo		40h/DE	Graduação: Geografia (UNIOESTE) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Comum/ Produção textual acadêmica	Roberto Carlos Ribeiro		40h/DE	Graduação: Letras (FAFIG) Mestrado: Letras (PUCRS) Doutorado: Letras (PUCRS)
Comum/ Iniciação à prática científica	Éverton de Moraes Kozenieski		40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Projeto Integrador I	Reginaldo José de Souza		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
	Márcio Freitas Eduardo		40h/DE	Graduação: Geografia (UNIOESTE) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
	Éverton de Moraes Kozenieski		40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
2º NÍVEL				
Específico/ Geografia Física	José Mário Leal Martins Costa		40h/DE	Graduação: Geografia (UFRJ) Mestrado: Geografia (UERJ) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Introdução à cartografia e geotecnologias	Paula Vanessa de Faria Lindo		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia Econômica	Éverton de Moraes Kozenieski		40h/DE 40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
	Márcio Freitas Eduardo			Graduação: Geografia (UNIOESTE) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Comum/ Estatística Básica	André Gustavo Schaeffer		40/DE	Graduação: Ciência da Computação (PUCRS) Mestrado: Computação (UFRGS) Doutorado: Educação Científica e Tecnológica (UFSC)



Domínio/CCR	Docente	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo
Comum/ Introdução ao pensamento social			40/DE	Graduação: Mestrado: Doutorado:

Domínio/CCR	Docente	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo
Conexo/ Fundamentos históricos, sociológicos e filosóficos da Educação	Maria Silvia Cristofoli		40/DE	Graduação: Pedagogia (UFPA) Mestrado: Educação (UFSC) Doutorado: Educação (UFRGS)
3º NÍVEL				
Específico/ Climatologia	Pedro Germano dos Santos Murara		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UFSC) Doutorado: Geografia (UFSC)
Específico/ Cartografia Escolar	Paula Vanessa de Faria Lindo		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia Regional	Márcio Freitas Eduardo		40h/DE	Graduação: Geografia (UNIOESTE) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia Política	Paula Vanessa de Faria Lindo		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Conexo/ Teorias da Aprendizagem e do desenvolvimento humano				
Específico/ Projeto Integrador II	Paula Vanessa de Faria Lindo		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
4º NÍVEL				
Específico/ Geografia Agrária	Éverton de Moraes Kozenieski		40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Geologia	José Mário Leal Martins Costa		40h/DE	Graduação: Geografia (UFRJ) Mestrado: Geografia (UERJ) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Cartografia Temática	Paula Vanessa de Faria Lindo		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Conexo/ Didática Geral	Gilson		0h/DE	Graduação: Filosofia (UPF) Mestrado: Educação (UPF)



	Luis Voloski			Doutorado: Educação (UFSC)
--	--------------	--	--	-----------------------------------

Domínio/ CCR	Docente	Tit.	R eg. Trab.	Súmula do Currículo
Conexo/ Políticas Educativas	Maria Silvia Cristofoli		40h/DE	Graduação: Pedagogia (UFPA) Mestrado: Educação (UFSC) Doutorado: Educação (UFRGS)
5º NÍVEL				
Específico/ Geografia Urbana	Juçara Spinelli		40h/DE	Graduação: Geografia (UFSM) Mestrado: Planejamento Urbano e Regional (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Epistemologia da Geografia	Reginaldo José de Souza		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Didática em Geografia	Ana Maria de Oliveira Pereira		40h/DE	Graduação: Geografia (URI) Mestrado: Educação (UPF) Doutorado: Diversidade Cultural e Inclusão Social (FEEVALE)
Específico/ Geomorfologia	José Mário Leal Martins Costa		40h/DE	Graduação: Geografia (UFRJ) Mestrado: Geografia (UERJ) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Conexo/ Estágio Supervisionado – Gestão Escolar				
6º NÍVEL				
Específico/ Organização do Espaço Mundial	Márcio Freitas Eduardo		40h/DE	Graduação: Geografia (UNIOESTE) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Geografia Cultural	Éverton de Moraes Kozenieski		40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Estágio Supervisionado em Geografia I	Raphaela de Toledo Desiderio		40h/DE	Graduação: Geografia (UDESC) Mestrado: Geografia (UFSC) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Hidrogeografia	João Paulo Peres Bezerra		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Biogeografia	Pedro Germano dos Santos Murara		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UFSC) Doutorado: Geografia (UFSC)
7º NÍVEL				
Específico/ Pesquisa em Geografia	Éverton de Moraes Kozenieski		40h/DE	Graduação: Geografia (UFRGS) Mestrado: Geografia (UFRGS) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Estágio curricular Supervisionado em Geografia II	Raphaela de Toledo Desiderio		40h/DE	Graduação: Geografia (UDESC) Mestrado: Geografia (UFSC) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Sensoriamento Remoto e	João Paulo Peres Bezerra		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)



Domínio/CCR	Docente	Tit.	Reg. Trab.	Súmula do Currículo
Interpretação de Imagens				
Comum/ Introdução à Filosofia	Marcio Soares		40h/DE	Graduação: Filosofia (UPF) Mestrado: Filosofia (PUC-RS) Doutorado: Filosofia (PUC-RS)
Específico/ Projeto Integrador III	Raphaela de Toledo Desiderio		40h/DE	Graduação: Geografia (UDESC) Mestrado: Geografia (UFSC) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Optativa I	A definir			
8º NÍVEL				
Específico/ Estágio Curricular Supervisionado em Geografia III	Ana Maria de Oliveira Pereira Raphaela de Toledo Desiderio		40h/DE	Graduação: Geografia (URI) Mestrado: Educação (UPF) Doutorado: Diversidade Cultural e Inclusão Social (FEEVALE) Graduação: Geografia (UDESC) Mestrado: Geografia (UFSC) Doutorado: Geografia (UFRGS)
Específico/ Geografia e Questão Ambiental	Reginaldo José de Souza		40h/DE	Graduação: Geografia (UNESP-PP) Mestrado: Geografia (UNESP-PP) Doutorado: Geografia (UNESP-PP)
Específico/ Trabalho de Conclusão de Curso I	A definir	_____		
Optativa II	A definir			
Conexo/ Educação Inclusiva	Sonize Lepke		40h/DE	Graduação: História (UNIJUÍ) Mestrado: Educação (UNIJUÍ) Doutorado: Não Possui
9º NÍVEL				
Optativa III	A definir			
Específico/ Trabalho de Conclusão de Curso II	A definir	_____		
Comum/ História da Fronteira Sul	A definir		_____	
Comum/ Direito e Cidadania				
Conexo/ Língua Brasileira de Sinais	Sonize Lepke		40h/DE	Graduação: História (UNIJUÍ) Mestrado: Educação (UNIJUÍ) Doutorado: Não possui



13 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA AO CURSO

13.1 Bibliotecas

As bibliotecas da UFFS têm o compromisso de oferecer o acesso à informação a toda a comunidade universitária para subsidiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Vinculadas à Coordenação Acadêmica do seu respectivo *campus*, as bibliotecas estão integradas e atuam de forma sistêmica.

A Divisão de Bibliotecas (DBIB), vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, fornece suporte às bibliotecas no tratamento técnico do material bibliográfico e é responsável pela gestão do Portal de Periódicos, Portal de Eventos e do Repositório Digital, assim como fornece assistência editorial às publicações da UFFS (registro, ISBN e ISSN) e suporte técnico ao Sistema de Gestão de Acervos (Pergamum). Cada uma das unidades tem em seu quadro um ou mais bibliotecários, com a responsabilidade de garantir que todos os serviços de atendimento à comunidade, em cada um dos *campi*, sejam oferecidos de forma consonante à “Carta de Serviços aos Usuários”, assumindo o compromisso da qualidade na prestação de todos os seus serviços.

A DBIB tem por objetivo a prestação de serviços para as bibliotecas da Instituição, visando: articular de forma sistêmica a promoção e o uso de padrões de qualidade na prestação de serviços, com o intuito de otimizar recursos de atendimento para que os usuários utilizem o acervo e os serviços com autonomia e eficácia; propor novos projetos, programas, produtos e recursos informacionais que tenham a finalidade de otimizar os serviços ofertados em consonância com as demandas dos cursos de graduação e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão.

Atualmente a UFFS dispõe de seis bibliotecas, uma em cada campus. Os serviços oferecidos são: consulta ao acervo; empréstimo, reserva, renovação e devolução; empréstimo entre bibliotecas; empréstimo interinstitucional; empréstimos de notebooks; acesso à internet wireless; acesso à internet laboratório; comutação bibliográfica; orientação e normalização de trabalhos; catalogação na fonte; serviço de alerta; visita guiada; serviço de disseminação seletiva da informação; divulgação de novas aquisições; capacitação no uso dos recursos de informação; assessoria editorial.

As bibliotecas da UFFS também têm papel importante na disseminação e preservação da produção científica institucional a partir do trabalho colaborativo com a DBIB no uso de plataformas instaladas para o Portal de Eventos, Portal de Periódicos e Repositório Institucional, plataformas que reúnem os anais de eventos, periódicos eletrônicos,



trabalhos de conclusão de cursos (monografias, dissertações, etc.) e os documentos digitais gerados no âmbito da UFFS.

Com relação à ampliação do acervo, são adquiridas anualmente as bibliografias básica e complementar dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação em implantação, no formato impresso e outras mídias, em número de exemplares conforme critérios estabelecidos pelo MEC.

A UFFS integra o rol das instituições que acessam o Portal de Periódicos da CAPES que oferece mais de 33 mil publicações periódicas internacionais e nacionais, e-books, patentes, normas técnicas e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento. Integra, ainda, a Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), mantida pela Rede Nacional de Ensino (RNP), cujos serviços oferecidos contemplam o acesso a publicações científicas, redes de dados de instituições de ensino e pesquisa brasileiras, atividades de colaboração e de ensino a distância.

13.2 Laboratórios

Neste item será apresentada a descrição detalhada dos laboratórios utilizados pelo Curso de Geografia – Licenciatura. Cabe ressaltar que essas estruturas são fundamentais para as práticas laboratoriais (carga horária prática) e de práticas extensionistas de um conjunto de CCRs, para realização de práticas pedagógicas como componentes curriculares do curso e com foco na comunidade regional.

Todos os laboratórios de pesquisa em Geografia procuram desenvolver projetos que possam favorecer de modo significativo o complemento necessário à formação dos profissionais em Geografia, via bolsas de pesquisa, estágios, grupos de estudo, colóquios, produção de materiais, iniciação científica e outros, tudo isso com a intenção de criar ambiente favorável à articulação pesquisa-ensino-extensão e à viabilização de redes de pesquisa e com a comunidade regional que agreguem alunos de graduação e de pós-graduação.

13.2.1 Laboratório de Astronomia, Ótica e Física Moderna

LABORATÓRIO DE ASTRONOMIA, ÓTICA E FÍSICA MODERNA	
Docentes Responsáveis: Anderson André Genro Alves Ribeiro	
Discentes por turma:	50
Área: 20,00 m ²	Localização: <i>Campus</i> Erechim
Quantidade	Descrição
	O Laboratório de Astronomia, Ótica e Física Moderna é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes



	curriculares de Introdução à Astronomia e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, além de componentes curriculares no curso de Engenharia Ambiental e Agronomia. O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de aproximadamente 20,00m ²
1	Bancada de trabalho
10	Banquetas
1	Cadeiras de escritório fixa
1	Condicionador de ar
1	Estante dupla face
3	Mesas de madeira
1	Quadro branco
1	Telescópio Newtoniano de 12”

13.2.2 Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação e Mapoteca

LABORATÓRIO DE CARTOGRAFIA, ACERVO E DOCUMENTAÇÃO e MAPOTECA	
Docentes Responsáveis: Paula Vanessa de Faria Lindo e Clarice Ribeiro (técnica em arquivo)	
Discentes por turma:	50
Área: 124,50 m ²	Localização: <i>Campus Erechim</i>
Quantidade	Descrição
	<p>O Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Cartografia Geral, Cartografia Temática, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens, Geografia e Questão Ambiental e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, além de componentes curriculares que preveem em sua ementa prática de leitura e interpretação de mapas.</p> <p>O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de aproximadamente 124,50m², com uma subdivisão entre a área das mapotecas e a área didática, armários para guardar os equipamentos, mesas estilo pranchetas, mesas retangulares, cadeiras, acervo de cartas topográficas e mapas, acervo de fotografias aéreas, instrumentos de trabalho cartográfico, estereoscópios entre outros.</p> <p>Junto ao Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação há a Mapoteca que se trata do espaço destinado ao armazenamento das cartas e mapas. A Mapoteca é o espaço</p>



	utilizado para o manuseio do material ali presente que deve ser consultado e possivelmente retirado somente com a presença da técnica de arquivo presente do campo e responsável pelo Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação e Mapoteca.
	A disposição da Mapoteca é junto, ao lado, do Laboratório de Cartografia, Acervo e Documentação. Todas as cartas e mapas estão organizadas e arquivadas nas diversas e diferentes mapotecas (verticais e horizontais) presente, assim como outros materiais como globos, maquetes, bússolas entre outros.
780	Acervo de cartas topográficas nas escalas: 1:50.000, 1:100.000 e 1:250.000 articuladas nas cartas do milionésimo formato papel
2	Ar-condicionado
3	Armários altos de 2 portas
2	Bússola azimutal
3	Bússola de geologia
4	Bússola de topografia
36	Bússolas em acrílico
1	Cadeira giratória
25	Cadeiras fixa com apoio de braço
20	Cadeiras giratórias sem apoia-braços
2	Globo terrestre físico
3	Globo terrestre político
200	Mapas temáticos de variadas escalas
6	Mapotecas horizontais (gaveteiros)
7	Mapotecas verticais
1	Mesa de trabalho retangular
25	Mesas de desenho
4	Mesas de reunião semioval
1	Microcomputador com tela de 24”
2	Porta-mapas de parede
2	Quadros brancos
1	Técnico de laboratório

13.2.3 Laboratório de Docência

LABORATÓRIO DE DOCÊNCIA	
Docente Responsável: Ana Maria de Pereira Oliveira	
Discentes por turma:	50
Área: 62,00 m ²	Localização: <i>Campus Erechim</i>
Quantidade	Descrição
	O Laboratório de Docência é destinado ao uso de todos os



	cursos de licenciatura do <i>Campus</i> . Seu objetivo visa desenvolver projetos que articulem as instâncias da docência, da pesquisa e da extensão no âmbito dos cursos de licenciatura da Universidade. O espaço do laboratório se constitui de uma sala de 62,00m ² ,
	com mesas retangulares, equipamentos de áudio e vídeo. Prevê-se ainda a construção de um palco e múltiplos materiais que visem reproduzir um ambiente didático de sala de aula.
1	Armário de 2 portas
1	Armário metálico
6	Cadeiras estofadas
15	Carteira escolar com apoio
2	Estantes
1	Mesa redonda
2	Mesas retangulares
1	Quadro branco
1	Tela interativa

13.2.4 Laboratório de Hidroclimatologia

LABORATÓRIO DE HIDROCLIMATOLOGIA	
Docente Responsável: Pedro Germano dos Santos Murara	
Discentes por turma:	20
Área: 62,40 m ²	Localização: <i>Campus</i> Erechim
Quantidade	Descrição
	<p>O Laboratório de Hidroclimatologia possui espaço físico de 62, 40m². Possui uma bancada de 4m² onde ficarão instalados parte dos equipamentos fixos para análise e ensaios experimentais hidrológicos (estufa, conjunto de peneiras, amostrador de sedimentos etc.) além da estrutura hidráulica (um ponto de água, munido de pia conjugada). Os demais equipamentos de campo são guardados nos armários da sala e embaixo da bancada.</p> <p>No laboratório há um condicionador de ar com controle térmico para os experimentos e melhor manutenção dos equipamentos. O laboratório conta com um conjunto de 16 carteiras tipo universitárias, 2 mesas em formato “L” tipo estação de trabalho, e 2 mesas retangulares e seus respectivos computadores desktop, 4 armários para a guarda dos equipamentos, gabinetes instalados embaixo da bancada, 1 mesa retangular com 5 cadeiras para reuniões de grupo de estudos/pesquisa, tela para projeção. Há solicitação para a instalação de um projetor multimídia e uma TV de 32” LCD.</p> <p>Associado ao laboratório há uma estação meteorológica automática, instalada no canteiro experimental do <i>campus</i>,</p>



	<p>próximo ao pavilhão de sementes. A estação meteorológica automática coleta dados das variáveis climáticas e envia os mesmos para um dos computadores (desktop servidor) localizado no laboratório. Os computadores estão conectados em rede para otimização, integração e compartilhamento dos trabalhos.</p>
	<p>O laboratório é utilizado durante o atendimento aos discentes realizado pelo docente responsável pelos componentes curriculares de climatologia e hidrografia (Geografia), agroclimatologia (Agronomia) e hidrologia (Eng. Ambiental).</p> <p>Além, disso, o laboratório deve contar com 2 monitores e 2 bolsistas, que exercem atividades vinculadas ao ensino, pesquisa e extensão.</p>
3	Armários de 2 portas
1	Banco giratório
6	Cadeira giratória para escritório
17	Carteira escolar com apoio
1	Computadores desktop
1	Condicionador de ar
1	Controladora pneumática para bomba de bexiga
1	Estação meteorológica automática
2	Garrafa horizontal em acrílico
2	Garrafa vertical para coleta de água
1	Mesa para computador
1	Mesa para reunião
1	Molinete fluviométrico
1	Quadro branco
1	Tanque classe A
1	Técnico em Hidrologia
1	Tensímetro digital

13.2.5 Laboratório de Química dos Solos, Geologia, Geomorfologia e Física dos Solos

LABORATÓRIO DE QUÍMICA DOS SOLOS, GEOLOGIA, GEOMORFOLOGIA E FÍSICA DOS SOLOS	
Docente Responsável: José Mário Leal Martins da Costa	
Discentes por turma:	30
Área: 124,80 m ²	Localização: Campus Erechim
Quantidade	Descrição
	<p>O Laboratório de Geologia, Geomorfologia e Solos é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Geologia Geral, Geomorfologia, Hidrogeografia e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, além de componentes curriculares nos cursos de Agronomia e Engenharia Ambiental.</p>



	O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de 124,80m ² , com uma subdivisão entre a sala de química de solos e a sala de geologia e física de solos, armários para guardar os equipamentos, mesas, cadeiras, bancadas com pias, acervo de
	rochas e minerais, entre outros.
1	Agitador manual de sedimentos com peneiras de 4 mm (-2,0 phi), 2 mm (-1,0 phi), 1 mm (0 phi); 0,5 mm (1,0 phi); 0,250 mm (2,0 phi) e 0,125 mm (3,0 phi)
4	Agitador mecânico
2	Agitadores magnéticos
1	Altimetro ou GPS
2	Amostra de solo tipo UHLand
1	Amostrador de sedimentos de leito (Tipo van-veen)
2	Anel dianométrico
7	Ar condicionado
8	Armários
2	Balanças de precisão (uma com duas casas e uma com quatro casas)
1	Banho Maria
21	Banquetas
10	Becker 50 ml
18	Bússola de topografia do tipo Bruton
4	Cadeiras
1	Capela completa
2	Clinômetros (bússola de geólogo)
1	Compactador manual de solos
1	Conjunto completo de câmaras de Richards
1	Conjunto de peneiras com diâmetro de 20 cm (ABNT 10, 20 e 50)
2	Contador de golpes
1	Destilador de água (5 litros/hora)
1	Destilador para nitrogênio
1	Enxada
1	Equipamentos servo controlador
4	Espátulas de aço inoxidável
1	Estação meteorológica
2	Estufas
2	Extensômetro
2	Extrator hidráulico
1	Infiltrômetro
3	Jogos de Trado



1	Kit didático de rochas e minerais
2	Medidores de pH (Peagâmetro)
1	Mesa agitadora com movimento circular horizontal
3	Mesas de trabalho
1	Microscópio
3	Moinho de solos (já vem com peneira de 2 mm)
1	Moinho de solos com exaustor
1	Pá reta
7	Paquímetro digital
1	Penetrômetro de solos digital
2	Permeâmetro
1	PHMetro digital
2	Pipetas automáticas
3	Pipetas de 50 ml com pêra
6	Piscetas plásticas
1	Prensa CBR/ISC
10	Provetas
1	Refrigerador (300 litros)
2	Soquete Proctor
1	Técnico em solos
1	Torno de moldagem
1	Trado holandês
2	Trenas com 50 metros
1	Tripé

13.2.6 Laboratório de Software Aplicados

LABORATÓRIO DE SOFTWARE APLICADOS	
Docente Responsável: Juçara Spinelli	
Discentes por turma:	25
Área: 124,80 m ²	Localização: <i>Campus Erechim</i>
Quantidade	Descrição
	<p>O Laboratório de Softwares Aplicados é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Cartografia Geral, Cartografia Temática, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens, Estágio Curricular Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, além de componentes curriculares de todos os cursos do <i>Campus</i> que necessitem do uso de programas de computador aplicados às suas áreas.</p> <p>O laboratório também objetiva o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constituirá de uma sala de aproximadamente</p>



	124,80m ² , com 25 computadores equipados com os softwares específicos de cada área, entre eles Idrisi, ArcGis, Envi, Global Mapper, SPRING e PhilCarto.
1	Ar-condicionado
1	Armário alto de 2 portas
3	Cadeiras fixas com apoia-braços
22	Cadeiras fixas sem apoia-braços
2	Cadeiras giratórias sem apoia-braços
25	Computadores desktop com monitores 24”
21	Mesas retangulares
1	Projektor multimídia
1	Quadro branco
A definir	Softwares específicos de Cartografia e Sistema de Informações Geográficas (Arcgis, QGis, Philcarto, etc)

13.2.7 Laboratório de Topografia, Geoprocessamento e Geotecnologia

LABORATÓRIO DE TOPOGRAFIA, GEOPROCESSAMENTO E GEOTECNOLOGIAS	
Docente Responsável: João Paulo Peres Bezerra	
Discentes por turma:	25
Área: 64,20 m ²	Localização: <i>Campus Erechim</i>
Quantidade	Descrição
	O Laboratório de Topografia, Geoprocessamento e Geotecnologias é um laboratório multicurso, que visa atender, no curso de Geografia, as demandas didáticas e práticas dos componentes curriculares de Cartografia Geral, Cartografia Temática, Sensoriamento Remoto e Interpretação de Imagens e Trabalho de Conclusão de Curso I e II, além de componentes curriculares nos cursos de Agronomia, Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Ambiental. O laboratório também objetiva iniciar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando familiarizar o discente com os equipamentos, métodos e procedimentos para os trabalhos de campo. O espaço do laboratório se constitui de uma sala de 64,20 ² , com uma subdivisão, armários para guardar os equipamentos, mesas, cadeiras, bancadas para aula, entre outros.
2	Altímetros eletrônicos com barômetro
1	Ar-condicionado
21	Cadeiras fixa sem apoio
2	Clinômetros



4	Estações totais
4	Estereoscópios de mesa
7	GPS de navegação
23	Mesas de trabalho retangular
22	Microcomputadores desktop com monitores de 24”
10	Níveis topográficos
1	Projektor multimídia
1	Quadro branco
A definir	Softwares específicos de Cartografia e Sistema de Informações Geográficas (Arcgis, QGis, Philcarto, etc)
1	Técnico em Geoprocessamento
10	Teodolitos e equipamentos topográficos (lentes, piquetes, varetas, nível etc)

13.2.8 Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE)

O Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores (LIFE) é um espaço destinado a estudantes dos cursos de licenciatura e a professores de educação básica das diferentes redes de ensino, cujo enfoque centra-se no desenvolvimento de ações formativas a partir das diferentes tecnologias digitais e recursos multimeios, em sintonia com o tempo-espaço em que vivem.

A ideia é a promoção de atividades interdisciplinares com as tecnologias digitais, apoiando o processo de formação inicial e continuada de professores e educadores, além da produção e criação de conteúdos digitais multimídia desenvolvidos para a educação básica, servindo como material didático-pedagógico de apoio às práticas de sala de aula. Além de potencializar processos de ensino e aprendizagem por meio das tecnologias digitais e de contribuir para a constituição de uma cultura digital.

O LIFE tem como eixos norteadores:

- a) Investigação de recursos das tecnologias digitais e recursos multimeios que integram o LIFE;
- b) Desenvolvimento de projetos e atividades didático-pedagógicas no uso das tecnologias digitais e recursos multimeios para a educação básica e a formação docente ~~(inicial e continuada)~~;
- c) Produção de objetos virtuais de aprendizagem e recursos didáticos para uso em sala de



aula na educação básica e na formação docente (inicial e continuada).

O LIFE dispõe de quatro cenários interdisciplinares de formação:

- a) Mini estúdio de edição de áudio e vídeo;
- b) Laboratório educacional de robótica educativa;
- c) Oficina de materiais didático-pedagógicos concretos para as práticas em sala de aula. Em especial, as áreas de Matemática, Ciências e Geografia;
- d) Laboratório de informática e outros materiais.

Por fim, espera-se como resultados deste laboratório: deflagrar mudanças nas práticas escolares por meio de uma formação docente interdisciplinar e pautada no uso das tecnologias digitais e recursos multimeios; fortalecer a articulação entre ensino, pesquisa e extensão; fortalecer os projetos pedagógicos dos cursos de licenciatura da UFFS; formar educadores para o uso e integração das tecnologias digitais nos seus processos de ensino e de aprendizagem; produzir diversos objetos educacionais que apresentem uma abordagem integradora de áreas e temáticas; ampliar o espaço de interação com a rede de educação básica e superior.

13.3 Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida

A UFFS, em sua estrutura administrativa, tem um Núcleo de Acessibilidade, composto por uma Divisão de Acessibilidade vinculada à Diretoria de Políticas de Graduação (DPGRAD) e os Setores de Acessibilidade dos *campi*. O Núcleo tem por finalidade atender servidores e discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação quanto ao seu acesso e permanência na universidade, podendo desenvolver projetos que atendam a comunidade regional. O Núcleo de Acessibilidade da UFFS segue o que está disposto em seu Regulamento, Resolução nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD. Com o objetivo de ampliar as oportunidades para o ingresso e a permanência nos cursos de graduação e pós-graduação, assim como o ingresso e a permanência dos servidores, foi instituída a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação da UFFS. Tal política foi aprovada pela Resolução nº 4/2015 – CONSUNI/CGRAD.

Buscando fortalecer e potencializar o processo de inclusão a acessibilidade, a UFFS,
tem desenvolvido ações que visam assegurar as condições necessárias para o ingresso, a



permanência, a participação e a aprendizagem dos discentes, público-alvo da educação especial, na instituição. Assim, apresenta-se a seguir, as ações desenvolvidas na instituição e que promovem a acessibilidade física, pedagógica, de comunicação e informação:

1. Acessibilidade arquitetônica

- Construção de novos prédios de acordo com a NBR9050 e adaptação/reforma nos prédios existentes, incluindo áreas de circulação, salas de aula, laboratórios, salas de apoio administrativo, biblioteca, auditórios, banheiros, etc.;
- Instalação de bebedouros com altura acessível para usuários de cadeira de rodas;
- Estacionamento com reserva de vaga para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de sinalização e equipamentos para pessoas com deficiência visual;
- Organização de mobiliários nas salas de aula e demais espaços da instituição de forma que permita a utilização com segurança e autonomia;
- Projeto de comunicação visual para sinalização das unidades e setores.

2. Acessibilidade comunicacional

- Tornar acessível as páginas da UFFS na internet (em andamento);
- Presença em sala de aula de tradutor e intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, em que há discente(s) matriculado(s) com surdez e nos eventos institucionais;
- Empréstimo de equipamentos com tecnologia assistiva.

3. Acessibilidade programática

- Criação e implantação do Núcleo e Setores de Acessibilidade;
- Elaboração da Política de Acesso e Permanência da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação;
- Oferta da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como componente curricular obrigatório em todos os cursos de licenciatura e como componente curricular optativo nos cursos de bacharelados;
- Oferta de bolsas para discentes atuar no Núcleo ou Setores de Acessibilidade;
- Oferta de capacitação para servidores.

4. Acessibilidade metodológica

- Orientação aos coordenadores de curso e docentes sobre como organizar a



prática pedagógica diante da presença de discentes com deficiência;

- Disponibilização antecipada, por parte dos docentes para o intérprete de Libras, do material/conteúdo a ser utilizado/ministrado em aula;
- Envio de material/conteúdo em slides para o discente surdo com, pelo menos, um dia de antecedência;
- Presença em sala de aula de tradutor e intérprete de LIBRAS nos cursos de graduação, no qual há discente(s) matriculado(s) com surdez. Além de fazer a tradução e interpretação dos conteúdos em sala de aula, o tradutor: acompanha o discente em atividades como visitas a empresas e pesquisas de campo; realiza a mediação nos trabalhos em grupo; acompanha as orientações com os docentes; acompanha o(s) acadêmico(s) surdo(s) em todos os setores da instituição; traduz a escrita da estrutura gramatical de LIBRAS para a língua portuguesa e vice-versa e glosa entre as línguas; acompanha o(s) acadêmico(s) em orientações de estágio com o docente-orientador e na instituição concedente do estágio; em parceria com os docentes, faz orientação educacional sobre as áreas de atuação do curso; promove interação do discente ouvinte com o discente surdo; orienta os discentes ouvintes sobre a comunicação com o discente surdo; grava vídeos em LIBRAS, do conteúdo ministrado em aula, para que o(a) discente possa assistir em outros momentos e esclarece as dúvidas do conteúdo da aula;
- Adaptação de material impresso para áudio ou braile para discentes com deficiência visual;
- Empréstimo de notebooks com programas leitores de tela e gravadores para discentes com deficiência visual;
- Disponibilização de apoio acadêmico.

5. Acessibilidade atitudinal

- Realização de contato com os familiares para saber sobre as necessidades;
- Promoção de curso de Capacitação em LIBRAS para servidores, com carga horária de 60h, objetivando promover a comunicação com as pessoas Surdas que estudam ou buscam informações na UFFS;
- Orientação aos docentes sobre como trabalhar com os discentes com deficiência;
- Realização de convênios e parcerias com órgãos governamentais e não governamentais.
- Participação nos debates locais, regionais e nacional sobre a temática.

Nas áreas externas do *Campus* Erechim há caminhos podotáteis, e a circulação pelo *campus* pode ser realizada toda em nível, e quando necessário utiliza-se rampas. Ainda estão



em obras as paradas de ônibus que possuirão ponto de parada para PCDs e os cruzamentos de vias, todos em nível com caminho tátil sobre faixas elevadas, existem vagas de estacionamento exclusivas para PCD. Em relação às edificações, o Bloco A, com quatro pavimentos, possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, um BWC masculino, PCD em cada um dos quatro pavimentos e um BWC feminino. O Bloco B possui quatro pavimentos e possui acesso em nível a todos os pavimentos através de elevadores, possui caminhos podotáteis, um BWC masculino, PCD (em cada um dos quatro pavimentos) e um BWC feminino PCD. O Bloco dos docentes tem dois pavimentos, mas permite acesso em nível a todos os pavimentos através de elevador, possui caminhos podotáteis, um BWC masculino, um BWC feminino, PCD em cada um dos dois pavimentos, além de um vestiário unissex adaptado PCD no térreo; há placas em braile identificando as salas. Os pavilhões de Laboratórios são três, todos térreos, portando acesso em nível a todas as instalações, com caminhos podotáteis, um BWC masculino e outro feminino, PCD em cada um dos pavilhões e bebedouro adaptado. O Restaurante Universitário, por ser térreo, possui acesso em nível a todas as suas instalações, possui caminhos podotáteis, um PCD, um BWC masculino e um feminino na entrada do refeitório e também na saída do refeitório, bebedouro adaptado e mobiliário do refeitório condizente com o uso por parte de PCD.



14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 492/2001, de 03 de abril de 2001.** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 14, de 13 de março de 2022.** Estabelece as Diretrizes Curriculares para o curso de Geografia. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 03/2007, de 02 de julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 08/2012, de 06 de março de 2012.** Dispõem acerca das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 01/2015, de 7 de janeiro de 2015.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP 02/2015, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 07/2018, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: mar. 2024.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinal – Libras, e o art. 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. **Decreto Nº 7824, de 11 de outubro de 2012.** Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. **Portaria Normativa Nº 18, de 11 de outubro de 2012.** Implementação de Cotas MEC. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 25. Jul.2025.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional). Institui as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: set. 2017.



BRASIL. Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: set. 2017.

BRASIL. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 10.098, de 06 de julho de 2015.** Institui a Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art112. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. Lei Nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir a obrigatoriedade de abordagens fundamentadas nas experiências e nas perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio; e institui a Semana de Valorização de Mulheres



que Fizeram História no âmbito das escolas de educação básica do País. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14986.htm. Acesso em: jul. 2025.

BRASIL. **Mapeamento da adequação docente no Brasil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC/SEB, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo, Cortez, 2013.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. Trad. de Maria Aparecida Baptista. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PELLEGRINI, Denise. O ensino mudou e você? **Revista Nova Escola**. ed. 131, abril, 2000.

PIMENTA, Selma G. LIMA, Maria S. L. **Estágio e Docência**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

RUIZ, Antônio I.; RAMOS, Mozart N.; HINGEL, Murilo. **Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais**. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento Revista de Educação**. Ano 3 n. 4. 2016.

Disponível em:

<<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/296>>.

Acesso em: set. 2017.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação. **Resolução nº 01/2012 – CONSUNI/CGGRAD, de 24 de abril de 2017**. Institui o Laboratório Superior de Ensino e Aprendizagem Paulo Freire e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: jul. 2025.

UFFS. Conselho Universitário. **Resolução nº 33/2013 – CONSUNI, de 12 de dezembro de 2013**. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: jul. 2025.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação. **Resolução nº 39/2022 – CONSUNI/CGAE, de 19 de julho de 2022**. Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico, NAP, na UFFS e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: jul. 2025.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação. **Resolução nº 40/2022 – CONSUNI/CGAE, de 1 de janeiro de 2023**. Aprova o Regulamento da Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: jul. 2025.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação. **Resolução nº 04/2015 – CONSUNI/CGRAD, de 19 de março de 2015**. Institui a Política de Acesso e Permanência da Pessoa com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação na UFFS. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em:



set. 2017.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação. **Resolução nº 06/2015 – CONSUNI/CGRAD, de 28 de maio de 2015.** Aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: set. 2017.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação. Resolução nº 7/2015. Aprova o Projeto de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direitos Humanos da UFFS. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: jul. 2025.

UFFS. Conselho Universitário. **Resolução nº 16/2019 – CONSUNI/UFFS, de 30 de agosto de 2019.** Institui o Programa de Acesso e Permanência a estudantes imigrantes (PRÓ-IMIGRANTE), âmbito da UFFS. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: jul. 2025.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis. **Resolução nº 52/2024 – CONSUNI/CGAE, de 28 de março de 2024.** Aprova a Política Institucional da UFFS para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: jul. 2025.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis. **Resolução nº 8/2016 – CONSUNI/CGAE, de 25 de outubro de 2016.** Altera a Resolução nº 006/2012-CONSUNI/CGRAD, que aprova o modelo de implantação da reserva de vagas para a política de ingresso nos cursos de graduação da UFFS. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: jul. 2025.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Graduação e Assuntos Estudantis. **Resolução nº 09/2017 – CONSUNI/CGAE, de 06 de setembro de 2017.** Estabelece a estrutura do Domínio Conexo entre os cursos de Licenciatura dos *campi* da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: set. 2017.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. **Resolução nº 04/2017 – CONSUNI/PPGEC, de 12 de abril de 2017.** Aprova a Política de Extensão da Universidade Federal da Fronteira Sul. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: set. 2017.

UFFS. Conselho Universitário – Câmara de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura. **Resolução nº 23/2019 – CONSUNI/PPGEC, de 13 de agosto de 2019.** Aprova o Regulamento de Extensão e Cultura da UFFS. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2019-0023>. Acesso em: jul. 2025.

UFFS. Conselho Universitário. **Resolução nº 93/2021.** Diretrizes para a inserção de atividades de extensão e de cultura nos currículos dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFFS. Disponível em: <<http://www.uffs.edu.br>>. Acesso em: jul. 2025

UFFS. **Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), período 2012 – 2016.** Chapecó, 2012. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_de_desenvolvimento_institucional>. Acesso em: set. 2017.

UFFS. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI), período 2012 – 2016.** Chapecó, 2012. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/institucional/a_uffs/a_instituicao/plano_pedagogico_institucional>. Acesso em: set. 2017.



15. ANEXOS

ANEXO I – REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Para os fins do disposto neste Regulamento, considera-se Estágio Curricular Supervisionado a participação, sem vínculo empregatício, do discente em atividades de ensino em instituições de educação básica, em suas diferentes modalidades, desenvolvidas ao longo dos componentes curriculares de “Estágio Curricular Supervisionado – Gestão Escolar” e “Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I, II e III”, do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura, em conformidade com as exigências da legislação de estágio vigente e do Regulamento de Estágio da UFFS.

Art. 2º O Estágio Curricular Supervisionado normatizado por este Regulamento interno corresponde ao Estágio Obrigatório do Regulamento de Estágio da UFFS, em conformidade com a Lei Nº 11.788/2008.

Parágrafo único. O Estágio não obrigatório obedecerá ao exposto nas diretrizes curriculares nacionais de cada curso, na Lei 11.788/08, bem como pelo Regulamento de Estágio da UFFS (Resolução nº 07/2015 da Câmara de Graduação).

CAPÍTULO II

DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 3º A concepção de Estágio está em acordo com a Resolução 07/2015 da Câmara de Graduação, que afirma: “Art. 3º O Estágio na UFFS é concebido como um tempo espaço de formação teórico-prática orientada e supervisionada, que mobiliza um conjunto de saberes acadêmicos e profissionais para observar, analisar e interpretar práticas institucionais e profissionais e/ou para propor intervenções, cujo desenvolvimento se traduz numa oportunidade de reflexão acadêmica, profissional e social, de iniciação à pesquisa, de reconhecimento do campo de atuação profissional e de redimensionamento dos projetos de formação.”



Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 4º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura será realizado a partir do 5º nível no curso, com carga horária correspondente a 420 horas, assim distribuídos:

Art. 5º O Estágio Curricular Supervisionado compreende a observação, o planejamento, a execução e a avaliação das ações desenvolvidas no campo de estágio.

Art. 6º A realização do Estágio Curricular Supervisionado, obrigatória a todos os discentes do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura, deverá ocorrer, preferencialmente, de forma individual.

Parágrafo único. A realização do Estágio Curricular Supervisionado quando realizado por dois ou mais discentes, depende de decisão do Colegiado do Curso.

Seção II

DOS OBJETIVOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 7º O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Geografia Licenciatura tem por objetivos:

I – Colocar o discente do curso em contato direto com o ambiente profissional, discutindo e refletindo sobre o seu papel na educação básica e na sua profissão e habilitá-lo a desenvolver atividades de gestão educacional e coordenação pedagógica;

II – Proporcionar ao estagiário a reflexão e avaliação crítica sobre os conteúdos e procedimentos teórico-metodológicos do período de formação inicial, para que desenvolvam condições e convicções favoráveis à construção da profissionalidade docente em Geografia;

III – Favorecer, no período de formação, a reflexão sobre as dificuldades, limites e desafios próprios ao exercício da profissão docente nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Seção III

DO CAMPO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

~~**Art. 8º** Constituem campo de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura as instituições de ensino que desenvolvem atividades nos anos finais~~



do ensino fundamental e no ensino médio, em suas diferentes modalidades, devidamente conveniadas para este fim.

Art. 9º O contato com o campo de Estágio Curricular Supervisionado será efetuado pelo discente demandante de vaga de estágio.

Art. 10 Os convênios com o campo de Estágio Curricular Supervisionado serão efetuados por meio do setor responsável pelos estágios do *Campus*.

Seção IV

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 11 O Estágio Curricular Supervisionado compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

- I – Contato, discussão, projeto e observação;
- II – Monitoria, regência e vivência;
- III – Seminário de estágio;
- IV – Produção e entrega de relatório final.

Art. 12 Os projetos e os relatórios de Estágio Curricular Supervisionado deverão ser apresentados em conformidade às especificações homologadas pelo respectivo Colegiado de Curso.

Seção V

DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NO ÂMBITO DO CURSO

Art. 13 As atividades de planejamento, execução e avaliação do Estágio Curricular Supervisionado serão desempenhadas pelo coordenador de estágio, pelo docente titular do componente curricular, pelos docentes orientadores, pelos supervisores externos e pelo Setor de Estágios ou Divisão de Estágios do *Campus*.

Subseção I

DO COORDENADOR DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 14 A coordenação do Estágio Curricular Supervisionado poderá ser exercida por um dos docentes vinculados ao Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura.



Art. 15 As atribuições do Coordenador do Estágio Curricular Supervisionado são as previstas no Regulamento de Estágios da UFFS.

Subseção II

DO DOCENTE DO COMPONENTE CURRICULAR DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 16 Os docentes dos componentes curriculares relacionados ao Estágio Curricular Supervisionado serão definidos pelo Colegiado de Curso.

Art. 17 Além das atribuições como docente, o professor do CCR de Estágio deverá observar e avaliar o discente, mediante visita *in loco* em, pelo menos, uma ocasião.

Subseção III

DOS DOCENTES ORIENTADORES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 18 Os discentes matriculados nos componentes curriculares de Estágio, nos quais haja regência, contarão com o docente orientador de conteúdos e metodologias.

Art. 19 Os docentes orientadores do Estágio Curricular Supervisionado serão definidos pelo Colegiado de Curso, observando-se a distribuição igualitária de estagiários para cada orientador.

Parágrafo único. A distribuição dos docentes orientadores entre os estagiários se dará pelo diálogo destes com os orientadores disponíveis para aquele semestre, sob coordenação do Coordenador de Estágio e do docente do componente curricular, desde que respeitado o critério de igualdade no número de estagiários por orientador e a aproximação das expectativas das demandas dos acadêmicos para com a disponibilidade docente.

Art. 20 Poderão ser docentes orientadores de Estágio Curricular Supervisionado os docentes vinculados ao Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da UFFS.

Art. 21 Aos docentes orientadores será computada carga horária ensino em conformidade às normativas da UFFS.

Art. 22 As atribuições dos docentes orientadores estão previstas no Regulamento de Estágios



da UFFS.

Seção V

DO SETOR DE ESTÁGIO DO *CAMPUS*

Art. 23 O Setor de Estágio do *Campus* assessora o processo de realização dos estágios curriculares supervisionados no que se refere ao apoio técnico-administrativo.

Art. 24 As atribuições e atividades do Setor de Estágio do Campus estão previstas no Regulamento de Estágios da UFFS.

Seção VI

DOS SUPERVISORES EXTERNOS DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 25 Os supervisores externos do Estágio Curricular Supervisionado serão indicados pelos campos de estágio, dentre os profissionais com formação na área do curso.

Art. 26 As atribuições dos supervisores externos ao cumprimento das atividades de supervisão estão previstas no Regulamento de Estágios da UFFS.

Seção VII

DAS OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO

Art. 27 As obrigações do acadêmico estagiário estão previstas no Regulamento de Estágios da UFFS.

Seção VIII

DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Subseção I

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA AVALIAÇÃO NO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 28 A avaliação do discente estagiário será realizada pelo docente do componente curricular de estágio, auxiliado, por meio de pareceres, pelo docente orientador e, no que se refere às práticas de docência, também pelo supervisor externo de estágio.

Art. 29 Para a aprovação em cada um dos componentes curriculares de Estágio Curricular



Supervisionado, o discente deverá obter nota mínima de 6,0 e frequência em pelo menos 75% das atividades do componente curricular.

I - Nas atividades referente ao componente curricular Estágio Curricular – Gestão Escolar é obrigatório o cumprimento da totalidade da carga horária nas práticas de pesquisa e observação na escola, conforme estipuladas nos planos de ensino;

II – Nas atividades referente ao componente curricular Estágio Curricular Supervisionado em Geografia I é obrigatório o cumprimento da totalidade da carga horária nas práticas de pesquisa e observação na escola, conforme estipuladas nos planos de ensino;

III – Nas atividades referentes aos componentes curriculares Estágio Curricular Supervisionado em Geografia II e III é obrigatório o cumprimento da totalidade da carga horária de docência, conforme estipuladas nos planos de ensino.

Art. 30 Os critérios e as formas de avaliação do discente estagiário, nas diversas etapas do Estágio Curricular Supervisionado, serão propostos pelos respectivos docentes dos componentes curriculares para homologação do Colegiado de Curso no âmbito dos seus planos de ensino.

§1º Após a homologação, os critérios e as formas de avaliação constarão nos respectivos planos de ensino dos componentes curriculares do Estágio Curricular Supervisionado.

§ 2º Devido às especificidades dos estágios, o processo de recuperação ocorrerá ao longo dos componentes curriculares, não sendo aplicada atividade de recuperação de nota final ao término dos processos de avaliação regulares dos componentes.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31 Os casos omissos neste *Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado* serão decididos pela Coordenação de Estágio do Curso cabendo recurso ao colegiado do Curso.

Art. 32 Este *Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado* do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia – Licenciatura, *Campus* Erechim, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.



ANEXO II - REGULAMENTO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento tem por objetivo normatizar as Atividades Curriculares Autônomas do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento compreende-se por Atividades Autônomas as atividades de pesquisa, extensão e cultura diversos tipos que permitam a aquisição e construção de conhecimentos pelo discente, por meio de estudos e práticas independentes, presenciais ou à distância, realizadas na Universidade ou em outros espaços formativos, sendo consideradas obrigatórias para a integralização do currículo.

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º As Atividades Autônomas do curso de Graduação em Geografia – Licenciatura têm por objetivos:

- I - a complementação do processo ensino-aprendizagem;
- II - a valorização da experiência extraclasse;
- III - garantir ao discente vasto e eclético contato com a produção teórica e a prática social atinentes à formação profissional obtida na universidade.

Art. 4º As Atividades Autônomas do Curso de Graduação em Geografia Licenciatura deverão ser desenvolvidas ao longo do curso, totalizando 120 (cento e vinte) horas. Essas atividades estão organizadas em três categorias – Pesquisa, Extensão e Cultura – sendo obrigatória a participação do estudante em pelo menos uma atividade de cada categoria para fins de integralização da carga horária exigida.

I – Categoria: Atividades Autônomas em Pesquisa

a) Iniciação científica, acadêmica e participação em projetos de pesquisa. (60 horas)

b) Participação em Grupos de Pesquisas cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. (30 horas)



- c) Publicação de resumo na área ou áreas afins. (10 horas)
- d) Publicação de resumo expandido na área ou áreas afins. (20 horas)
- e) Publicação de trabalho completo em anais de eventos na área ou áreas afins. (30 horas)
- f) Publicação de artigo em periódicos. (60 horas)
- g) Publicação de capítulo de livro. (60 horas)
- h) Projetos de Ensino e Monitorias. (60 horas)
- i) Grupos de estudos formais da UFFS. (30 horas);
- j) Apresentação de trabalhos em eventos. (10 horas);
- k) Participação na organização de eventos. (20 horas)
- l) Trabalho voluntário vinculado a projetos de pesquisa. (30 horas).

II – Categoria: Atividade Autônomas em Extensão

- a) Participação em eventos científicos e acadêmicos (encontros, congressos, simpósios, colóquios, seminários, fóruns e semanas acadêmicas) na área ou áreas afins presencialmente ou à distância. (30 horas)
- b) Participação em cursos, minicursos, oficinas na área ou áreas afins presencialmente ou à distância. (10 horas)
- c) Participação em palestras, conferências, mesas-redondas e aula inaugural de outros eventos, na área ou áreas afins presencialmente ou à distância. (4 horas)
- d) Participação em projetos e programas de extensão. (60 horas)
- e) Participação como ouvinte em defesas de TCCs, dissertações e teses. (4 horas)
- f) Estágios não obrigatórios na área ou áreas afins. (60 horas)
- g) Vivência profissional complementar ou estágios complementares em laboratórios na área ou áreas afins mediante elaboração de relatório. (60 horas)
- h) Componentes curriculares isolados de graduação, na área ou áreas afins, desde que não computadas como componentes curriculares (obrigatórias e/ou optativas) para integralização curricular da carga horária mínima. (60 horas)
- i) Trabalho voluntário vinculado a projetos de extensão. (30 horas)
- j) Trabalho voluntário em atividade específica, vinculado a projetos de extensão. (4 horas)
- k) Realização de teste de proficiência de idiomas. (4 horas por teste)
- l) Participação em produção de trabalhos técnicos (plantas, cartas, mapas, projetos, relatórios técnicos, laudos) na área ou áreas afins. (20 horas por produto ou trabalho técnico)
- m) Participação em colegiado de curso, conselho, representação estudantil, credenciados ou regularmente constituídos no âmbito da UFFS. (20 horas)
- n) Participação em atividades de movimentos e organizações sociais relacionadas à formação no curso. (20 horas)

III – Categoria: Atividades Autônomas em Cultura

- a) Viagens de estudo, trabalhos de campo, excursões e expedições, desde que não relacionados aos componentes curriculares obrigatórios e/ou optativos do curso, mediante



apresentação de relatório, descritivo e analítico aprovado pelo docente responsável pela atividade. (20 horas)

b) Participação em atividades culturais (teatro, cinema, literatura, música) desenvolvidas no âmbito da UFFS, mediante apresentação de relatório ou certificado. (4 horas)

c) Participação em grupos artísticos e equipes desportivas no âmbito da UFFS. (30 horas)

d) Participação na organização e execução de eventos culturais, no âmbito da UFFS. (30 horas)

e) Participação na organização e execução de atividades culturais, em eventos científicos. (15 horas)

Seção II

DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Art. 5º A solicitação da validação de Atividades Autônomas (AA) deverá ser realizada pelo discente diretamente no SIGAA.

Parágrafo único. Somente serão consideradas válidas para fins de contabilização as atividades realizadas após a efetivação da matrícula do estudante no curso.

Art. 6º Os pedidos de validação das Atividades Autônomas serão avaliados semestralmente pela Coordenação do curso e/ou secretaria de curso.

Art. 7º As atividades autônomas de aluno proveniente de transferência ou retorno de graduado somente serão aproveitadas desde que tenham sido realizadas no período em que o estudante estava matriculado em cursos de graduação e que guardem relação com as práticas desenvolvidas no curso.

Art. 8º As atividades autônomas de retorno de aluno abandono poderão ser aproveitadas, mediante comprovação, desde que tenham sido realizadas no período em que o estudante estava matriculado em curso da UFFS e que guardam relação com as práticas desenvolvidas no curso.

Parágrafo único: Poderá ser realizado o aproveitamento de atividades autônomas de alunos de transferências, retorno de graduado ou retorno de aluno abandono desde que o estudante realize a solicitação no sistema, mediante comprovação que a atividade foi realizada no período em que estava matriculado em outro curso de graduação.



Seção III

DO COORDENADOR DE ATIVIDADES AUTÔNOMAS

Art. 8º O Coordenador de Atividades Autônomas será escolhido e indicado anualmente pelo Colegiado de Curso podendo ser o(a) coordenador(a) do curso, o coordenador adjunto e/ou secretário (a) do curso.

Art. 9º São incumbências do(a) Coordenador(a) de Atividades Autônomas

I – Verificar os pedidos de validação de AA;

II – Deferir ou indeferir os pedidos de validação de AA de acordo com a documentação anexada pelo estudante no SIGAA;

III – Validar a documentação encaminhada.

Seção V

DAS OBRIGAÇÕES DO DISCENTE

Art. 10 Cabe ao discente solicitar via SIGAA, a qualquer tempo, a validação das Atividades Autônomas através de registro e inserção de devida documentação comprobatória;

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 11 Os casos omissos neste Regulamento de Atividades Autônomas do curso de graduação em Geografia – Licenciatura serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 12 Este Regulamento de Atividades Autônomas do curso de graduação em Geografia – Licenciatura entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia – Licenciatura, Campus Erechim, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.



ANEXO III - REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento tem por objetivo normatizar as atividades de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento, considera-se Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) as atividades curriculares, didáticas e de pesquisa desenvolvidas nos componentes curriculares de Trabalho de Conclusão de Curso I e II.

Parágrafo único – As atividades citadas no caput deste artigo envolvem a elaboração, a execução e a apresentação/submissão, pelo discente, de um projeto e de uma monografia que dialogue com o perfil do egresso, orientado por um docente do curso.

CAPÍTULO II

DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso do Curso consiste em pesquisa individual orientada, relatada sob a forma de uma monografia, em qualquer área do conhecimento geográfico.

Art. 4º O Trabalho de Conclusão de Curso será realizado a partir do penúltimo período, com carga horária de 120 horas, assim distribuídas:

I - 60 horas no 8º nível;

e II - 60 horas no 9º nível

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso só poderá ser desenvolvido formalmente com a matrícula nos componentes curriculares Trabalho de Conclusão de Curso I e II, que, por sua vez, apresentam os seguintes pré-requisitos:

I - O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) – após a obtenção dos créditos referentes ao componente curricular Pesquisa em Geografia;

II - O componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II) – após a obtenção dos créditos referentes ao componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I.



SEÇÃO II

DO-OBJETIVO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 6 O Trabalho de Conclusão de Curso, em conformidade com o art. 37 da Resolução 52 CONSUNI/CGAE/UFFS/2024 , tem por objetivo desenvolver uma reflexão em torno do uso das técnicas e métodos de pesquisa e de redação em Geografia oferecendo ao discente condições de otimizar a sua formação enquanto licenciado.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 7º A produção do Trabalho de Conclusão de Curso, obrigatória a todos os discentes, deverá ser realizada individualmente, sob a forma de monografia.

Art. 8º O Trabalho de Conclusão de Curso será desenvolvido nos 2 últimos (dois) níveis do curso (8º e 9º níveis) e compreenderá, basicamente, as seguintes etapas:

I - Trabalho de Conclusão de Curso I, ao final do qual o discente deverá entregar um projeto de pesquisa, escrito de maneira clara e sucinta, de acordo com a normatização de trabalhos acadêmicos, científicos e técnicos disponíveis pela biblioteca da Universidade Federal da Fronteira Sul;

II - O projeto de pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso I deverá conter os seguintes itens: capa com os dados gerais do projeto e do discente; resumo (máximo de 20 linhas); introdução, justificativa, objetivos, breve revisão bibliográfica, metodologia, plano de trabalho, cronograma de execução e referências bibliográficas.

III - O projeto de pesquisa elaborado no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I será apresentado em Colóquio de TCC I, organizado pelo docente responsável pelo componente curricular, com data estabelecida no plano de ensino. O Colóquio de TCC I será aberto ao público, com a participação dos docentes do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura e convidados que farão sugestões no sentido de qualificar o projeto de pesquisa do discente.

IV - O discente deverá defender publicamente o Trabalho de Conclusão de Curso II. V - O Trabalho de Conclusão de Curso II consiste no desenvolvimento de: problemática de pesquisa; modelo de análise adequado à proposta, com quadro teórico e metodologia que sustenta os estudos que se pretende desenvolver; obtenção e análise de dados e de informações; apresentação escrita dos resultados (monografia) e defesa pública da pesquisa.

Art. 9º Os docentes orientadores do Trabalho de conclusão de curso serão os docentes lotados na UFFS que tenham ministrado componente curricular do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura.

Parágrafo único: Casos excepcionais poderão ser submetidos pelo discente para a avaliação



do Colegiado de Curso.

Art. 10 A definição dos docentes orientadores será realizada pelo Colegiado a partir das indicações feitas pelos discentes matriculados nos componentes curriculares de TCC I e TCC II.

§1º A efetivação das orientações apenas será ratificada mediante consentimento entre docentes e discentes.

§2º O Colegiado do Curso garantirá orientação a todos os discentes matriculados nos componentes curriculares de TCC I e TCC II, desde que sigam as normas previstas neste Regulamento e nas deliberações do Colegiado.

Art.11 Além das cargas horárias previstas nos componentes curriculares, atribuídas aos docentes responsáveis pelo CCR, será atribuída 1 (uma) hora-aula semanal para cada 3 (três) orientações de trabalho de conclusão de curso de graduação, pelo tempo que durar a orientação, conforme disposto na Res. nº 106/CONSUNI/UFFS/2022.

I – Para orientações referentes ao componente curricular TCC I: 15 horas-atividade por orientando.

II – Para orientações referentes ao componente curricular TCC II: 30 horas-atividade por orientando.

Art. 12 O acompanhamento do processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso deverá, sempre que possível, ser realizado pelo mesmo docente, durante todas as etapas de construção da pesquisa e da monografia.

Parágrafo único. Poderá ser realizada a troca de orientador em qualquer período, desde que consensuado entre as partes envolvidas e ratificado pelo Colegiado.

Art. 13 Será facultado ao discente a possibilidade de coorientação de acordo com o prévio consentimento do docente orientador e aceite do coorientador.

Parágrafo único. A formalização da escolha do coorientador se dará da mesma forma que para a escolha do orientador.

Seção IV

DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

Art. 14 São atribuições do docente orientador que acompanha a construção do Trabalho de Conclusão de Curso:

~~I – Definir, em conjunto com o Colegiado do Curso, seminários como forma de socializar o conhecimento e propiciar o debate e o enriquecimento do trabalho realizado;~~



- II - Construir, em conjunto com o discente, um programa de trabalho que inclua leituras individuais e coletivas;
- III - Promover a articulação entre a pesquisa realizada pelo discente e sua futura inserção como Licenciado em Geografia;
- IV - Avaliar o desenvolvimento do discente e da pesquisa;
- V- Sugerir integrantes para participação da banca examinadora;
- VI - Solicitar agendamento das salas para as defesas públicas de TCC II.

Art. 15 São atribuições dos docentes responsáveis pelos componentes curriculares TCC I e TCC II:

- I - Apresentar aos discentes a organização e a dinâmica dos componentes curriculares; II - Apresentar, ao início de cada semestre letivo, sugestões de cronogramas referentes aos prazos para apreciação no Colegiado;
- III - Encaminhar para o Colegiado de Curso a formalização de orientações e coorientações;
- IV- Submeter ao Colegiado as indicações de bancas de TCC II;
- V - Solicitar agendamento das salas para o Colóquio de TCC I;
- VI - Divulgar as defesas de TCC II ao setor de comunicação da UFFS e à Secretaria do Curso;
- VII - Receber as atas das bancas examinadoras e as versões finais das monografias e providenciar o arquivamento na Secretaria do Curso e no setor de bibliotecas;
- VIII - Responsabilizar-se pelos diários de classe dos componentes curriculares.

Art. 16 São responsabilidades dos discentes que desenvolvem o Trabalho de Conclusão de Curso:

- I - Matricular-se nos componentes curriculares TCC I ou TCC II em conformidade com as normas e os calendários da UFFS;
- II - Indicar docentes do curso para função de orientador da pesquisa;
- II - Participar das reuniões com o Orientador, Coordenador do Curso e/ou docente responsável pelos componentes curriculares;
- III - Tomar ciência e cumprir os prazos estabelecidos pela Coordenação de Curso e Colegiado de Curso;
- IV - Cumprir o plano e o cronograma de trabalho estabelecidos em conjunto com o seu orientador;
- V - Elaborar e apresentar o projeto de pesquisa e monografia do TCC em conformidade a este Regulamento;
- VI - Entregar a versão final da monografia atendendo as determinações apontadas pela banca examinadora;
- VII - Respeitar os direitos autorais, vedando o uso no TCC de toda e qualquer forma de cópia e/ou plágio de outras produções acadêmicas e intelectuais.

Seção V

DA AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO



Art. 17 A avaliação do discente no componente curricular Trabalho de Conclusão de Curso I será realizada pelo seu docente orientador, através de análise do projeto de pesquisa que deverá ser entregue pelo discente ao final do semestre e outros instrumentos que o docente julgar necessário.

§1º O docente orientador avaliará e, em diálogo com o coorientador (caso aplique-se), atribuirá uma nota para o discente sob sua orientação, e depois a repassará para o docente responsável pela componente curricular de TCC I;

§2º Para a aprovação, o discente deverá obter média mínima de 6,0 (seis);

§3º Os encontros para orientação se constituirão em etapas da avaliação processual;

§4º O docente orientador avaliará e em diálogo com o coorientador (caso aplique-se) atribuirá frequência do discente, e depois a repassará para o docente responsável pela componente curricular de TCC I e TCC II.

§5º Os encontros para orientação se constituirão em etapas da avaliação processual.

Art. 18 A avaliação do discente na componente curricular de Trabalho de Conclusão de Curso II será realizada pelo docente orientador, coorientador (caso aplique-se) e por, no mínimo, outros 2 (dois) membros convidados, através de apresentação de trabalho do discente e arguição de texto monográfico perante a banca examinadora.

§1º Poderão compor a banca examinadora do TCC II docentes e outros profissionais que tenham titulação mínima de especialista (pós-graduado), devidamente aprovados pelo Colegiado do Curso.

§2º Entre os membros convidados para banca examinadora, no mínimo, um docente ser integrante do Domínio Específico do Curso.

§3º Para a aprovação, o discente deverá obter média mínima de 6,0 (seis).

§4º A homologação e conseqüente lançamento da nota no sistema está condicionada a entrega, pelo discente ao docente responsável pelo componente curricular, da versão final digital com as alterações sugeridas pela banca, constadas em ata de defesa pública, em diálogo com o orientador, em prazo aprovado pelo Colegiado em consonância com o Calendário Acadêmico.

§5º Os encontros para orientação se constituirão em etapas da avaliação processual.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 Os casos omissos neste *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura* serão decididos pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 20 Este *Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura* entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia – Licenciatura, *Campus Erechim*, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.



ANEXO IV - REGULAMENTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA-LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento tem como objetivo definir as diretrizes para as práticas pedagógicas como componente curricular (PCC) do curso de Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim-RS, adequando-se ao conjunto de disposições legais que regulamentam a formação inicial de docentes para atuarem nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio.

CAPÍTULO II

DA CARACTERIZAÇÃO DA PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR

Art. 2º A prática pedagógica como componente curricular constitui-se como elemento obrigatório na integralização das atividades acadêmicas dos futuros licenciados, consistindo em conjunto de atividades que inter-relacionam o fazer docente com o conteúdo próprio dos componentes curriculares do Domínio Específico do Curso de Geografia – Licenciatura.

Art. 3º São exemplos de atividades que poderão ser consideradas como práticas pedagógicas como componente curricular, visando a formação para atuação profissional do licenciado:

- I – Elaboração, desenvolvimento e apresentação de projetos temáticos, relacionados à atuação docente, pertinentes a práticas de pesquisa, extensão, cultura ou produção de material didático-pedagógico e instrucional.
- II – A análise de livros didáticos utilizados em aulas de Geografia e paradidáticos;
- III – O trabalho com filmes, músicas, tiras de quadrinhos, páginas de internet, programas de computador e outros recursos audiovisuais utilizados como estratégias didático-pedagógicas;
- IV – O trabalho com jogos, teatros, atividades lúdicas e outros recursos de ensino;
- V – A elaboração e construção de mapas, croquis, globos, maquetes e outras representações cartográficas, na sua vinculação e debate enquanto recurso didático; VI – Produção de textos didáticos para uso em sala de aula, adequando as linguagens aos discentes das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio;
- VII – Abordagens pedagógicas multidimensionais no tocante às práticas de ensino em situações de inclusão e diversidade em sala de aula;
- VIII – Elaboração de planos de aula e projetos didáticos;
- IX – Participação nos Trabalhos de Campo, quando propiciado reflexões, debates, planejamentos e/ou ações vinculadas ao uso dos mesmos como estratégia didática ou recurso no processo de ensino-aprendizagem.



X – Participação orientada nos eventos organizados pelo curso desde que estabeleça interface com as práticas docentes.

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR NA ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

Art. 4º A carga horária de práticas pedagógicas como componente curricular será planejada e registrada no âmbito dos componentes curriculares específicas do curso.

§1º A distribuição das PCC nos componentes curriculares segue três critérios:

I. Os componentes curriculares “Projeto Integrador I, II e II” terão a integralidade da carga horária (60 horas de cada CCR) computada como prática como componente curricular;

II. Os componentes curriculares que possuem na sua ementa Trabalho de Campo (TC) como exercício obrigatório, os quais possuem 15 horas práticas destinado para seu desenvolvimento, terão 15 horas de PCC associadas à carga horária dos TC. Exceção feita ao CCR “Introdução à Astronomia”;

§2º Os componentes curriculares que terão o planejamento e registro de Práticas como Componentes Curriculares são as seguintes (Quadro 1):

Nível	Componente Curricular (CCR)	Carga Horária (CH) dos CCR			CH PCC
		CH Total	CH Teórica	CH Extensionista	
1º	Projeto integrador I	60	0	15	60
2º	Geografia econômica	75	45	15	15
2º	Introdução à cartografia e geotecnologias	45	15	0	15
2º	Geografia física	45	30	0	15
3º	Cartografia escolar	60	45	15	15
3º	Projeto integrador II	60	0	15	60
4º	Geografia agrária	75	45	15	15
4º	Cartografia temática	75	45	15	15
4º	Geologia	75	45	15	15
5º	Geografia urbana	75	45	15	15
5º	Epistemologia da geografia	75	45	15	15
5º	Geomorfologia	75	45	15	15
5º	Didática em geografia	75	45	15	15
6º	Organização do espaço mundial	75	45	15	15
6º	Geografia cultural	75	45	15	15
6º	Hidrogeografia	75	45	15	15
6º	Biogeografia	75	45	15	15
7º	Projeto integrador III	60	0	15	60

Quadro 1: Distribuição da carga horária de práticas como componente curricular.

Art. 5º A carga horária de práticas como componente curricular do curso de Geografia – Licenciatura totaliza 405 horas, incluídas nas cargas horárias dos componentes curriculares do Domínio Específico.



CAPÍTULO IV

DO REGISTRO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMO COMPONENTE CURRICULAR

Art. 6º A proposição das práticas pedagógicas como componente curricular e o registro das mesmas serão realizados pelo docente ministrante do componente curricular.

§1º O registro será efetuado:

- I – No plano de ensino da componente curricular, onde o docente detalhará as atividades em conformidade à carga horária mínima de PCC;
- II – Em ata nas reuniões do Colegiado, quando da aprovação do plano de ensino;
- III – No diário de classe de cada componente curricular;
- IV – Por meio da guarda/arquivamento, pelo docente ou pelo Coordenador do Curso, de, pelo menos, um exemplar de material produzido por um discente, quando necessário.

§2º Os docentes dos componentes curriculares terão autonomia para definirem que tipo de atividade será considerado como prática pedagógica como componente curricular, em observância a este regulamento e tendo em vista as normas, leis e resoluções vigentes, bem como a coerência entre a atividade e a ementa e conteúdo programático da componente curricular.

§3º No início de cada semestre, os planos de curso deverão ser apresentados ao Colegiado de Curso para apreciação e sugestões sobre as atividades de Prática como Componente Curricular.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º Os casos omissos neste *Regulamento de Práticas como Componentes Curriculares do curso de Geografia – Licenciatura* serão apreciados pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 8º Este *Regulamento de Práticas pedagógicas como componente curricular do curso de graduação em Geografia – Licenciatura* entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia – Licenciatura, *Campus Erechim*, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.



ANEXO V – REGULAMENTO DE APROVEITAMENTO POR EQUIVALÊNCIA DE COMPONENTE CURRICULAR

Art. 1º Confere equivalência aos componentes curriculares presentes no quadro abaixo, em função da reformulação do projeto pedagógico do curso aprovada pela [Decisão nº 43/CONSUNI CGAE/UFFS/2025](#), com outros componentes ofertados na UFFS.

CCRs da Estrutura 2025			CCRs ofertados pela UFFS		
Código	Componente Curricular	Horas	Expressão Equivalente	Componente Curricular	Horas
GEX1437	Biogeografia	75	(GEX732)	Biogeografia	75
GEX1339	Cartografia escolar	60	(GEX726)	Cartografia escolar, linguagens e representações espaciais	60
GEX1432	Cartografia temática	75	(GEX728)	Cartografia temática	75
GEX1400	Climatologia	60	(GEX727)	Climatologia	60
GCH2119	Didática em geografia	75	(GCH1047)	Didática em geografia	75
GCH2118	Epistemologia da geografia	75	(GCH1046)	Epistemologia da geografia	75
GCH2221	Geografia agrária	75	(GCH1044)	Geografia agrária	75
GCH2224	Geografia cultural	75	(GCH1049)	Geografia cultural	75
GCH2115	Geografia do Brasil	60	(GCH835)	Geografia do Brasil	60
GEX1438	Geografia e questão ambiental	60	(GEX734)	Geografia e questão ambiental	60
GCH2219	Geografia econômica	75	(GCH1032)	Geografia econômica	75
GCH2220	Geografia política	60	(GCH1042)	Geografia política	60
GCH2116	Geografia regional	60	(GCH1041)	Geografia regional	60
GCH2222	Geografia urbana	75	(GCH1045 ou GCH2083)	Geografia urbana Geografia urbana	75 75
GEX1435	Geologia	75	(GEX729)	Geologia	75
GEX1401	Geomorfologia	75	(GEX730)	Geomorfologia	75
GEX1436	Hidrogeografia	75	(GEX731 ou GEX1325)	Hidrogeografia Hidrogeografia	75 75
GCH2114	História do pensamento geográfico	60	(GCH834)	História do pensamento geográfico	60
GEX1338	Introdução à astronomia	60	(GEX662)	Introdução à astronomia	60
GCH2223	Organização do espaço mundial	75	(GCH1048 ou GCH2084)	Organização do espaço mundial Organização do espaço mundial	75 75
GEX1402	Sensoriamento Remoto e interpretação de imagens	60	(GEX733)	Sensoriamento remoto e interpretações de imagens	60
GCH2229	Tópicos Especiais	45	(GCH2230)	Tópicos Especiais Extensionistas	45



CCRs da Estrutura 2025			CCRs ofertados pela UFFS		
Código	Componente Curricular	Horas	Expressão Equivalente	Componente Curricular	Horas
	Extensionistas I			I	
GCH2231	Tópicos Especiais Extensionistas IV	75	(GCH2232)	Tópicos Especiais Extensionistas IV	75
GEX1433	Introdução à cartografia e geotecnologias	45	(GEX722)	Introdução à cartografia e geotecnologias	45
GEX1434	Geografia física	45	(GEX723)	Geografia física	45
GCH2226	Educação ambiental	60	(GCH1058)	Educação ambiental	60
GCH2218	Projeto integrador I	60	(GCH841)	Projeto integrador I	60
GCH2225	Pesquisa em geografia	60	(GCH1051)	Pesquisa em geografia	60

Quadro 7: Componentes para validação por equivalência para nova matriz curricular do curso.

Art. 4 Os casos omissos serão apreciados pelo respectivo Colegiado de Curso.



ANEXO VI - REGULAMENTO DE TRABALHOS DE CAMPO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento tem como objetivo definir as diretrizes para a realização de trabalho de campo do curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim-RS.

Art. 2º Para fins do disposto neste Regulamento, consideram-se trabalho de campo as práticas e atividades de observação, descrição e interpretação espacial de fenômenos socioambientais situados para além das dependências físicas da Universidade. Trata-se de um conjunto de atividades práticas orientadas para busca de um determinado conhecimento, realizada de maneira sistemática através da realidade empírica e pela utilização de distintas metodologias didático-pedagógicas e de técnicas de pesquisa.

CAPÍTULO II

DOS TRABALHOS DE CAMPO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º Os trabalhos de campo do Curso de Graduação em Geografia-Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim, serão desenvolvidos por meio dos componentes curriculares que especificam em sua ementa a atividade.

Parágrafo único. Os componentes curriculares que realizam trabalhos de campo possuem 15 horas práticas destinadas ao desenvolvimento da atividade.

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS DOS TRABALHOS DE CAMPO

Art. 4º Os trabalhos de campo têm como objetivos:

- I – Aprofundar e articular os conhecimentos teóricos dos componentes curriculares específicos;
- II – Otimizar estratégias de práticas pedagógicas como componente curricular;
- III – Estimular o desenvolvimento do pensar crítico e de atitudes proativas com base na análise empírica das distintas realidades socioespaciais (nas escalas local, regional, nacional e internacional).



SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE CAMPO

Art. 5º A participação nos Trabalhos de Campo é obrigatória aos:

- I – docentes responsáveis pelos componentes curriculares que preveem em sua ementa a atividade;
- II – Discentes matriculados nos componentes curriculares que preveem trabalho decampo;
- III – Monitores dos componentes curriculares;
- IV – Técnicos de Laboratório do *campus* Erechim, mediante convocação do Colegiado.

Art. 6º Poderão ser convidados para contribuir com os trabalhos de campo, mediante apreciação do Colegiado de Curso:

- I – Demais docentes da UFFS;
- II – Demais técnico-administrativos em educação da UFFS;
- III – discentes da UFFS com projetos de pesquisa, ensino e extensão e/ou tenham afinidade com os locais e conteúdos que serão desenvolvidas nas atividades programadas;
- IV – Convidados externos.

Art. 7º Compete à Universidade Federal da Fronteira Sul dar condições para realização dos Trabalhos de campo no que tange transporte, diárias aos docentes responsáveis pelos componentes curriculares e auxílios aos discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares.

Art. 8º Compete ao Colegiado do Curso de Graduação em Geografia–Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim:

- I – Acolher as propostas e as sugestões para o desenvolvimento de trabalho de campo no âmbito dos componentes curriculares sob sua responsabilidade;
- II – Avaliar a pertinência das propostas e as contribuições das mesmas nos processos de ensino-aprendizagem;
- III – Apreciar, definir e aprovar os trabalhos de campo referentes os componentes curriculares sob sua responsabilidade;

Art. 9º São atribuições da Coordenação do Curso de Graduação em Geografia– Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim:

- I – Propor ao Colegiado de Curso o planejamento anual dos trabalhos de campo;
- II – Encaminhar aos setores responsáveis o planejamento institucional dos trabalhos de campo;
- III – Emitir convocações para realização dos trabalhos de campo;
- IV – Emitir declarações e certificados de participação nos trabalhos de campo, quando solicitado.
- V – Incentivar a articulação entre trabalhos de campo de componentes curriculares de uma



mesma fase.

Art. 10 São atribuições dos docentes responsáveis pelos componentes curriculares:

- I – Planejar as atividades nas suas dimensões logísticas e didático-pedagógicas com base nas distintas metodologias;
- II – Propor e submeter ao Colegiado de Curso os roteiros dos trabalhos de campo, as avaliações e as práticas pedagógicas associadas à atividade sob sua responsabilidade;
- III – Desenvolver os roteiros dos trabalhos de campo, as avaliações e as práticas pedagógicas associadas à atividade;
- IV – Providenciar materiais, instrumentos e equipamentos;
- V – Solicitar transporte, diárias e auxílios aos discentes;
- VI – Emitir declarações e certificados de participação nos trabalhos de campo, quando solicitado, em conjunto com a Coordenação.

Art. 11 São atribuições dos discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares:

- I – Participar das atividades e das avaliações programadas;
- II – Providenciar documentos quando solicitados;
- III – Devolver auxílios, quando não participar das atividades programadas;
- IV – Zelar pelo bom andamento das atividades, materiais, transporte, hospedagens, patrimônio da UFFS.

Art. 12 São atribuições dos técnicos de laboratório:

- I – Auxiliar na organização das atividades pré-campo e pós-campo;
- II – Solicitar e comprovar suas diárias;
- III – Organizar, transportar, guardar e manusear materiais utilizados nos Trabalhos de Campo.
- IV – Executar atividades práticas programadas.

Art. 13 As atribuições dos demais convidados serão definidas na programação do campo.

SEÇÃO III

DA AVALIAÇÃO DOS TRABALHOS DE CAMPO

Art. 14 Os docentes dos componentes curriculares terão autonomia para propor as atividades avaliativas e as práticas pedagógicas como componente curricular que serão desenvolvidas junto aos trabalhos de campo.

Parágrafo único. Os docentes dos componentes curriculares deverão propor as atividades e encaminhá-las semestralmente para aprovação do Colegiado de Curso, devendo constar no plano de ensino as definições.



Art. 15 Todos os discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares deverão participar das programações propostas e realizar as atividades avaliativas previstas.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16 Os casos omissos neste *Regulamento de Práticas de Trabalho de Campo do curso de Geografia – Licenciatura* serão apreciados pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 17 Este *Regulamento de Práticas de Trabalho de Campo do curso de Geografia – Licenciatura* entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia – Licenciatura, *Campus Erechim*, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.



ANEXO VII – REGULAMENTO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NOS COMPONENTES CURRICULARES DO CURSO DE GEOGRAFIA – LICENCIATURA

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este regulamento tem como objetivo definir as diretrizes para a realização de práticas extensionistas acadêmicas do curso de Graduação em Geografia – Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim-RS.

Art. 2º Neste Regulamento, consideram-se práticas extensionistas as atividades desenvolvidas no âmbito dos componentes curriculares do curso, que possuem carga horária específica para esta finalidade.

CAPÍTULO II

DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Seção I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 3º As práticas extensionistas do Curso de Graduação em Geografia-Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim, serão desenvolvidas por meio dos componentes curriculares que especificam tais práticas em suas ementas.

Art. 4º. Os componentes curriculares que realizam práticas extensionistas possuem 15 horas práticas destinadas ao desenvolvimento das atividades.

Parágrafo único. As práticas extensionistas (PE) estão associadas às atividades práticas (P) e às práticas pedagógicas como componentes curriculares (PPCC), podendo ocorrer de modo concomitante durante o desenvolvimento dos componentes curriculares.

Art. 5º. Os componentes curriculares em que as práticas extensionistas constam em suas ementas estão descritos na estrutura do curso e totalizam 345 horas de dedicação a esta modalidade de atividade.

Seção II

DOS OBJETIVOS DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Art. 6º As práticas extensionistas têm como objetivos:

- I. Articular os conhecimentos teórico-metodológicos dos componentes curriculares específicos ~~com atividades práticas desenvolvidas junto à comunidade;~~
- II. Propor e executar projetos voltados à extensão acadêmica na comunidade, por meio de



conexões com as atividades práticas e com as práticas como componentes curriculares das disciplinas específicas do curso;

III. Incentivar o pensar crítico e o protagonismo discente em ações voltadas para distintas realidades socioespaciais.

SEÇÃO III

DA ORGANIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Art. 7º A participação nas práticas extensionistas é obrigatória aos:

- I. Docentes responsáveis pelos componentes curriculares que prevêm tais práticas em suas ementas;
- II. Discentes matriculados nos componentes curriculares que preveem práticas extensionistas;
- III. Monitores dos componentes curriculares;
- IV. Técnicos de Laboratório do *campus* Erechim, mediante convocação do Colegiado;

Art. 8º Poderão ser convidados para contribuir com as práticas extensionistas:

- I. Demais docentes da UFFS;
- II. Demais técnico-administrativos em educação da UFFS, cujas funções tenham algum tipo de relação com as práticas extensionistas desenvolvidas nos componentes curriculares;
- III. Discentes da UFFS com projetos de pesquisa, ensino e extensão e/ou tenham afinidade com os locais, conteúdo e propostas extensionistas que serão desenvolvidas nas atividades programadas;
- IV. Representantes da comunidade.

Art. 9º Compete à Universidade Federal da Fronteira Sul dar condições para realização das práticas extensionistas quanto ao transporte para discentes, docentes e outros participantes convidados envolvidos com as atividades.

Art. 10 Compete à Universidade Federal da Fronteira Sul ofertar auxílios aos discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares que venham ter gastos com alimentação e/ou hospedagem no desenvolvimento das atividades práticas extensionistas.

Art. 11 Compete à Universidade Federal da Fronteira Sul o pagamento de diárias aos docentes dos componentes curriculares e eventuais convidados que necessitem acompanhar ou supervisionar práticas extensionistas realizadas fora do município-sede.

Art. 12 Fica atribuído ao Colegiado do Curso de Graduação em Geografia–Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim:

- ~~I. Acolher as propostas e as sugestões para o desenvolvimento de práticas extensionistas no âmbito dos componentes curriculares;~~



II. Avaliar a pertinência das propostas e as contribuições das mesmas nos processos de ensino-aprendizagem e relações com a comunidade;

III. Aprovar as propostas presentes nos planos de ensino ou recomendar revisões;

IV. Incentivar a proposição e realização de práticas extensionistas conjuntas entre os componentes curriculares de uma mesma fase do curso.

Art. 13 São atribuições da Coordenação do Curso de Graduação em Geografia– Licenciatura da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Erechim:

I. Propor ao Colegiado de Curso o planejamento anual das práticas extensionistas;

II. Encaminhar aos setores responsáveis o planejamento anual das práticas extensionistas;

III. Emitir convocações, quando as atividades ocorrerem fora do município-sede;

IV. Emitir declarações e certificados de participação nas práticas extensionistas, quando solicitado;

V. Orientar docentes nas situações que demandarem solicitações de transporte, diárias ou auxílios para os discentes;

VI. Orientar docentes nos registros das práticas extensionistas nos planos de curso dos componentes curriculares.

Art. 14 São atribuições prioritárias da Coordenação de Extensão do Curso, quando couber, as definidas no artigo 16 da Resolução nº 93/CONSUNI/UFFS/2021:

- Coordenar, articular e acompanhar as atividades de extensão e cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso, em diálogo com os coordenadores das ações;

- Orientar os estudantes quanto às atividades e normatização da extensão da cultura desenvolvidas no âmbito do currículo do curso;

III - Acompanhar e colaborar, junto às instâncias colegiadas do curso, na organização dos processos de avaliação das ações de extensão e de cultura inseridas no currículo;

IV - Zelar pelo caráter formativo das ações de extensão e de cultura realizadas pelos estudantes em concordância com o PPC;

V - Divulgar as atividades de extensão e de cultura no âmbito do campus.

VI - Conduzir a validação das ACEs desenvolvidas no âmbito dos currículos de cada curso (quando for o caso).

Parágrafo único. Para auxiliar na validação das ACEs, a Coordenação de Extensão e Cultura pode contar com uma comissão temporária instituída e designada pelo colegiado do curso.

Art. 15 São atribuições dos docentes responsáveis pelos componentes curriculares:



- I. Planejar as atividades nas suas dimensões logísticas e didático-pedagógicas com base nas distintas metodologias e ações que serão desenvolvidas com a comunidade;
- II. Evidenciar, em seus planos de curso, como as práticas extensionistas se articulam com as práticas e práticas pedagógicas como componentes curriculares;
- III. Providenciar materiais, instrumentos e equipamentos;
- IV. Solicitar transporte, diárias e auxílios aos discentes, quando necessário;
- V. Encaminhar pedido de emissão de declarações de participação nas práticas extensionistas à Coordenação, quando necessário.

Art. 16 São atribuições dos discentes regularmente matriculados nos componentes curriculares:

- I. Participar das atividades, ações e/ou intervenções junto à comunidade e das avaliações programadas;
- II. Atuar ativamente na elaboração e execução de propostas em conjunto com docentes e demais discentes das turmas;
- III. Zelar pela conduta ética nas ações com a comunidade, com respeito à diversidade sociocultural, à dignidade humana e ao patrimônio público;
- IV. Providenciar documentos, quando solicitados;
- V. Devolver auxílios, quando não participar das atividades programadas;

Seção IV

DA CARACTERIZAÇÃO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Art. 17 São exemplos de atividades que poderão ser consideradas como práticas extensionistas, visando à formação para a atuação profissional do(a) licenciado em Geografia, integrando ensino, pesquisa e extensão e promovendo a interação com comunidades e territórios via Componentes Curriculares (CCrs).

- I. Reconhecimento e diagnóstico participativo de comunidades e territórios, por meio de visitas de campo, entrevistas e levantamento de informações socioambientais, promovendo o diálogo direto com os sujeitos e espaços envolvidos.
- II. Elaboração participativa de diagnósticos territoriais e socioambientais, respeitando os saberes locais, necessidades e potencialidades das comunidades.
- III. Desenvolvimento e execução de projetos extensionistas com estratégias de ação voltadas à promoção do desenvolvimento sustentável, inclusão social e valorização dos territórios locais.
- IV. Colaboração em programas, projetos e ações de extensão institucionalizados pela UFFS ou outras instituições de ensino, valorizando a iniciativa e protagonismo estudantil, a partir dos



conteúdos abordados nas CCRs .

V. Organização, desenvolvimento e ministração de cursos, oficinas, minicursos e eventos extensionistas em áreas afins à Geografia, promovendo a capacitação e troca de saberes.

VI. Produção e publicação de artigos, relatórios e materiais didáticos relacionados às atividades extensionistas desenvolvidas, com comprovação documental.

VII. Participação na organização e realização de eventos culturais, científicos, artísticos, esportivos e recreativos que dialoguem com as temáticas geográficas e extensionistas.

VIII. Ações educativas em escolas e instituições sociais, como eventos “UFFS de Portas Abertas”, feiras “Feira do Livro” e exposição “Feira Industrial e Agropecuária de Erechim” (FRINAPE), Associações de Moradores, Associações de Recicladores, Associação de Agricultores Familiares integrando a universidade à comunidade.

IX. Desenvolvimento de oficinas e capacitações comunitárias voltadas para práticas socioambientais, cartografia participativa, sustentabilidade e outros temas de interesse local.

X. Monitoramento ambiental participativo, envolvendo estudantes em ações de campo que promovam a formação cidadã e o cuidado com os recursos naturais.

XI. Apoio técnico e consultoria a organizações locais (associações, cooperativas, órgãos públicos), promovendo o desenvolvimento territorial a partir do conhecimento geográfico.

XII. Realização de trabalhos de campo, que ampliem a compreensão do território para além da sala de aula.

Seção IV

DA AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

Art. 18 Os docentes dos componentes curriculares terão autonomia para propor as atividades avaliativas no âmbito das práticas extensionistas.

Parágrafo único. As atividades avaliativas das práticas extensionistas deverão constar nos planos de curso e ser apreciadas semestralmente pelo Colegiado.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19 Os casos omissos neste *Regulamento de Práticas Extensionistas do Curso de Geografia – Licenciatura* serão apreciados pelo respectivo Colegiado de Curso.

Art. 20 Este *Regulamento de Práticas Extensionistas do Curso de Geografia – Licenciatura* entra em vigor após a sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia – Licenciatura, *Campus Erechim*, e pelas instâncias competentes da Universidade Federal da Fronteira Sul.